

Relatório & Contas 2018

 **ÁGUAS DO
TEJO ATLÂNTICO**
Grupo Águas de Portugal



Relatório
Contas &
2018



Índice

Mensagem do Presidente	/05
------------------------	-----

A EMPRESA

Quem somos	/10
Missão, Visão e Valores	/10
Descrição, Atividade e Presença	/10
Cadeia de Valor	/12
Estrutura Acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais	/12
Síntese de indicadores	/15
Destaques do ano/ principais acontecimentos	/16
Linhas estratégicas	/18
Enquadramento	/21
A Envolvente	/21
O Setor	/25
A Regulação	/27

O NEGÓCIO

Introdução	/32
Saneamento alta	/32
Sustentabilidade	/35
Enquadramento	/35
Stakeholders / Partes Interessadas	/37
Gestão do Risco	/38
Atividade Operacional	/41
Gestão do capital humano	/66
Financeira	/69
Investigação, desenvolvimento e inovação	/73
Eventos posteriores ao fecho	/75
Cumprimento das orientações legais	/76
Relatório dos administradores não executivos sobre o desempenho dos administradores executivos	/91
Perspetivas futuras	/92
Considerações finais	/95
Proposta de aplicação de resultados	/96

AS CONTAS

Demonstrações Financeiras do Exercício de 2018	/100
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	/164
Certificação Legal de Contas	/167

António Frazão

Presidente do Conselho
de Administração



Caros Acionistas, Clientes, Parceiros,

Chegámos ao final do ano de 2018 com o sentimento do dever cumprido e com a certeza de que muito há para fazer. Após o arranque da empresa em 2017, em que nos foi entregue a missão da exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, assumimos e concretizámos a continuidade de um serviço de qualidade, com a procura continua de maior eficiência, nomeadamente através da gestão de ativos, manutenção e de inovação, contando sempre com o empenho e profissionalismo de todos os colaboradores da Águas do Tejo Atlântico, o qual agradeço desde já.

Estou certo de que este desempenho da Águas do Tejo Atlântico contribui diariamente para o bem-estar e saúde pública dos mais de dois milhões e quatrocentos mil habitantes dos municípios de Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira (23 municípios), para o desenvolvimento socioeconómico da região e para o equilíbrio ambiental dos ecossistemas que nela coexistem, num quadro de equidade e estabilidade tarifária,

A responsabilidade da Águas do Tejo Atlântico é relevante, principalmente num momento de alterações climáticas e consequentes efeitos extremos, tais como, o aumento da ocorrência de forte precipitação alternando com períodos de seca, entre outros, que requerem a adoção de modelos de intervenção e inovação empresarial, suportado nas pessoas, tecnologia, digitalização e investigação, visando a garantia de um serviço de qualidade e com valor socio-ambiental acrescentado. Somos uma das maiores empresas operacionais no setor da água, a maior que se dedica exclusivamente ao saneamento de água residuais, e encaramos como um dever contribuir com soluções locais para esta problemática global.

Sempre focados na prioridade da empresa para a garantia da qualidade, continuidade e eficiência dos serviços públicos de recolha e tratamento de águas residuais, com o envolvimento dos colaboradores, estamos também orientados para dar resposta às novas realidades em parceria com os municípios, universidades e todas as entidades do setor, de forma a poder assegurar a sustentabilidade futura no que respeita à Água.

Neste curto período de atividade demos especial incidência à organização interna da empresa para que fosse possível ter uma resposta empresarial a todos estes os desafios. Nesse sentido,

desenvolvemos o conceito das Fábricas de Água (FA) que reforça o carácter Industrial do trabalho realizado numa ETAR, não se limitando ao tratamento das águas residuais. Hoje encaramos a água residual como uma matéria-prima, plena de recursos, que se deve usar, reutilizar, reciclar e valorizar, transformando-a em novos produtos de forma a contribuir para a Economia Circular no nosso País. Neste âmbito, a Águas do Tejo Atlântico criou em 2018 a marca "água+" com vista à promoção e utilização de água residual tratada (água reciclada) conferindo à nossa atividade uma gestão mais eficiente e sustentável dos recursos hídricos, através da produção de uma fonte de água alternativa para usos não potáveis, com qualidade ajustada às diferentes necessidades e utilizações, garantindo a sua segurança. Em desenvolvimento, enquanto produtos das nossas Fábricas de Água, estão também as biolamas, bioplásticos, biocombustíveis e bionutrientes que se constituem como alternativas viáveis e sustentáveis para a Economia Circular.

Ao nível das relações laborais, o ato mais relevante em 2018 para os trabalhadores e para a empresa foi, sem dúvida, a assinatura e respetiva entrada em vigor do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), que veio contribuir na uniformização das condições de trabalho, pondo fim a algumas disparidades internas existentes. Com a assinatura do ACT foi dado um passo importante na promoção e valorização profissional, pelo que agradeço e congratulo todos os envolvidos. A abertura de contratação externa para o quadro de pessoal da empresa, foi também um passo importante para o reforço das equipas nas diversas áreas. No ano de 2018 foram admitidos cinco colaboradores através do programa PREVPAP e oito novos trabalhadores através de concursos externos, para substituir outros tantos trabalhadores que saíram da empresa neste ano.

A Águas do Tejo Atlântico desenvolveu ações, durante o ano de 2018, que permitiram a transição para os novos referenciais normativos, no que respeita à certificação nos sistemas da Qualidade, do Ambiente e da Segurança e Saúde no Trabalho respetivamente pelas normas NP EN ISO 9001, NP EN 14001 e OSHAS 18001, bem como, no sistema de gestão de Energia na FA da Costa do Estoril pela norma NP EN 50001.

O Contrato para o novo Fardamento foi outro dos importantes passos dados no contributo para a segurança e saúde no local de trabalho, garantindo o conforto e integridade física dos trabalhadores. A destacar ainda a substituição de 72 viaturas de serviço, das quais 20 são 100% elétricas, um projeto apoiado pelo Fundo Ambiental ao abrigo da Estratégia Nacional para a Mobilidade Elétrica, que inclui ainda a instalação de postos de carregamento próprios em diversas instalações da Águas do Tejo Atlântico.

O plano de investimento deu prioridade ao lançamento das obras mais urgentes, referenciando-se em fase de conclusão os Intercetores de Camarate, Apelação e Unhos (Loures), o Emissário da Castelhana (Cascais), o emissário de A-do-Baço (Arruda dos Vinhos), a FA da Maceira (Torres Vedras) e estações elevatórias da Carvoeira (Mafra) e da Póvoa de Sta. Iria (Vila Franca de Xira). Foram lançadas novos investimentos de acordo com o contrato de concessão podendo realçar as empreitadas em execução de Reparações Gerais de Construção Civil, de Beneficiação da FA de Beirolas-Fase I (Lisboa e Loures), emissários da Ericeira – Fase 2 (Mafra), emissários gravíticos do Carvalhal (Mafra), Intercetor de Casais de Boiças (Azambuja) e em fase de contratação sistemas elevatórios de Moledo, Feteira, Reguengo Pequeno e Pena Seca (Lourinhã) e estação elevatória da Ribaldeira (Torres Vedras).

No ano de 2018, o volume tratado de águas residuais foi de 194 mil milhões de litros, mais 6% do que o ano anterior, o que confere às áreas de operação, manutenção, engenharia e gestão de ativos um desempenho significativo para os objetivos coletivos empresariais. Saliento, também, o grande esforço efetuado nas áreas de suporte da empresa, designadamente nos âmbitos financeiro, de pessoal, compras, controlo, desenvolvimento e comunicação, laboratórios e jurídico, que foi fundamental para a consolidação empresarial e para os resultados obtidos em 2018. A todos, muito obrigado.

Pela sua relevância, gostaria de destacar a colaboração e o apoio institucional que encontramos no Concedente, no Regulador setorial e nos Acionistas, agradecimentos que são extensíveis à Mesa da Assembleia-Geral, ao Conselho Fiscal e Revisor Oficial

de Contas pois revelaram-se centrais para o normal desenvolvimento da atividade da Águas do Tejo Atlântico e para os resultados obtidos.

A colaboração dos municípios, através dos seus representantes e técnicos, foi fundamental para o trabalho desenvolvido pela Tejo Atlântico, pelo que em nome da empresa apresento aqui os melhores agradecimentos.

Agradeço também aos meus colegas vogais do Conselho de Administração pela cooperação, grande esforço e excelente trabalho desenvolvido, em particular também aos vogais não executivos pela disponibilidade, apoio, colaboração e grande conhecimento que demonstraram ao longo de todo o ano. Especial agradecimento ao secretário da sociedade pela sua dedicação, empenho e competência demonstradas.

Termino reforçando o agradecimento a todos os colaboradores pelo empenho e profissionalismo, fundamental para os resultados obtidos pela Águas do Tejo Atlântico, contribuindo positivamente para a sustentabilidade empresarial e para a qualidade de um serviço cada vez mais fundamental para a região e para o País.

António A. Côrte-Real Frazão



A empresa



QUEM SOMOS

MISSÃO, VISÃO E VALORES

A Águas do Tejo Atlântico, S.A. (adiante designada sociedade ou Tejo Atlântico) é uma empresa do setor empresarial do Estado que integra o Grupo Águas de Portugal (AdP).

A sociedade tem por missão explorar e gerir o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, garantindo a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como contribuir para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

Ser reconhecida, nacional e internacionalmente, como uma empresa de referência no setor da água em Portugal, pela qualidade do serviço prestado, inovação, competência, eficiência, sustentabilidade e criação de valor, num quadro de respeito pelas exigências legais aplicáveis e outros compromissos voluntariamente assumidos pela empresa, trabalhando diariamente para:

- Executar o investimento necessário no prosseguimento da sua missão, implementando abordagens para a otimização global da gestão dos sistemas de saneamento e orientando a conceção para a melhoria do desempenho energético;
- Assegurar a prestação de um serviço sustentável e inovador, focalizado no cliente e nas demais partes interessadas, respeitando a envolvente, a comunidade, o ambiente e promovendo a colaboração e a partilha de informação e de conhecimento;
- Garantir uma maior eficiência no uso de recursos, nomeadamente através da aposta nas energias renováveis e na promoção de outras práticas de otimização energética das instalações, da reutilização da água residual tratada e da procura de novas soluções para as lamas do processo, prevenindo a poluição dos meios recetores e minimizando os impactes ambientais associados à atividade;
- Estabelecer contratos de fornecimento de bens e serviços com fornecedores que partilham dos nossos princípios e ética empresarial e adquirir produtos e serviços energeticamente eficientes;
- Garantir que os trabalhadores encontram todos os dias um local de trabalho cada vez mais seguro e saudável, integrando os aspetos da Segurança e Saúde no Trabalho na gestão dos nossos negócios, para que todas as atividades sejam consideradas sob a perspetiva da prevenção e da minimização dos respetivos riscos;
- Fornecer um serviço cada vez melhor, assente no estabelecimento de uma cultura de melhoria contínua que consolida a gestão dos processos e promove a eficiência do desempenho e modelo de gestão.
- Conferir responsabilidade e motivação dos trabalhadores para um desempenho de elevado nível, fomentando o trabalho em equipa, transversal à empresa e promovendo a formação contínua.

DESCRIÇÃO, ATIVIDADE E PRESENÇA

A Tejo Atlântico foi constituída em 24 de Março de 2017, pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, tendo-lhe sido atribuída a exploração e a gestão, em regime de exclusivo, do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste.

O referido sistema multimunicipal, gerido e explorado pela sociedade Águas do Tejo Atlântico, S.A., integra os antigos Sistemas Multimunicipais existentes à data da sua fusão no sistema multimunicipal de abastecimento de Águas e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo:

- Sistema multimunicipal de saneamento da Costa do Estoril, criado pelo Decreto-Lei n.º 142/1995, de 14 de junho e gerido pela SANEST, S.A.;
- Sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, criado pelo Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de novembro e gerido pela SIMTEJO, S.A.;
- Parte de saneamento do Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro e gerido pela Águas do Oeste, S.A. (AdO).

A constituição da Tejo Atlântico decorre da cisão do anterior Sistema Multimunicipal de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo e da sociedade que o geria, a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., criada pelo Dec. Lei n.º 94/2015, de 29/05/2015 e cuja gestão foi delegada na Empresa Pública de Águas Livres (EPAL), nos termos deste último diploma.

O Sistema integra como utilizadores de saneamento de águas residuais vinte e três municípios, a saber:

- Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.



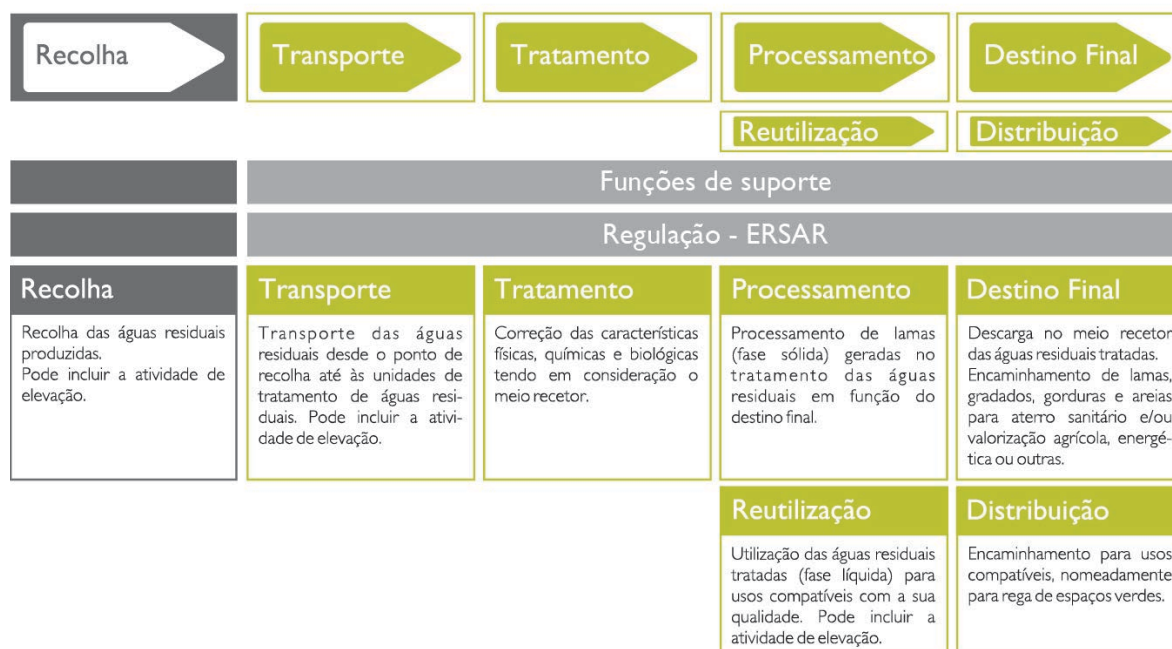
O Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, diploma de constituição da Águas do Tejo Atlântico, por cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., entrou em vigor no dia 3 de abril de 2017, tendo a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., por gestão delegada da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, assegurado a exploração e gestão do sistema por conta da Águas do Tejo Atlântico até ao dia 30 de junho de 2017, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 61.º em conjugação com o respetivo contrato de concessão.

CADEIA DE VALOR

A empresa atua numa extensa cadeia de valor que agrega um conjunto interdependente de competências, que contribuem para a criação de valor do capital acionista, no cumprimento de elevados parâmetros de desempenho exigidos.

Na representação gráfica que se apresenta expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, com especificação das atividades de operação desenvolvidas.

Operação - Saneamento



ESTRUTURA ACIONISTA, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ÓRGÃOS SOCIAIS

ESTRUTURA ACIONISTA

A Tejo Atlântico é uma sociedade anónima de capitais públicos com um Capital Social de 1 13 527 680 euros, integralmente realizado.

Nos termos legais vigentes, o Município de Lisboa exerceu o direito de preferência na aquisição das ações que haviam sido alienadas à Tejo Atlântico, em 2017, pelo Município de Cascais (3.586.998 ações de categoria A, e 350.000 da categoria B, ao valor nominal de 1 euro cada ação), passando a deter uma participação de 18,38 % do capital social.

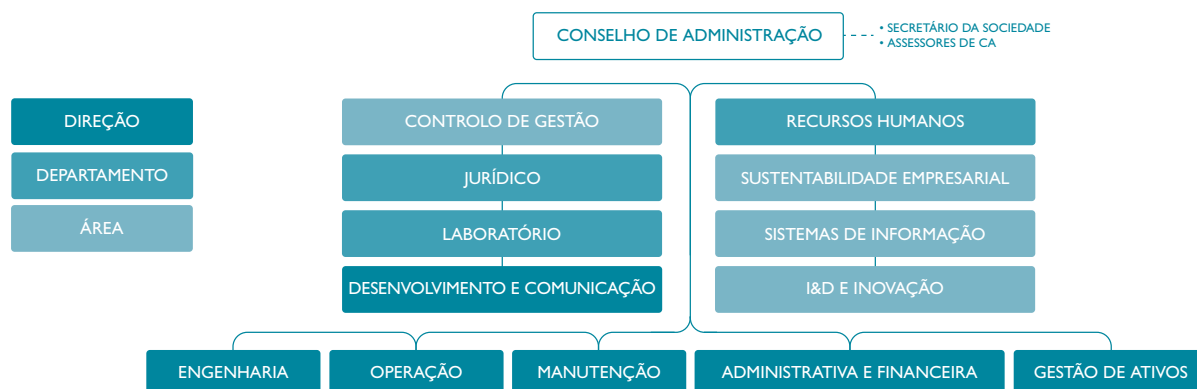
Com esta aquisição em 2018, o capital social registou uma redução das ações próprias de 6.458.431 para 2.521.433 ações.

No final do exercício o Capital da sociedade estava repartido com a seguinte distribuição:

Acionistas	N.º de Ações Subscritas por Categoria		Nº Total de Ações Subscritas	Total de Capital Social Subscrito e Realizado	% Total de Capital Social Subscrito
	Categoria A	Categoria B			
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	57 538 912		57 538 912	57 538 912 €	50,68%
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2 921		2 921	2 921 €	0,00%
Alcobaça	899 856		899 856	899 856 €	0,79%
Alenquer	384 003		384 003	384 003 €	0,34%
Amadora	6 108 431	350 000	6 458 431	6 458 431 €	5,69%
Arruda dos Vinhos	55 542		55 542	55 542 €	0,05%
Azambuja	346 735		346 735	346 735 €	0,31%
Bombarral	107 998		107 998	107 998 €	0,10%
Cadaval	123 253		123 253	123 253 €	0,11%
Caldas da Rainha	614 244		614 244	614 244 €	0,54%
Lisboa	20 516 618	350 000	20 866 618	20 866 618 €	18,38%
Loures	8 284 708		8 284 708	8 284 708 €	7,30%
Lourinha	302 165		302 165	302 165 €	0,27%
Nazaré	273 724		273 724	273 724 €	0,24%
Óbidos	131 237		131 237	131 237 €	0,12%
Odivelas	2 521 433		2 521 433	2 521 433 €	2,22%
Oeiras	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998 €	3,47%
Peniche	386 004		386 004	386 004 €	0,34%
Rio Maior	183 768		183 768	183 768 €	0,16%
Sintra	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998 €	3,47%
Sobral de Monte Agraço	57 438		57 438	57 438 €	0,05%
Torres Vedras	711 623		711 623	711 623 €	0,63%
Vila Franca de Xira	2 881 638		2 881 638	2 881 638 €	2,54%
Ações próprias da sociedade	2 521 433		2 521 433	2 521 433 €	2,22%
	112 127 680	1 400 000	113 527 680	113 527 680 €	100%

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Para o desenvolvimento da sua atividade a Tejo Atlântico organizou internamente os seus recursos em diversos órgãos funcionais que, no final de 2018, tinham a seguinte representação:



ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente Presidente da Câmara Municipal da Sintra, Dr. Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca

Vice-Presidente Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes

Secretário Dr.ª Ana Cristina Rebelo Pereira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente Executivo Eng.º António Alberto Côrte-Real Frazão

Vogal Executivo Dr.ª Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira

Vogal Executivo Eng.º Hugo Filipe Xambre Bento Pereira

Vogal Não Executivo Eng.º Nuno Rafael da Conceição Brôco

Vogal Não Executivo Eng.º José Manuel da Costa Baptista Alves

Vogal Não Executivo Dr. Armando Jorge Paulino Domingos

CONSELHO FISCAL

Presidente Dr. Armando José de Sousa Resende

Vogal Efetivo Dra. Catarina Alexandra Carvalho Fins

Vogal Efetivo Dr. Carlos Manuel Antunes Bernardes

Vogal Suplente Dra. Patrícia Isabel Sousa Caldinha

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

SROC ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC S.A.

ROC Efetivo Dr. Rui Manuel da Cunha Vieira

ROC Suplente Dr. Rui Abel Serra Martins

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Presidente Dra. Carla da Conceição Afonso Correia

Vogal Efetivo Dr. Paulo Jorge Pinto da Silva

CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES E SUCURSAIS

No final do exercício de 2018, a Tejo Atlântico não detinha participações sociais em nenhuma sociedade, nem dispunha de qualquer sucursal.

SÍNTESE DE INDICADORES

Indicadores financeiros	unidade	2018	2017
Volume de negócios (sem DRG e crédito construção)	eur	82 263 817	79 109 645
Resultado operacional	eur	14 376 642	17 585 235
EBITDA Ajustado*	eur	43 634 046	38 469 427
Resultado líquido	eur	5 508 013	6 879 777
Resultado líquido sem DRG	eur	15 567 612	8 948 611
Opex (CMVMC + FSE + Pessoal)	eur	38 485 534	39 949 722
PRC (OPEX / Volume de negócios)	%	47%	49%
Endividamento bruto	eur	231 237 185	239 289 507
Endividamento líquido	eur	139 929 223	160 130 063
Dívida bruta de clientes	eur	17 919 176	26 597 372
Dívida líquida de clientes	eur	17 893 652	23 062 964
Infraestruturas operacionais brutas (DUI bruto)	eur	855 968 128	841 361 814
Infraestruturas operacionais líquidas (DUI líquido)	eur	452 759 031	455 083 197
Investimento do ano	eur	9 169 513	3 187 081
Ativo total	eur	650 659 877	666 995 896
Passivo total	eur	533 429 816	553 046 870
Capital próprio	eur	117 230 061	113 949 026

(*) Resultado Operacional+Amortizações+Perdas por Imparidade-Subsídios ao Investimento-Desvio Recuperação de Gastos

Indicadores de atividade	unidade	2018	2017
Efluente faturado (implícito) ¹	m ³	182 875 117	183 073 212
Efluente tratado ²	m ³	194 236 891	183 205 051
Efluente recolhido	m ³	198 161 690	185 477 703
Municípios servidos	nº	23	23
Municípios abrangidos	nº	23	23
População servida	Mhab	2,3	2,3
Número de colaboradores em 31.12.2018	nº	363	355

1 Rendimentos tarifários / tarifa implícita

2 Efluente de Clientes Municipais (183.037.413 m³) e outros Clientes (167.638 m³)

Infraestruturas	unidade	2018	2017
Número de ETAR	nº	103	103
Número de Estações Elevatórias	nº	268	269
Emissários Submarinos	nº	5	5
Rede de coletores	Km	1093,4	1092,0

Destaque do Ano

Em termos laborais, 2018 ficou marcado como o ano de assinatura e entrada em vigor do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), que veio contribuir para a uniformização das condições de trabalho, colmatando algumas disparidades existentes nos subsídios recebidos. Com o ACT, a empresa deu um passo importante no sentido da promoção e valorização profissional dos seus colaboradores.

A abertura de contratação externa para o quadro de pessoal da empresa, permitiu reforçar as equipas em diversas áreas. No ano de 2018 foram admitidos através de concursos externos, 8 trabalhadores.

O Contrato para o novo fardamento foi também marcante, pelo contributo para a segurança e saúde no local de trabalho, garantindo o conforto e integridade física dos trabalhadores.

Durante o ano de 2018, as ações desenvolvidas permitiram a transição para os novos referenciais normativos, no que respeita à Qualidade ISO 9001:2015 e ao Ambiente ISO 14001:2015. Deu-se também a realização e implementação de Plano de Gestão de energia, com certificação pela norma ISO 50001.

Em termos da concretização do plano de investimentos foram iniciadas novas empreitadas, destacando-se a Beneficiação da FA

de Beirolas-Fase I (Lisboa e Loures), como obra de maior dimensão.

No que respeita a empreitadas em fase de conclusão, destaca-se a empreitada de Remodelação da ETAR da Maceira, em Torres Vedras, cujo desenvolvimento em 2018 foi essencial para assegurar a execução da comparticipação comunitária do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), no âmbito da operacionalização da Estratégia Portugal 2020.

Nos termos legais vigentes, o Município de Lisboa exerceu o direito de preferência na aquisição das ações que haviam sido alienadas à Tejo Atlântico, em 2017, pelo Município de Cascais (3.586.998 ações de categoria A, e 350.000 da categoria B, ao valor nominal de 1 euro cada ação), passando a deter uma participação de 18,38 % do capital social.

Tendo como enquadramento a estratégia da Águas do Tejo Atlântico, foram abordados temas relativos à problemática das aflúncias indevidas, à transição para uma economia circular e aos desafios no controlo dos compostos emergentes. No que concerne à reutilização de águas residuais tratadas, o debate centrou-se nos principais fatores e desafios para um crescimento sustentável da reutilização de água e das tendências da inovação tecnológica no processo de tratamento.

- A Fábrica de Água de Alcântara foi palco do segundo encontro “O Caminho da Inovação”, dedicado à temática da inovação no setor da água, organizado pela Águas do Tejo Atlântico. Além dos painéis de apresentações e debate, o evento recebeu cerca de 50 entidades, desde municípios, entidades gestoras, institutos e empresas tecnológicas, que aceitaram o desafio e trouxeram para exposição os seus mais recentes projetos por forma a partilhar com todos os participantes.



LINHAS ESTRATÉGICAS

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS E MISSÃO

A Águas do Tejo Atlântico é uma empresa do setor empresarial do Estado, que integra o Grupo Águas de Portugal.

A sociedade tem por missão explorar e gerir o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, garantindo a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como contribuir para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

Os valores fundamentais da sociedade assentam na sustentabilidade dos recursos naturais e a preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida, o equilíbrio e melhoria da qualidade ambiental, a equidade no acesso aos serviços básicos e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Os objetivos da sociedade são determinados pelas políticas públicas para o setor empresarial do Estado e, em particular, para o setor de atividade das empresas do Grupo AdP.

As orientações estratégicas são definidas nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, e através de orientações específicas emanadas em despachos ministeriais e por deliberações dos acionistas, as quais devem ser vertidas nos planos estratégicos das empresas.

Assim, de acordo com o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações para a elaboração dos planos de atividades e orçamento para cada ano de atividade, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos do artigo 29.º do referido Regime.

Conforme também resulta do referido Regime, compete ao Ministério do Ambiente, enquanto ministério setorial, designadamente:

- Definir e comunicar a política sectorial a prosseguir;
- Emitir as orientações específicas de cariz sectorial aplicáveis a cada empresa;
- Definir os objetivos a alcançar pelas empresas públicas no exercício da atividade operacional;
- Definir o serviço público a prestar pelas empresas e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

DEVERES E RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

O exercício das funções do Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que relativamente ao exercício de funções executivas prevê as seguintes obrigações:

- Cumprir os objetivos da empresa definidos em Assembleia-Geral ou, quando existam, em contratos de gestão;
- Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
- Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;

- Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
- Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

Os membros do Conselho de Administração devem ainda promover a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento da sociedade e, conseqüentemente, do setor e do Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico estão sujeitos às normas de ética aceites no setor de atividade e ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, designadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS GERAIS

O Conselho de Administração deverá assegurar que a Águas do Tejo Atlântico, sem prejuízo da sua autonomia de gestão:

- Cumpra a sua missão e exerça a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente da eficiência, qualidade e segurança do serviço prestado;
- Seja socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
- Conceba e implemente políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do individuo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação das trabalhadoras e dos trabalhadores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão e especificidade das diversas atividades desenvolvidas;
- Implemente planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- Implemente políticas de inovação científica e tecnológica, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- Implemente e mantenha sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS ESPECÍFICAS

O Conselho de Administração deverá ainda assegurar que a Águas do Tejo Atlântico, após o importante esforço de investimento em infraestruturas e o conjunto de alterações mais recentes, em linha com a política para o setor, implemente uma agenda de medidas orientadas para a consolidação e o recentrar da sua atuação, designadamente em:

- Aprofundar a colaboração com os Municípios, através nomeadamente da:
 - Promoção de parcerias integrando, quando adequado, sistemas municipais, privilegiando a promoção da gestão do ciclo integral da água;
 - Identificação de alternativas de colaboração que permitam colocar as competências empresariais públicas ao serviço dos parceiros municipais;
 - Adoção de medidas conducentes à participação dos parceiros municipais nas principais decisões, designadamente de investimento, alargamento ou diminuição do âmbito da atividade, revisão de tarifas e instrumentos de planeamento.
- Promover o desenvolvimento regional, na linha da opção política para o setor da água, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente:
 - Na concretização dos destaques de sistemas multimunicipais.
 - Nas políticas de contratação de bens e serviços que promovam também o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
 - Na constituição e, ou participação em centros de competência funcionando em rede e em ambiente de interação, descentralizado e colaborativo, ajustado às realidades territoriais.
- Assegurar elevada eficiência, a partir do reforço da natureza empresarial e incentivo aos seus quadros, alinhando-o com os desafios do setor, designadamente:
 - Sistematização e otimização das rotinas operacionais, contribuindo para melhorar a afetação de recursos, através da elaboração ou revisão de planos de operação numa base comparável e consistente;
 - Otimização do sistema de contabilidade de gestão e de indicadores de desempenho de atividades e entidades comparáveis, refletindo também a imputação decorrente dos planos de operação;
 - Realização e participação em exercícios de avaliação e comparação de desempenho;
 - Realização e implementação de plano de gestão de energia com certificação pela norma NP EN ISO 50001.
- Assegurar uma efetiva e participada gestão de mudança, atentos os antecedentes e os desafios de mudança em presença, designadamente de natureza estrutural e cultural.
- Assegurar a gestão das infraestruturas, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos desafios das alterações climáticas e segurança, através designadamente:
 - Definição da política de gestão de infraestruturas.
 - Integração, nas principais decisões de gestão organizacional, das funções de conceção, construção e manutenção.
 - Consolidação do conhecimento das infraestruturas.
 - Consolidação dos sistemas de informação e avaliação.
 - Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas.
 - Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
- Assegurar um efetivo envolvimento da sociedade na implementação de medidas de proteção ambiental multisetoriais, nomeadamente as medidas necessárias para a resolução dos problemas dos efluentes agropecuários e agroindustriais.
- Capitalizar as competências e capacidades disponíveis para a implementação de projetos nacionais.

ENQUADRAMENTO

A ENVOLVENTE

CONTEXTO MACROECONÓMICO¹

Global

O crescimento mundial em 2018 está estimado em aproximadamente 3,7% (equivalente ao ano anterior), em resultado do crescimento verificado na Europa e na Ásia. As projeções de crescimento para 2019 e 2020 situam-se em 3,5% e 3,6%, respetivamente, as quais refletem uma continuada redução na taxa de crescimento das economias avançadas e das economias emergentes.

A incerteza sobre o impacto do Brexit e da evolução do comércio internacional, nomeadamente por resultado da negociação dos acordos internacionais em curso pelos Estados Unidos, condicionam as perspetivas.

Zona do Euro

O crescimento real do produto interno bruto (PIB) enfraqueceu inesperadamente no terceiro trimestre de 2018, refletindo, em parte, estrangulamentos temporários na produção por parte de fabricantes de automóveis. Embora os dados recentes tenham sido mais fracos do que o esperado, a produção de automóveis recuperou nos últimos meses e os fatores fundamentais que apoiam a expansão da área do euro, em geral, mantêm-se. Por conseguinte, projeta-se uma recuperação do crescimento no curto prazo. As perspetivas de crescimento projetadas refletem o impacto da orientação muito acomodatória da política monetária, a melhoria das condições no mercado de trabalho, balanços mais robustos e alguma redução da restritividade orçamental. A moderação do crescimento real do PIB, de 1,9% em 2018 para 1,5% em 2021, é explicada sobretudo pela crescente escassez da oferta de mão-de-obra em alguns países e por condições financeiras um pouco menos favoráveis ao longo do horizonte de projeção. A inflação medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) deverá ter atingido o seu valor máximo, de 2,1%, no terceiro trimestre de 2018 e alcançar o seu valor mínimo, de 1,4%, até ao final de 2019, aumentando depois gradualmente para 1,8% em 2021.

Este padrão reflete uma diminuição acentuada da inflação da componente de preços dos produtos energéticos do IHPC no decurso de 2019, face às atuais taxas elevadas, à medida que o impacto de fortes aumentos anteriores dos preços do petróleo se desvanece. A inflação medida pelo IHPC excluindo preços dos produtos energéticos e dos produtos alimentares deverá aumentar, refletindo a continuação da expansão económica e uma maior restritividade das condições no mercado de trabalho.

Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2018 são os seguintes:

	Estimativa 2018	Ano 2017
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	2,1%	2,8%
Taxa crescimento Consumo Privado	2,3%	2,3%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumido	1,2%	1,6%
Taxa de desemprego	7,0%	8,9%
Taxa de juro OT 10 Anos	1,84%	3,05%

Segundo com as projeções do Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá prosseguir uma trajetória de crescimento da atividade, embora em desaceleração. As projeções para o crescimento do PIB em Portugal (1,8% em 2019, 1,7% em 2020 e 1,6% em 2021) encontram-se globalmente alinhadas com as publicadas para o conjunto da área do euro pelo Banco Central Europeu (BCE).

¹ Fonte: *FMI World Economic Outlook*; *European Commission Economic Outlook*; Boletim económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.

Após um crescimento significativamente superior ao da atividade em 2017 e 2018, o comércio internacional deverá apresentar no horizonte de projeção uma evolução mais próxima da do PIB mundial, implicando uma relativa estabilidade do crescimento da procura externa dirigida a Portugal em 2019-21. As restantes principais variáveis de enquadramento externo também deverão apresentar uma evolução relativamente favorável em 2019-21, não obstante o expectável início do processo de normalização suave da política monetária na área do euro.

As projeções assentam num cenário de desaceleração do consumo privado da formação bruta de capital fixo, num contexto de aumento do rendimento disponível, da melhoria progressiva das condições de trabalho e de condições favoráveis ao financiamento.

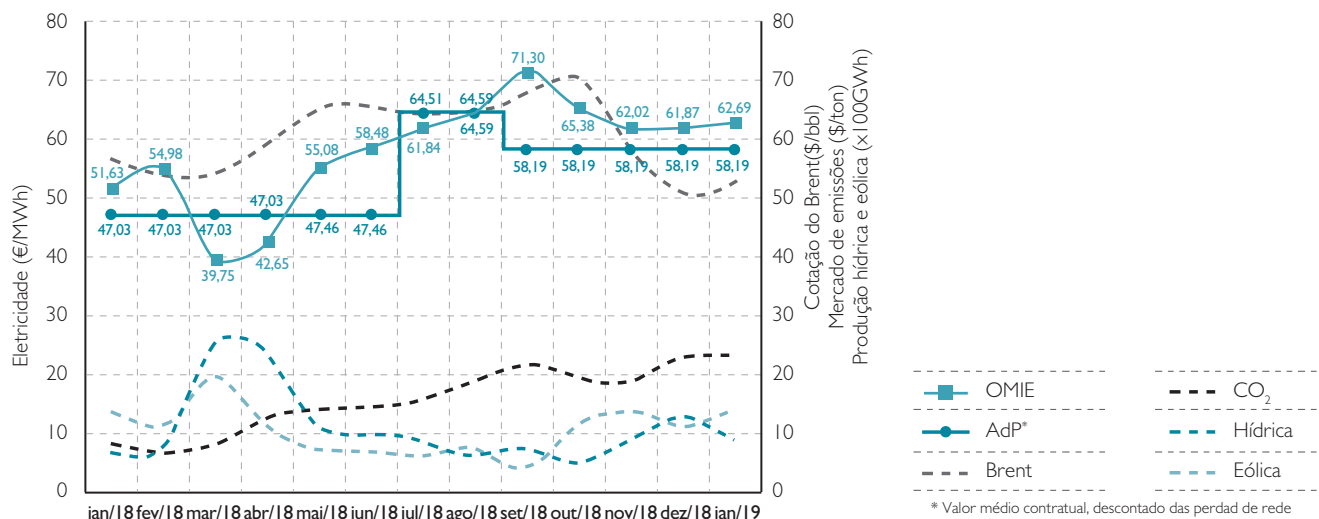
Durante o período em análise, o Banco de Portugal antecipa uma estabilização da taxa de inflação de 1,5%, entre 2019 e 2021.

No que respeita às taxas de juro, o Banco Central Europeu prevê a manutenção de taxas diretoras negativas até 2019 e o aumento da média ponderada das taxas de rendibilidade nominais das obrigações de dívida pública a dez anos, para 1,4%, em 2019; 1,7%, em 2020; e 1,9% em 2021. O Banco de Portugal prevê a estabilidade da taxa de juro implícita da dívida portuguesa, ligeiramente abaixo dos 3%.

O PREÇO E O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

No ano de 2018 a cotação média da eletricidade no mercado grossista ibérico (OMIE), atingiu 57,45 €/MWh, o valor mais elevado desde 2008. Esta subida resultou do efeito combinado da subida das cotações do petróleo e do mercado de emissões de CO₂ que, face a 2017 apresentaram um aumento de 30% e 149%, respetivamente.

A produção renovável, componente endógena que influencia a cotação da eletricidade, apesar de ter sido 33% superior à verificada em 2017, não teve o impacto esperado nos mercados porque a produção eólica apresentou valores inferiores aos normais na primavera e verão (os mais baixos desde 2010) e por ter coincido com a paragem não programada de uma importante central nuclear espanhola (Vandellòs2).



Esta evolução da cotação da eletricidade no mercado ibérico foi acompanhada nos mercados europeus, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França:

Variação da cotação média da eletricidade	2018/2017
Portugal	+23%
Alemanha	+30%
França	+12%

O crescimento dos preços da energia elétrica acontece igualmente no chamado mercado de futuros (OMIP):

Varição da cotação da eletricidade no mercado de futuros	1Jan18/1Jan19
Portugal	+17%
Alemanha	+37%
França	+30%

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso as empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante a fixação das Tarifas de Acesso a Redes (TAR), onde, a par dos custos de operação das redes, são incluídos os custos de política energética, ambiental ou de interesse económico geral (CIEG), nomeadamente, a recuperação do *deficit* tarifário e as convergências tarifárias regionais.

Sem embargo, regista-se que 2018 foi o 1.º ano dos últimos 5 em que se verificou uma redução das TAR, calculada em -3,6%, quando aplicados à estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP. Esta redução será mais expressiva em 2019, quantificando-se em -13,1% face a 2018, com maior relevância na baixa tensão normal (BTN).

Na interpretação desta redução é importante ter em consideração que os CIEG variam de forma inversa com o preço da energia nos mercados. Por exemplo, na produção em regime especial, (PRE), a maior componente dos CIEG, o custo resulta da diferença entre o preço pago ao produtor e o preço de venda dessa eletricidade nos mercados. Deste modo, um elevado preço de energia nos mercados reduz este custo e vice-versa.

Em termos de custos de energia para as empresas do Grupo AdP, o valor médio em 2018 foi cerca de 105,95 €/MWh (+10,5% que em 2017), representando o custo de aquisição de energia 54,9% (*versus* 49,2% em 2017). Os valores de aquisição de energia nos mercados foram de 58,19 e 47,14 €/MWh, para 2018 e 2017, respetivamente (+23,4%). Estes valores têm por base valores reais de consumo em alta tensão (AT) até agosto e em BTN, baixa tensão especial (BTE) e média tensão (MT) até outubro, com extrapolação até ao final de 2018.

Para os 3 primeiros trimestres de 2019 (contratado até setembro de 2019, com exceção da BTN), o valor médio deverá situar-se em torno dos 104,29 €/MWh, o que representa uma redução de -1,6% face a 2018 (em resultado da redução das TAR), sendo o valor médio de aquisição de energia nos mercados de 62,78 €/MWh, que compara com o valor de 58,19 €/MWh em 2018 (+7,9%). Estes valores não incluem a redução excepcional da potência contratada que conseguida em 2018 terá aplicação plena em 2019.

Registo ainda para os consumos de energia. De acordo com os dados recolhidos, o consumo de energia em 2018 deverá ser semelhante ao verificado em 2017, apesar do ligeiro aumento da atividade no abastecimento de água e no saneamento de águas residuais registados nas empresas do Grupo AdP, o que induz uma melhoria do consumo específico. Idêntica situação é esperada para o ano de 2019.

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. No ano de 2018 foi evitado um consumo de gasóleo de 136 m³, o que representa uma redução de 4,6% no consumo desta forma de energia. Em termos de energia primária, a redução foi de 57,7%, uma vez que o consumo elétrico foi de cerca de 230 MWh. Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, que se espera vir a acontecer gradualmente ao longo dos próximos anos, o seu efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

Não sendo exequível prever com segurança a variação do preço da energia elétrica para o último trimestre de 2019 e anos seguintes, face ao conjunto de fatores que influenciam o mercado e sobre a qual os consumidores não têm qualquer controlo, deve assinalar-se duas novas situações, sobre as quais não se tem perspectiva, ainda, o seu efeito direto, relacionadas com a:

- Alteração/ atualização das regras do mercado europeu da eletricidade, com vista a melhorar o funcionamento do mercado, dar autonomia aos consumidores e preparar a transição para uma energia limpa, por via de uma diretiva e um regulamento relativos à configuração do mercado da eletricidade, pedras angulares do pacote Energias Limpas;

O Regulamento Mercado da Eletricidade irá estabelecer as regras aplicáveis ao comércio da eletricidade que visam melhorar o funcionamento do mercado e facilitar o comércio transfronteiras de eletricidade, bem como estabelecer as condições em que os Estados-Membros podem criar mecanismos de capacidade;

- Revisão da Diretiva Eficiência Energética e o Regulamento Governação da União da Energia, que fixa o objetivo da UE em pelo menos 32,5 % para 2030, o que se traduz em níveis de consumo de energia não superiores a 1.128 Mtep (consumo de energia primária) e a 846 Mtep (consumo de energia final), em 2030, excluindo o Reino Unido, tendo os Estados-Membros que levar em conta o consumo total de energia projetado ao definirem a sua contribuição indicativa nacional de eficiência energética para os objetivos da EU;

A atualização permitirá à UE avaliar a sua evolução no sentido de cumprir os seus objetivos em matéria de eficiência energética e alterações climáticas, bem como garantir a segurança jurídica para os Estados-Membros e as empresas numa União a 27.

Registo ainda, apesar do carácter experimental, para novos desafios que se colocam no fornecimento de energia elétrica, nomeadamente:

- A aplicação de tarifas dinâmicas (o Grupo participa no projeto piloto com 10 infraestruturas), e que visa testar novos períodos horários e a criação de um novo período tarifário, designado por super ponta;
- A reserva de regulação (o Grupo participa no projeto piloto com 13 infraestruturas), e que visa alargar ao consumo a Gestão Global do Sistema, introduzindo um sistema de remuneração para os consumidores que corresponderem aos pedidos de aumento ou redução da potência.

Estas situações, que serão integradas no mercado ao longo dos próximos anos, irão obrigar a dotar as infraestruturas, em particular as de maior consumo, de uma capacidade de ajustamento/flexibilidade do perfil de consumo de eletricidade da rede pública, que manifestamente não possuem atualmente.

Em resumo, pelos fatores e alterações a que o mercado está sujeito e o condicionam, por não se perspetivar uma variação assinalável no preço da energia elétrica nos mercados (em particular na sua redução) e pela experiência acumulada no grupo no seu acompanhamento continuado, a estratégia mais sustentável passará necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas,
- Redução dos gastos, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, a conseguir com uma gestão eficiente da energia,
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (eólico e solar fotovoltaico), reduzindo o consumo da rede e a dependência dos mercados.

O SETOR

O SETOR A NÍVEL MUNDIAL²

A água e a segurança hídrica encontram-se no centro dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (SDGs - *Sustainable Development Goals*). Segundo o Banco Mundial, sem melhorar a gestão dos recursos hídricos e assegurar o acesso global a serviços de qualidade de abastecimento de água e de saneamento, não será possível enfrentar com sucesso os grandes desafios do século XXI – desenvolvimento humano, cidades habitáveis, alterações climáticas, segurança alimentar e segurança energética.

PANORAMA MUNDIAL

Factos

- 9 em cada 10 catástrofes naturais decorrem de problemas relacionados com a água, incluindo inundações e secas;
- 2,1 biliões de pessoas não tem acesso a serviços de abastecimento de água, 4,5 biliões de pessoas não tem acesso a serviços de saneamento;
- 361 mil crianças com menos de 5 anos morrem em cada ano devido a condições deficientes de saneamento e contaminação de água;
- 70% da captação de água destina-se à agricultura;
- 1,3 biliões de pessoas continuam sem acesso a eletricidade;
- Os recursos subterrâneos de água esgotam-se a um ritmo maior do que conseguem regenerar-se;

Perspetivas

- Estima-se que em 2025, cerca de 1,8 biliões de pessoas viverão em regiões com absoluta escassez de água;
- Com a manutenção das práticas atuais de gestão da água, em 2030 o mundo enfrentará um défice de 40% entre a procura e a quantidade de água disponível;
- Para alimentar 9 biliões de pessoas em 2050 será necessário aumentar em 60% a produção agrícola e em 15% a captação de água;
- As necessidades de água para a produção energética estão a aumentar;

Segundo as duas instituições mais influentes neste domínio a nível mundial – o Banco Mundial e a OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, nos próximos anos os governos dos países devem empenhar-se a resolver as questões relacionadas com a qualidade e disponibilidade da água, por forma a garantir o equilíbrio da satisfação das necessidades das famílias, da agricultura, da indústria, da produção de energia, e do meio ambiente.

Têm sido promovidas várias iniciativas sobretudo com o objetivo de assegurar o financiamento de investimentos determinantes para alcançar a meta da segurança hídrica mundial, designadamente:

- *HLPW - High Level Panel on Water*, que deliberou sobre os maiores desafios do setor e produziu um documento – a Nova Agenda, que apela a uma mudança fundamental sobre a forma como se percebe e gere o valor da água;
- *Global Water Security & Sanitation Partnership (GWSP)*, através da qual se criou um fundo financeiro constituído por diversos doadores;
- *2030 Water Resources Group (2030 WRG)* destinado a apoiar as reformas governamentais mais urgentes com o objetivo de assegurar a gestão sustentável dos recursos hídricos a longo prazo, bem como o crescimento económico dos respetivos países;
- *Roundtable on Financing Water*, que inspirada na liderança política e na experiência técnica tem a ambição de aumentar o financiamento de investimentos que contribuam para a segurança hídrica e para o desenvolvimento sustentável.

² Fonte: <http://www.worldbank.org>; <http://oecdoobserver.org>

A ÁGUA E SANEAMENTO EM PORTUGAL³

O setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais, reconhecidamente um grande contribuinte para o desenvolvimento económico, social e ambiental, teve uma evolução positiva nos últimos anos em Portugal, destacando-se a excelência da monitorização do meio hídrico recetor e da água fornecida, atestado na manutenção de elevados índices de qualidade da água, conforme atestam os dados mais recentes da ERSAR.

PANORAMA NACIONAL

Abastecimento de Água	Saneamento de Águas Residuais
<ul style="list-style-type: none"> • 9,6 milhões de habitantes servidos • 96% de alojamentos servidos • Tarifa média ponderada: 0,4920 €/m³ • Indicador de água Segura (alta): 99,77% • Indicador de água Segura (baixa): 98,72% 	<ul style="list-style-type: none"> • 8,5 milhões de habitantes servidos com drenagem • 84% de alojamentos servidos • 8,4 milhões de habitantes servidos com tratamento • 83% de alojamentos servidos com tratamento • Tarifa média ponderada: 0,5094 €/m³

Tendo o objetivo de promover, junto das populações, o acesso a um serviço público de água e saneamento de qualidade, adequado às necessidades, com custos socialmente aceitáveis, no quadro legal comunitário e nacional, e no enquadramento da política europeia em inovação para o setor, está em execução o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para Portugal continental, no período 2014–2020: PENSAAR 2020 – Uma Nova Estratégia para o Setor de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais.

No âmbito do Fundo Ambiental, o Ministério do Ambiente anunciou a disponibilização de um total de 158 milhões de EUR, em 2018, para apoiar políticas ambientais para a prossecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável, designadamente os relativos às alterações climáticas, aos recursos hídricos, aos resíduos e à conservação da natureza e biodiversidade. Desta verba, cerca de dez milhões destinam-se a assegurar a sustentabilidade dos serviços de águas (Despacho n.º 730-A/2018).

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2017, de 7 de junho, criou a Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca, que vem desenvolvendo os respetivos trabalhos com vista à antecipação dos efeitos da escassez de água e à construção de pistas de solução de resiliência para lhe fazer face.

Destaca-se igualmente a publicação, em Diário da República, do Despacho n.º 2054/2017 de constituição do grupo de trabalho interministerial responsável pela revisão da ENEAPAI (Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais), e atribuição da respetiva coordenação ao Grupo AdP. Decorridos mais de nove anos desde a aprovação da ENEAPAI, esta iniciativa tem por objetivo fazer o balanço da implementação, e consequente atualização da Estratégia dedicada à gestão adequada dos efluentes agropecuários e agroindustriais, estando em desenvolvimento a proposta legislativa destinada à resolução desta matéria.

O GRUPO AdP

No âmbito do PENSAAR 2020 e do programa do XXI Governo Constitucional, foi efetuada a reestruturação do setor das águas, que passou pela reversão das agregações dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais existentes, criadas ao abrigo dos Decretos-Leis n.º 92/2015, 93/2015 e 94/2015, de 29 de maio. Assim, nos termos dos Decretos-Leis n.º 16/2017 de 1 de fevereiro e 34/2017 de 24 de março, o Grupo Águas de Portugal passou a integrar quatro novas sociedades gestoras de sistemas multimunicipais de água e de saneamento de águas residuais.

³ Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.fundoambiental.pt>; <https://www.apambiente.pt>

O Grupo AdP – Águas de Portugal é o principal grupo empresarial português com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais.

Detido maioritariamente pelo Estado, o Grupo constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

O Grupo AdP atua em todas as fases do ciclo urbano da água, desde a captação, o tratamento, o transporte e distribuição de água para consumo público, à recolha, transporte, tratamento e rejeição de águas usadas, urbanas e industriais, incluindo a sua reciclagem e reutilização.

Através das suas empresas, tem uma presença alargada no território continental, prestando serviços a cerca de 80% da população portuguesa.

Destaque para a gestão da energia, constituindo uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, no quadro da promoção de níveis de eficiência que garantam a ecoeficiência e a sustentabilidade das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais. Promovendo ainda uma redução de encargos associados.

No âmbito da implementação das medidas e ações estabelecidas no PEPE – Plano de Eficiência e de Produção de Energia, efetivou-se a redução da potência contratada mínima nas infraestruturas das empresas participadas, resultando numa redução significativa na fatura da energia elétrica consumida no Grupo.

Quanto à gestão dos aproveitamentos hidráulicos, foi criado um grupo de trabalho para a gestão de barragens, que visa desenvolver um modelo sustentável de integração da gestão destes ativos (atualmente geridos pela APA, Agência Portuguesa do Ambiente) nas atividades das diversas empresas subsidiárias. Em maio de 2018, sob organização da AdP, realizou-se uma sessão técnica sobre “Segurança de Barragens”.

O Grupo AdP, através da AdP SGPS, é membro do *User Board* do CLIM2POWER, projeto de investigação que estabelece uma ponte entre o conhecimento científico complexo baseado em modelos, traduzindo dados climáticos em informação de suporte à gestão operacional de centrais de geração de energia.

O desenvolvimento de capacidades e competências do Grupo AdP no mercado nacional permitiu a expansão internacional do Grupo, atuando como montra das vantagens competitivas que Portugal detém no setor do ambiente e desenvolvendo projetos de assistência técnica e parceria em diferentes países.

O Grupo AdP trabalha ainda em estreita colaboração com os municípios na construção de soluções de agregação de operações em baixa, aplicando o seu *know how*, no sentido de promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento e saneamento às populações.

A REGULAÇÃO

ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestam serviços no setor de águas, abastecimento público de água e saneamento de áreas residuais, sendo este um setor regulado, sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos desta entidade.

Estes serviços assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos sectoriais nacionais.

As subsidiárias do Grupo AdP atuam de acordo com vários modelos de gestão (concessão e delegação) e nos segmentos alta (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM) e parceria Estado-Autarquias) e baixa (EPAL e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor.

As entidades gestoras estão ainda sujeitas à regulação ambiental por parte da Agência Portuguesa do Ambiente

REGULAÇÃO ECONÓMICA

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR, nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os conexos contratos de concessão, parceria e gestão. Contratos que dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos e à remuneração contratual.

A intervenção da ERSAR em matéria económica junto destas entidades gestoras encontra-se delimitada, consoante se trate de uma entidade de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA), para quem a ERSAR fixa as tarifas e rendimentos tarifários, e para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), para quem a ERSAR verifica a conformidade com as tarifárias contratuais e verificará a conformidade com regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona outros aspetos económicos e financeiros.

Nos SMM, para além da fixação de tarifas e dos rendimentos tarifários, a ERSAR define cenários de eficiência produtiva e aprova o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais registam nas respetivas contas.

Nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, foram constituídos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário), nos quais o Grupo AdP se encontra representado.

Em 14 de dezembro de 2018, foi iniciado o procedimento de consulta pública de interessados relativo à proposta de Regulamento Tarifário dos Serviços de Águas (RTA) e Documento Complementar n.º I a este regulamento.

Em 2018, o Grupo AdP manteve ativamente a sua participação na elaboração de sugestões, no âmbito das consultas públicas que a ERSAR promoveu, bem como de diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade.

Durante o ano de 2018, continuou-se a desenvolver trabalhos de revisão dos diplomas-base dos sistemas de titularidade estatal (Decreto-Lei n.º 195/2009 de 20 de agosto) e dos sistemas de titularidade municipal (Decreto-Lei n.º 194/2009 de 20 de agosto), trabalhos estes que continuam em curso.

SISTEMA MULTIMUNICIPAL DA TEJO ATLÂNTICO

A Entidade Gestora Águas do Tejo Atlântico, que se constitui sistema multimunicipal, exerce, através de contrato de concessão celebrado com o Estado, a atividade de saneamento de águas residuais em “alta”.

As tarifas e os rendimentos tarifários, quando aplicáveis, em “alta”, praticados por este sistema multimunicipal são fixados pela ERSAR, nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, sendo calculados com base nos encargos eficientes aceites pela ERSAR.

Para a Tejo Atlântico as tarifas e os rendimentos tarifários, quando aplicáveis, encontram-se estabelecidos para o primeiro período tarifário no decreto-lei de constituição e respetivo contrato de concessão. Neste período, a ERSAR valida a atualização das tarifas e dos rendimentos tarifários, quando aplicáveis, com base na taxa de inflação (IHPC).

A validação desta atualização deve estar terminada até 5 de outubro, data limite para comunicação das tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicáveis, aos utilizadores.

No caso desta entidade gestora, a ERSAR aprovou a atualização das tarifas e dos rendimentos tarifários, quando aplicável, a aplicar em 2018, no decurso de outubro de 2017.

Com o processo de agregação dos sistemas, em 2015, foi criado um mecanismo de corredor tarifário, a componente tarifária acrescida (CTA), que veio a ser reforçado nos processos de cisão ocorridos em 2017. Estes mecanismos estão atualmente estabelecidos entre os sistemas do litoral e do interior, para ambos os serviços. A CTA do primeiro período tarifário ficou estatuída via diplomas de constituição dos sistemas beneficiários, sendo a sua atualização monitorizada pela ERSAR.

Nos termos do contrato de concessão, são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais eficientes, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. São ainda considerados encargos tarifário a quota-parte de recuperação dos desvios de recuperação de gastos (DRG), quando aplicável.

O contrato de concessão determina que a rentabilidade dos capitais próprios, a recuperar por via tarifária, resulte da remuneração do capital social e da reserva legal a uma taxa equivalente às OT (obrigações do tesouro) a dez anos acrescida de uma margem de 3 %, e da remuneração acionista em dívida, a uma taxa equivalente às OT a dez anos.

O diploma constituinte da cisão de SMM, Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, consagra a metodologia de registo e de recuperação dos DRG, tendo determinado um período máximo de geração adicional de DRG até 10 e um período máximo de reintegração destes ativos (ou passivos) até 25 anos.

No exercício de 2018, a ERSAR procedeu à análise do DRG do sistema multimunicipal criado por cisão e gerido Tejo Atlântico, tendo submetido um relatório preliminar sobre o qual a Águas do Tejo Atlântico exerceu o seu contraditório. Até à data da aprovação das Demonstrações financeiras de 2018 não foi tomada uma decisão final sobre o DRG do exercício, no entanto os encargos não aceites pela entidade reguladora referidos no relatório preliminar são imateriais. Os gastos de 2017 foram aceites na íntegra pela ERSAR.

Em 31-12-2018 estavam registados, nas contas da Tejo Atlântico, cerca de 27 milhões de euros de DRG de natureza deficitária, decorrente da atividade do SMM.

REGULAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço, resulta de uma avaliação anual tendo por base indicadores em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em dezembro de 2018, foi publicado e divulgado o volume I do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2017, cujo acesso é público.



O negócio



INTRODUÇÃO

A Tejo Atlântico é uma empresa multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais, que resulta da cisão da empresa multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais de Lisboa e Vale do Tejo.

O sistema multimunicipal compreende a exploração e a gestão dos serviços de saneamento de águas residuais de vinte e três Municípios; Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira, provenientes dos extintos sistemas Multimunicipais da SANEST, SIMTEJO e Águas do Oeste, que foram agregados no sistema multimunicipal da Águas de Lisboa e Vale do Tejo em 2015. A população residente abrangida pelo sistema em 2018 foi de 2,3 milhões de habitantes.

SANEAMENTO ALTA

Em termos operacionais, a Águas do Tejo Atlântico está dividida em 2 zonas geográficas, a zona TA Norte correspondente à extinta Águas do Oeste e, a zona TA Sul, às extintas SANEST e SIMTEJO, e em 14 Centros Operacionais.

No final de 2018, o conjunto de infraestruturas operadas pela Águas do Tejo Atlântico incluía 103 Fábricas de Água em funcionamento (74 na TA Norte e 29 na TA Sul), 268 estações elevatórias (178 na TA Norte e 90 na TA Sul), 875,7km de emissários e interceptores (490,39km na TA Norte e 385,31km na TA Sul) e, 217,7 km de condutas elevatórias (153,13km na TA Norte e 64,53km na TA Sul).

Quadro I - Descrição do Sistema Tejo Atlântico por Centro Operacional

Direção Regional	Centro operacional	Fábricas de Água (Quant.)	Estações Elevatórias (Quant.)	Emissários e Interceptores (km)	Condutas Elevatórias (km)	Capacidade total das FA (m ³)	População equivalente de dimensionamento (e.p.)
SUL	ALC	1	11	21,309	5,095	66 230 345	756 000
SUL	ALV	1	7	13,959	6,226	10 109 770	153 878
SUL	BEI	1	8	16,565	3,296	24 913 440	213 500
SUL	CES	1	9	182,111	18,456	126 144 000	920 000
SUL	CHE	1	5	2,896	2,639	19 162 500	205 000
SUL	FRI	2	6	74,207	4,393	31 841 140	715 000
SUL	MAF	15	34	52,539	13,881	8 332 585	136 177
SUL	SJT	1	0	5,794	0,000	5 840 000	130 000
SUL	VFX	6	10	15,929	10,549	8 196 003	108 251
NORTE	VFX II	4	7	19,870	6,496	2 214 820	40 979
NORTE	ANZ	6	11	38,195	8,993	9 370 750	143 603
NORTE	ARS	34	29	98,298	21,194	1 908 585	97 371
NORTE	BCO	12	31	81,002	30,802	2 089 990	49 840
NORTE	LPE	10	24	92,815	15,668	5 162 560	83 600
NORTE	TVD	8	76	160,213	69,982	8 435 786	169 476
Total		103	268	875,702	217,670	327 737 454	3 881 696

NOTA: ALC- Alcântara; ALV- Alverca; BEI- Beirolas; CES – Costa do Estoril; CHE- Chelas; FRI – Frietas; MAF- Mafra; SJT- São João da Talha; VFX-Vila Franca de Xira; ANZ- Alcobaça/Nazaré; ARS- Alenquer/Arruda dos Vinhos/Azambuja/Rio Maior/Sobral Monte Agraço; BCO-Bombarral/Cadaval/Óbidos; LPE- Lourinhã/Peniche; TVD – Torres Vedras.

No ano de 2018, o volume tratado de águas residuais foi de 194 milhões de metros cúbicos, atingindo os 59 % da capacidade total de todos os subsistemas, com um cumprimento da licença de descarga em 96,6%.

No processo de tratamento das Fábricas de Água foram geradas 164 692 toneladas de lamas, que devidamente acondicionadas, foram aplicadas como fertilizantes orgânicos na agricultura.

O volume de Água⁺ produzida para uso interno e uso externo foi 3,1 milhões de metros cúbicos, que corresponde a cerca de 1,6% do volume total de águas residuais tratadas.

A energia necessária para o transporte em alta e para o tratamento de águas residuais foi de 92 206 887 kWh.

A Energia produzida em 2018 a partir do Biogás gerado no processo de tratamento de lamas por digestão anaeróbia foi de 17 727 717 kWh, o que corresponde a uma taxa de cobertura global de 19% de consumo de energia elétrica nas Fábricas de Água da empresa, considerando a energia consumida nas instalações de tratamento onde a energia é produzida.

Quadro 2 - Principais dados operacionais do Sistema Tejo Atlântico por Centro Operacional

Direção Regional	Centro operacional	Caudal tratado m ³ /ano	Energia Consumida kWh/ano	Energia Produzida kWh/ano	Lamas Ton/ano	Água + m ³ /ano
SUL	ALC	52 670 149	22 700 397	0	54 541,9	592 795
SUL	ALV	5 976 735	4 304 887	0	4 970,1	145 623
SUL	BEI	14 573 955	6 703 237	947 434	11 142,3	149 425
SUL	CES	55 312 965	16 276 550	10 772 295	22 428,6	272 660
SUL	CHE	12 950 357	6 488 170	1 590 780	10 932,5	990 071
SUL	FRI	20 265 648	9 938 724	2 762 820	13 350,6	614 880
SUL	MAF	5 008 034	3 972 416	0	8 083,1	115 871
SUL	SJT	3 828 616	3 507 698	1 244 461	4 060,8	25 309
SUL	VFX	3 267 127	1 699 145	409 927	2 503,3	16 409
NORTE	VFX II	1 451 595	1 322 290	0	2 346,9	29 071
NORTE	ANZ	3 710 013	2 655 501	0	7 978,6	43 645
NORTE	ARS	4 189 341	2 896 883	0	2 948,4	30 309
NORTE	BCO	2 582 481	2 403 789	0	3 114,2	10 734
NORTE	LPE	3 074 838	2 282 413	0	3 525,5	14 043
NORTE	TVD	5 375 037	5 054 788	0	12 765,8	99 077
Total		194 236 891	92 206 887	17 727 717	164 692,4	3 149 923

Os custos totais de operação, em 2018, foram 16.905.746 €, com a distribuição por rúbricas indicada na Figura I

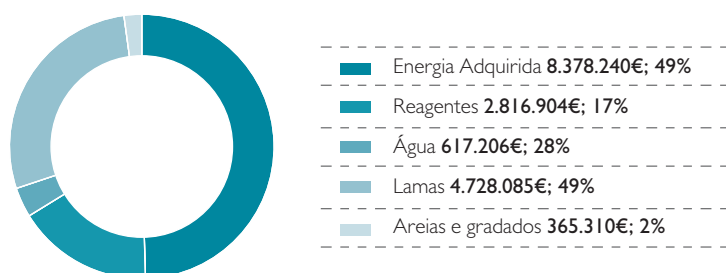


Figura I- Distribuição dos custos de operação por rúbricas

Quadro 3 - Principais custos de operação do Sistema Tejo Atlântico por Centro Operacional

Direção Regional	Centro operacional	Energia Adquirida	Reagentes	Água Intercetores	Lamas Elevatórias	Areias e gradados	Total
SUL	ALC	2 370 236 €	579 417 €	145 239 €	1 554 448 €	60 116 €	4 709 457 €
SUL	ALV	444 436 €	68 923 €	17 194 €	160 907 €	18 874 €	710 334 €
SUL	BEI	696 937 €	4 590 €	15 634 €	314 135 €	22 298 €	1 053 594 €
SUL	CES	742 541 €	1 294 275 €	177 298 €	686 409 €	96 217 €	2 996 740 €
SUL	CHE	506 033 €	232 192 €	13 124 €	331 773 €	81 160 €	1 164 282 €
SUL	FRI	734 040 €	290 896 €	18 990 €	400 879 €	31 030 €	1 475 835 €
SUL	MAF	468 485 €	112 143 €	57 285 €	248 914 €	11 064 €	897 892 €
SUL	SJT	242 678 €	39 314 €	1 558 €	135 353 €	12 283 €	431 186 €
SUL	VFX	202 897 €	22 804 €	20 408 €	76 810 €	5 355 €	328 274 €
NORTE	VFX II	133 502 €	31 911 €	6 824 €	76 207 €	782 €	249 225 €
NORTE	ANZ	304 942 €	50 805 €	20 726 €	228 739 €	4 197 €	609 408 €
NORTE	ARS	351 901 €	9 146 €	29 530 €	83 329 €	3 336 €	477 241 €
NORTE	BCO	292 800 €	16 175 €	10 674 €	117 945 €	1 207 €	438 800 €
NORTE	LPE	305 774 €	19 383 €	18 540 €	76 637 €	7 639 €	427 973 €
NORTE	TVD	581 038 €	44 930 €	64 183 €	235 601 €	9 754 €	935 505 €
Total		8 378 240 €	2 816 904 €	617 206 €	4 728 085 €	365 310 €	16 905 746 €

Nos quadros 4 e 5 apresenta-se a comparação, nos anos 2018 e 2017, dos principais dados, custos e indicadores operacionais.

Quadro 4 - Comparação dos principais custos do Sistema Tejo Atlântico

	Unidade	2018	2017	%
Água residual tratada	m ³	194 236 891	183 205 051	6%
Água residual não tratada	m ³	1 620 629	989 842	64%
Consumo de energia total	kWh	92 206 887	87 756 198	5%
Consumo de energia total	€	8 378 240	8 088 082	4%
Consumo de energia FA	kWh	77 841 785	74 322 492	5%
Consumo de energia FA	€	6 456 305	6 359 895	2%
Consumo de energia EE	kWh	14 749 479	13 433 706	10%
Consumo de energia EE	€	1 921 935	1 728 187	11%
Consumo de reagentes	Ton	9 823	9 967	-1%
Consumo de reagentes	€	2 816 904	2 285 443	23%
Consumo de Água Potável	m ³	131 842	136 132	-3%
Consumo de Água Potável	€	617 206	683 810	-10%
Consumo de Água +	m ³	2 765 963	2 670 769	4%
Valorização de Lamas	Ton	164 692	156 176	5%
Valorização de Lamas	€	4 728 085	3 973 585	19%
Produção de areias e gradados	Ton	7 072	8 324	-15%
Produção de areias e gradados	€	365 522	279 534	31%
Produção de Água +	m ³	3 149 923	3 156 320	0%
Produção de Energia	kWh	17 727 719	9 731 201	82%
Qualidade das águas residuais	%	97	98	-2%

Quadro 5 - Comparação dos principais indicadores operacionais do Sistema Tejo Atlântico

	Unidade	2018	2017	%
Energia total/Volume tratado	kWh/m ³	0,475	0,479	-1%
Energia total/Volume tratado	€/m ³	0,043	0,044	-2%
Energia FA/Volume tratado	kWh/m ³	0,401	0,406	-1%
Energia FA/Volume tratado	€/m ³	0,033	0,035	-4%
Reagentes/Volume tratado	g/m ³	50,572	54,404	-7%
Reagentes/Volume tratado	€/m ³	0,015	0,012	16%
Água Potável/Volume tratado	m ³ /m ³	0,001	0,001	-9%
Água Potável/Volume tratado	€/m ³	0,003	0,004	-15%
Água +/Volume tratado	m ³ /m ³	0,014	0,015	-2%
Lamas/Volume tratado	kg/m ³	0,848	0,852	-1%
Lamas/Volume tratado	€/m ³	0,024	0,022	12%
Areia e gradados/Volume tratado	kg/m ³	0,036	0,045	-20%
Areia e gradados/Volume tratado	€/m ³	0,002	0,002	23%
Custo tratamento-Operação	€/m ³	0,084	0,080	5%

Durante o ano de 2018 a atividade da DOP foi influenciada com a falta de mão-de-obra para dar a resposta adequada à operação das infraestruturas, tendo havido a necessidade de recorrer a trabalho temporário com pouca ou nenhuma experiência na área.

A mobilidade das equipas também condicionou o tempo de resposta da equipa de operação às ocorrências registadas.

O estado de conservação das infraestruturas, as avarias sucessivas, as dificuldades de contratação e as descargas industriais em algumas fábricas da água, condicionaram o cumprimento das licenças de descarga.

SUSTENTABILIDADE

ENQUADRAMENTO

No ano de 2018, consolidámos o empenho em contribuir de forma relevante para a promoção de um futuro sustentável, aliando o crescimento económico com a responsabilidade ambiental, a justiça social e a qualidade de vida das populações de hoje e das gerações futuras. Caminhámos com afinco no combate às alterações climáticas, na concretização da economia circular e no cumprimento dos ODS.

A Tejo Atlântico enquanto empresa pertencente ao universo Águas de Portugal (AdP), que desempenha uma função ativa na sociedade e no ambiente, desenvolve uma gestão adequada dos seus recursos, de forma a promover uma operação mais eficiente, que garanta uma melhor qualidade do serviço prestado, a melhores tarifas para a comunidade.

A estratégia de sustentabilidade do Grupo AdP resulta da análise das orientações de gestão e da estratégia de negócio, do plano setorial PENSAAR, da reflexão sobre as expectativas dos *stakeholders*, da consolidação das melhores práticas existentes, dos compromissos assumidos com a subscrição do *Global Compact* no âmbito das Nações Unidas e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Neste enquadramento, e tendo por base a premissa de que a sustentabilidade se consegue criando relações simbióticas com o ambiente, com os acionistas e colaboradores, com a comunidade e com as demais partes interessadas, identificaram-se os principais desafios do grupo em matéria de sustentabilidade e definiram-se os Princípios e Compromissos da Estratégia de Sustentabilidade do Grupo AdP.

A Sustentabilidade no Grupo AdP é parte integrante da sua estratégia de gestão, porquanto sustenta a sua atuação num compromisso com a melhoria do capital natural e humano e em benefício das populações atuais e das gerações futuras gerando por isso valor para todas as partes interessadas. As atividades do Grupo são fundamentais para um desenvolvimento económico, social e ambiental sustentável.

No ano de 2018, reforçou-se o compromisso com o Desenvolvimento Sustentável. Foram dados passos largos no combate às alterações climáticas, apostando-se forte na economia circular; e empenho nas políticas sociais rumo ao cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. O Grupo tem a consciência do impacto imediato e futuro no desenvolvimento das cidades e na qualidade de vida das pessoas, pautando a sua atuação com esse enfoque.

Consciente dos impactes inerentes às operações desenvolvidas, o Grupo gere adequadamente os recursos que utiliza, explorando as melhores tecnologias disponíveis e otimizando o potencial das infraestruturas, dos subprodutos e dos resíduos que gere.

A Tejo Atlântico enquanto empresa pertencente ao universo AdP, desenvolve uma gestão sustentável dos seus recursos, de forma a promover uma operação mais eficiente, que garanta uma melhor qualidade do serviço prestado, a melhores tarifas para a comunidade.

O Plano Estratégico de Sustentabilidade do Grupo AdP redefinido em 2017 resulta da análise das orientações de gestão e da estratégia de negócio, do plano setorial PENSAAR, da reflexão sobre as expectativas das partes interessadas, da consolidação das melhores práticas existentes, dos compromissos assumidos com os princípios do *Global Compact* no âmbito das Nações Unidas e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Neste enquadramento, e tendo por base a premissa de que a sustentabilidade se consegue criando relações simbióticas com o ambiente, com os acionistas e trabalhadoras/es, com a comunidade e com as demais partes interessadas, identificaram-se os principais desafios do grupo em matéria de sustentabilidade e foram definidos os principais compromissos. A nossa atuação face aos compromissos assumidos e metas encontram-se plasmados no relatório de sustentabilidade (consolidado) do Grupo AdP

ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE 2017/2020

Como compromisso o Grupo AdP assume harmonizar a gestão do ciclo urbano da água com os desafios do desenvolvimento sustentável, materializando-o na Estratégia de Sustentabilidade do Grupo AdP para o período 2016-2020.

Esta estratégia integra seis grandes princípios e 20 compromissos abrangendo vários temas, nomeadamente a conservação das massas de água e da biodiversidade, a adaptação às alterações climáticas, o desenvolvimento de economia local responsável, a valorização da relação com os colaboradores e uma aproximação crescente á comunidade.

Na base da estratégia de Sustentabilidade está o conceito de simbioses – com o ambiente, com os colaboradores, com os acionistas e clientes e com a comunidade que decorre da relação de estreita interdependência que as atividades desenvolvidas pela Águas do Tejo Atlântico, mantêm com a qualidade de vida das pessoas e do ambiente, estando a montante e a jusante de todas as restantes atividades económicas.

Em Simbiose com Ambiente

Gerimos o ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza

Compromissos:

- Conservar e valorizar as massas de água
- Minimizar a produção de resíduos e valorizar os subprodutos
- Conservar a biodiversidade e promover os serviços de ecossistemas
- Apostar na Investigação e Desenvolvimento

Contribuímos para o combate às alterações climáticas

Compromisso:

- Garantir a ecoeficiência do Grupo

Simbiose com os Acionistas e Clientes

Garantimos a prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente

Compromissos:

- Garantir a sustentabilidade económico-financeira do Grupo, criando valor para os acionistas e demais partes interessadas
- Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão do Grupo
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável

Prestamos um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida

Compromissos:

- Garantir a acessibilidade aos serviços de água e saneamento, assegurando justiça social e qualidade de vida das populações
- Garantir a eficiência, fiabilidade e a qualidade do serviço e segurança do produto
- Personalizar, simplificar e inovar na relação com o cliente, com base numa maior proximidade

Simbiose com os Colaboradores

Valorizamos a relação com os colaboradores, garantindo o crescente *know-how* do Grupo

Compromissos:

- Investir no desenvolvimento dos colaboradores
- Garantir a igualdade de oportunidades
- Garantir a segurança e saúde no trabalho
- Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal
- Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz

Simbiose com a Comunidade

Promovemos a aproximação crescente à comunidade

Compromissos:

- Promover a utilização sustentável dos serviços essenciais de água e saneamento
- Adotar um papel ativo no envolvimento com a população para as questões sociais
- Partilhar o conhecimento através de projetos de cooperação, capacitação e apoio técnico
- Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento

STAKEHOLDERS / PARTES INTERESSADAS

A Tejo Atlântico está consciente das suas responsabilidades enquanto empresa prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.

Por *stakeholder* entende-se uma pessoa ou grupo que podem afetar e/ou são afetados pelos resultados estratégicos obtidos e que têm reivindicações aplicáveis, respeitantes ao desempenho da empresa.

A envolvência dos *stakeholders* na atividade da Tejo Atlântico (e do Grupo AdP) passa por um exercício de partilha e transparência da empresa na sua relação com a sociedade e, em particular, com as entidades que têm impacto ou são impactadas pelas empresas do Grupo.

A Tejo Atlântico (e o Grupo AdP) identificou como principais *stakeholders* os seguintes grupos:



Através dos diversos serviços, a empresa pretende manter um adequado relacionamento institucional e informativo com o universo dos *stakeholders* acima descritos.

Os diversos serviços atuam como interlocutores entre a comissão executiva e os *stakeholders*, garantindo um envolvimento e uma comunicação profissional e constante com estes, sendo responsáveis pela celeridade, credibilidade e robustez de toda a informação disponível.

Para tal, são desenvolvidos esforços e estabelecidas competências que garantem o fluxo de comunicação constante com todas as entidades interessadas, disponibilizando toda a informação necessária e observando todas as disposições formais, legais e regulamentares aplicáveis. Só assim, se torna possível dar resposta às solicitações de informação que lhe são dirigidas.

A responsabilidade da Tejo Atlântico neste âmbito é acrescida e particularmente sensível pelo facto de prestar serviços de carácter público, constituindo o seu *core business* uma contribuição decisiva para o desenvolvimento sustentável do país.

DEVERES ESPECIAIS DE PRESTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A Tejo Atlântico cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência e assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*.

GESTÃO DO RISCO

A Tejo Atlântico e, em particular, o seu Conselho de Administração dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua atividade, alcançada através da monitorização periódica dos principais riscos que resultam da operação diária e da melhoria no sistema de controlo interno existente.

A existência de um modelo de gestão do risco empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do

alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

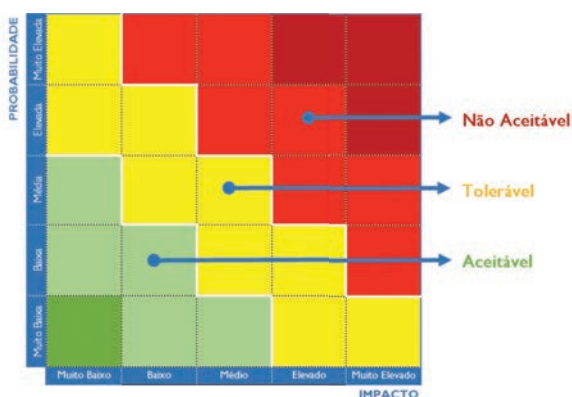
De modo a assegurar a eficácia e eficiência dos processos que garantem o atingimento dos objetivos, a existência de um sistema de controlo interno, visa garantir um nível de confiança razoável nos mecanismos de controlo implementados. Estes compreendem um conjunto de ações que, em conjunto ou individualmente, garantem que os processos desenvolvidos asseguram o cumprimento das metas definidas e a realização da sua missão.

A adequabilidade do sistema de controlo interno encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco existente, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

No modelo de gestão do risco empresarial implementado no Grupo AdP, os riscos encontram-se organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), a qual se apresenta em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputação;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A Auditoria Interna e Controlo de Risco é a Direção da AdP SGPS que tem por missão a identificação dos riscos inerentes aos negócios do Grupo AdP, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto, a realização de testes de conformidade para avaliar os resultados e de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, tem reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de gestão do risco empresarial, os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela Tejo Atlântico sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, além de ser assegurada pela Tejo Atlântico e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e o responsável e respetivo plano de implementação. Consoante a duração do período de tratamento definido, poderão ser definidas datas de monitorização e os respetivos responsáveis, sendo o impacto das ações desenvolvidas aferido na avaliação subsequente efetuada.

Tendo a criação da sociedade ocorrido no decurso de 2017 e considerando a complexidade e exigências associadas a esse momento específico, bem como a necessidade de existir um adequado nível de conhecimento dos processos, riscos e controlos implementados para a realização de uma apropriada avaliação do risco, foi definido não proceder à avaliação do risco em 2018.

Ainda assim, a empresa optou por realizar uma avaliação mais simplificada, baseada na assim e agora descrita e no contexto do seu Sistema de Gestão Integrado em vigor, de forma a permitir, por um lado, adequada adaptação aos novos referenciais normativos da qualidade e do ambiente, por outro, uma preparação e divulgação do conhecimento no que a esta matéria diz respeito, processo que está em fase de conclusão.

Decorrente da análise à avaliação do risco efetuada pela empresa no final de 2018, o Conselho de Administração irá avaliar a necessidade de identificar e/ou implementar ações corretivas, a incorporar nos Planos de Tratamento de Risco, monitorizados periodicamente de forma a acompanhar a sua implementação, o impacto na mitigação dos riscos identificados e aferir o respetivo nível de controlo.

ATIVIDADE OPERACIONAL

FÁBRICAS DA ÁGUA

Água residual tratada

Em 2018, o volume tratado de águas residuais foi de 194 236 891 metros cúbicos, o que corresponde a uma média diária de 532 156 m³/dia e representa um aumento de 6% face ao valor de 2017.

O volume de água residual tratada na TA Norte foi de 20 383 305 m³ e na TA Sul de 173 853 586 m³, que corresponde a 10% e 90 % do volume total de água residual tratada.

Na Figura 2 é apresentada a evolução mensal do volume de água residual tratada durante o ano de 2018, distribuído pela TA Norte e TA Sul.

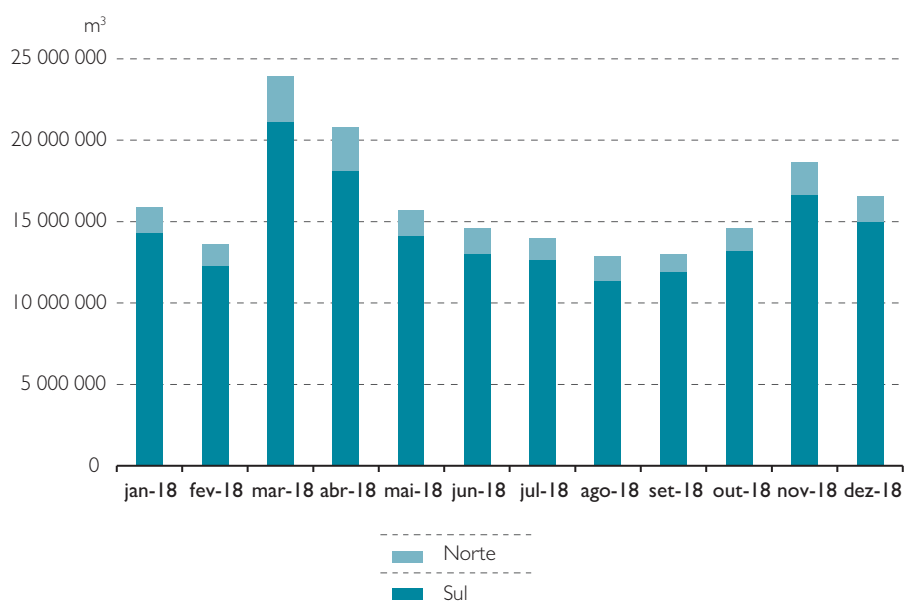


Figura 2- Evolução mensal do volume de água residual tratada (m³)

Água residual não tratada

O volume de água residual não tratada corresponde à água residual rejeitada por interrupção do serviço devido a avarias, falhas de energia, entupimentos e colapsos. Em 2018, o volume de água residual não tratada foi de 1 620 629 m³, que corresponde a 0,8% do volume de água residual tratada, na Tejo Atlântico.

O volume de água residual não tratada na TA Norte foi de 174 884 m³ e na TA Sul de 1 445 884 m³, que corresponde a 0,9% e 0,8 % do volume total de água residual tratada, respetivamente.

Na Figura 3 é apresentada a evolução mensal do volume de água residual não tratada durante o ano de 2018, distribuído pela TA Norte e TA Sul.

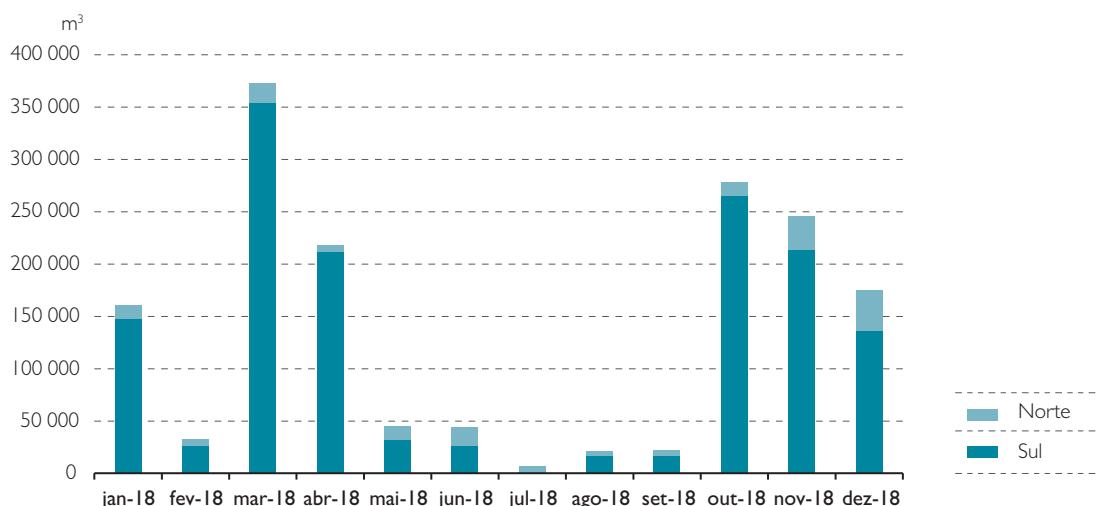


Figura 3- Evolução mensal do volume de água residual não tratada (m³)

Energia

Energia Consumida (kWh)

Em 2018, a energia total consumida foi 92 206 887 kWh que corresponde a uma média diária de 252 621 kWh, e representa um aumento de 5% face ao valor de 2017.

A energia necessária para o tratamento de águas residuais foi de 77 457 409 kWh (84%) e a energia para o transporte e elevação foi de 14 749 479 kWh (16%).

A energia total consumida na TA Norte foi de 16 615 664 kWh e na TA Sul de 75 591 224 kWh, que corresponde a 18% e 82 % da energia total consumida.

Na Figura 4 é apresentada a evolução mensal da energia consumida durante o ano de 2018, distribuído pela TA Norte e TA Sul.

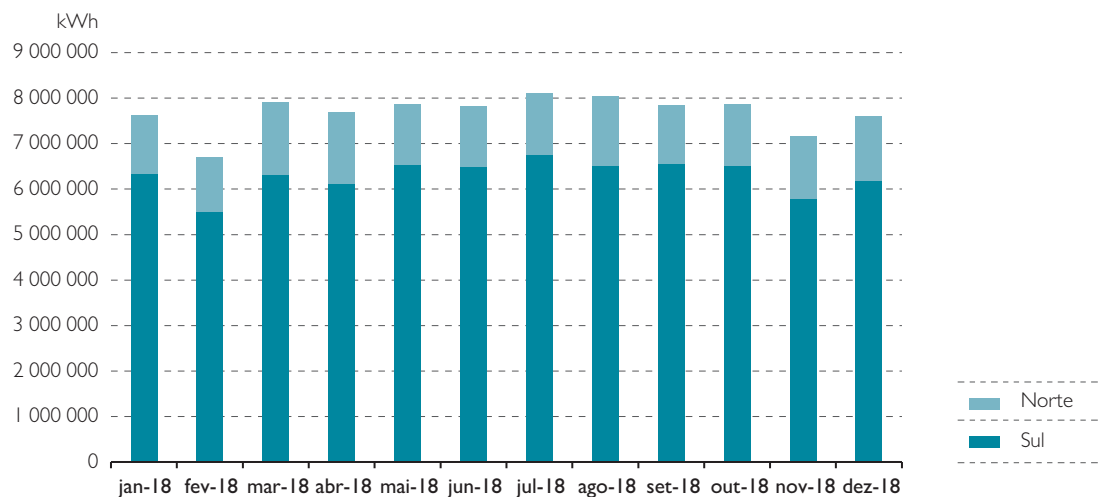


Figura 4- Evolução mensal do volume da energia consumida (kWh)

Energia Consumida (€)

Em 2018, o custo de energia consumida foi de 8 378 240,22 €, que corresponde a um custo médio diário de 22 954,08 €/dia e representa um aumento de 4% face ao valor de 2017.

O custo de energia consumida na TA Norte foi de 1 969 956,05 € e na TA Sul de 6 408 284,17 €, que corresponde a 24% e 76 % do custo de energia consumida.

Na Figura 5 é apresentada a evolução mensal do custo da energia consumida durante o ano de 2018, distribuído pela TA Norte e TA Sul.

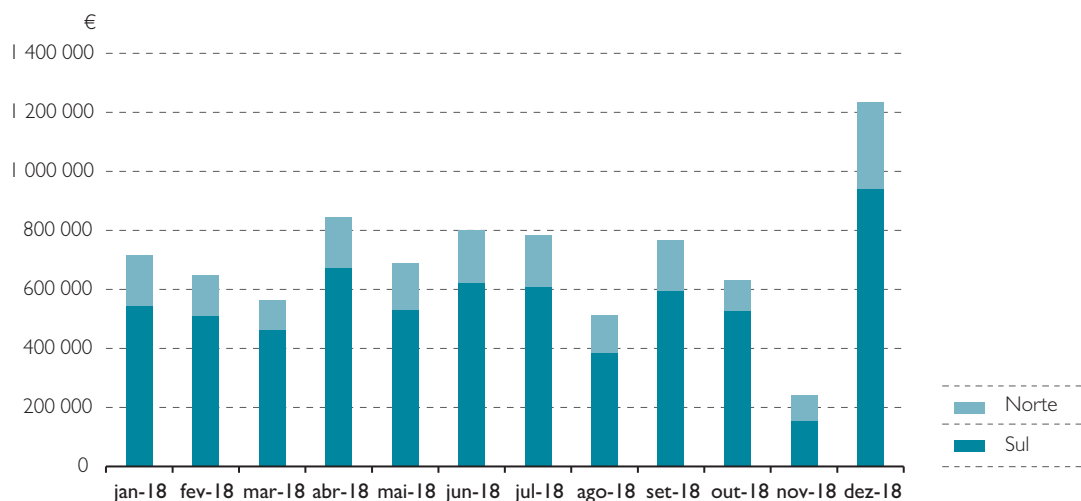


Figura 5- Evolução mensal do custo da energia consumida (€)

Energia Produzida (Kwh)

Em 2018, a energia produzida a partir do Biogás gerado no processo de tratamento de lamas por digestão anaeróbia foi de 17 727 719 kWh, que corresponde a uma produção média diária de 48 569 kWh/dia e representa um aumento de 82% face ao valor de 2017.

Destaca-se o acréscimo de produção, face a 2017, nas FA de S. João da Talha, Chelas e Guia.

Na Figura 6 é apresentada a evolução mensal da energia produzida durante o ano de 2018, distribuída por Fábrica de Água.

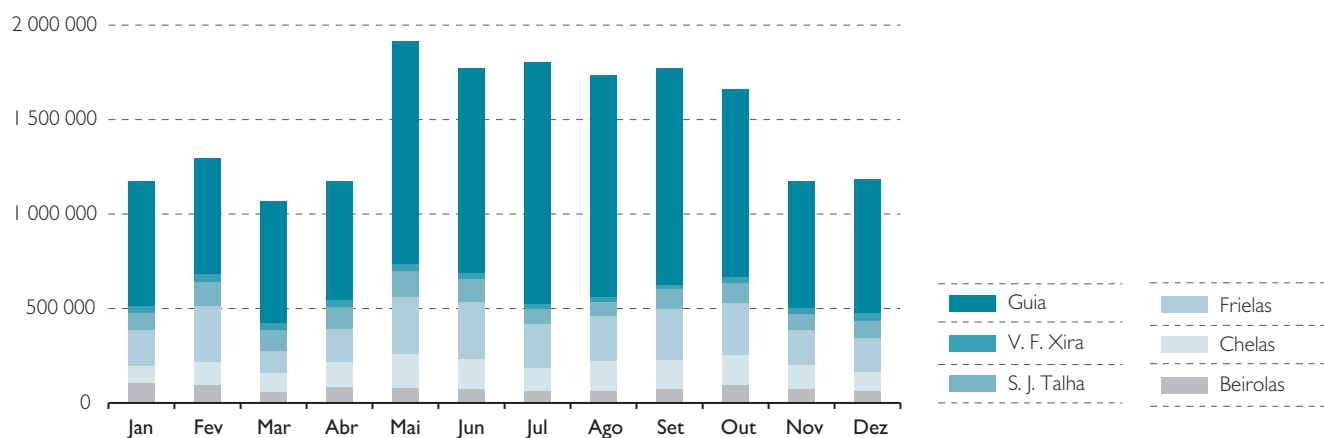


Figura 6- Evolução mensal do volume da energia produzida por Fábrica da Água (kWh)

Reagentes

Em 2018, o custo de reagentes foi de 2 816.903,78 €, que corresponde a um custo médio diário de 7 717,55 €/dia, e representa um aumento de 23% face ao valor de 2017.

O custo de reagentes na TA Norte foi de 140 438,39 € e na TA Sul de 2 676 465,39 €, que corresponde a 5% e 95 % do custo de reagentes.

Na Figura 7 é apresentada a evolução mensal do custo de reagentes durante o ano de 2018, distribuído pela TA Norte e TA Sul.

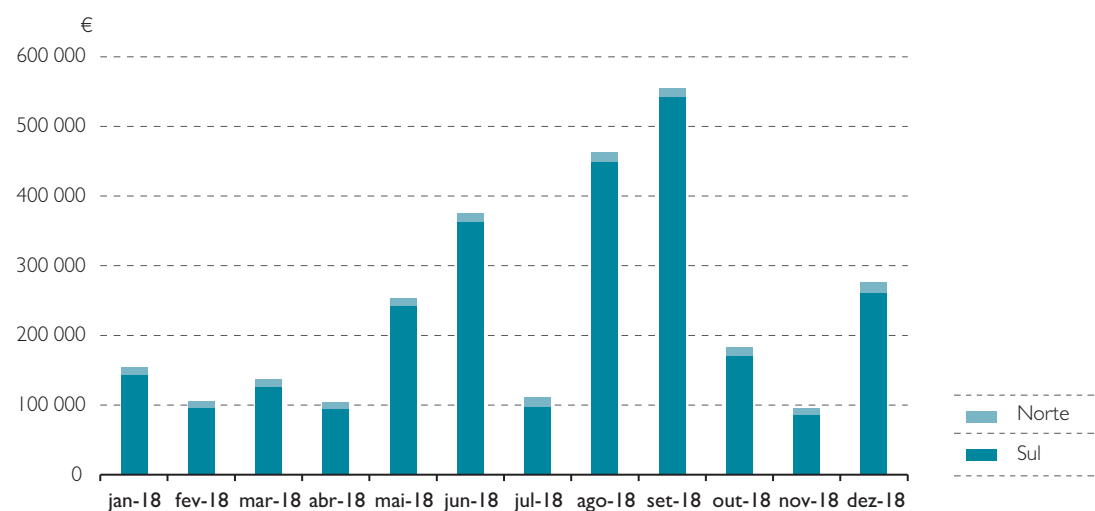


Figura 7- Evolução mensal do custo dos reagentes (€)

Água

Água (m³)

Em 2018, o consumo de água potável foi de 131 842 m³, que corresponde a um consumo médio diário de 361,21 m³/dia, e representa uma redução de 3% face ao valor de 2017.

O consumo de água potável na TA Norte foi de 35 031 m³ e na TA Sul de 96 811 m³, que corresponde a 27% e 73 % do consumo de água potável.

Na Figura 8 é apresentada a evolução mensal do consumo de água potável durante o ano de 2018, distribuído pela TA Norte e TA Sul.

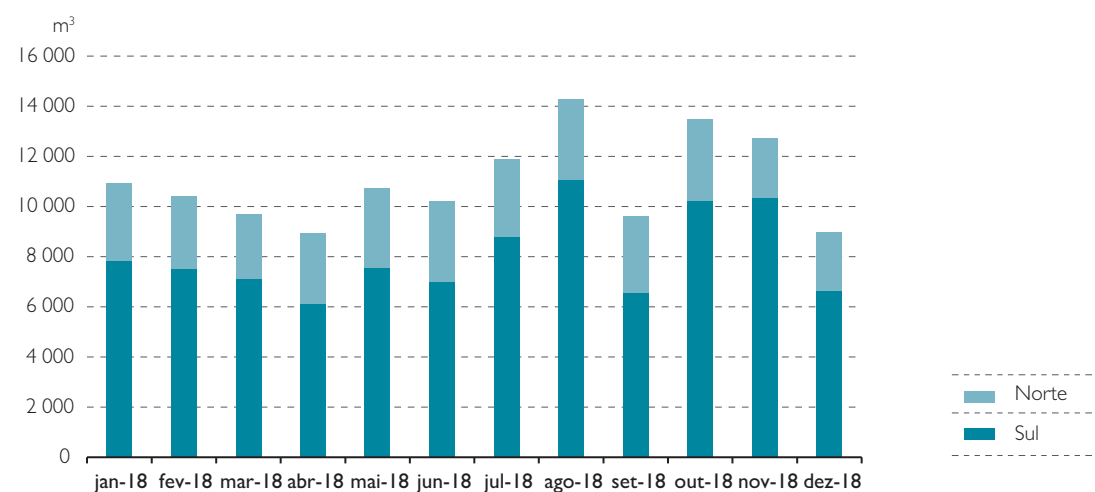


Figura 8 - Evolução mensal do consumo de água potável (m³)

Água (€)

Em 2018, o custo de água potável foi de 6 17 205,92 €, que corresponde a um custo médio diário de 1 690,98 €/dia, e representa uma redução de 10% face ao valor de 2017.

O custo de água potável na TA Norte foi de 143 652,51 € e na TA Sul de 473 553,41 €, que corresponde a 23% e 77 % do custo de água potável.

Na Figura 9 é apresentada a evolução mensal do custo de água potável durante o ano de 2018, distribuído pela TA Norte e TA Sul.

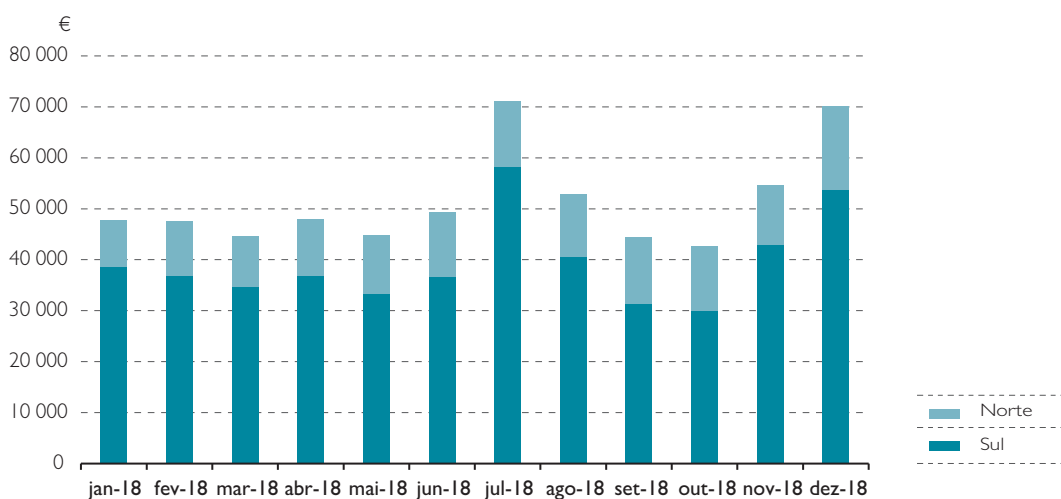


Figura 9 - Evolução mensal do custo de água potável (€)

Lamas

Lamas (Ton)

Em 2018, a valorização de lamas foi de 164 692 Ton, que corresponde a uma média diária de 451 Ton/dia, e representa um acréscimo de 5% face ao valor de 2017.

A valorização de lamas na TA Norte foi de 30 332 Ton e na TA Sul de 134 360 Ton, que corresponde a 18% e 82 % da valorização de lamas.

Na Figura 10 é apresentada a evolução mensal da valorização de lamas durante o ano de 2018, distribuído pela TA Norte e TA Sul.

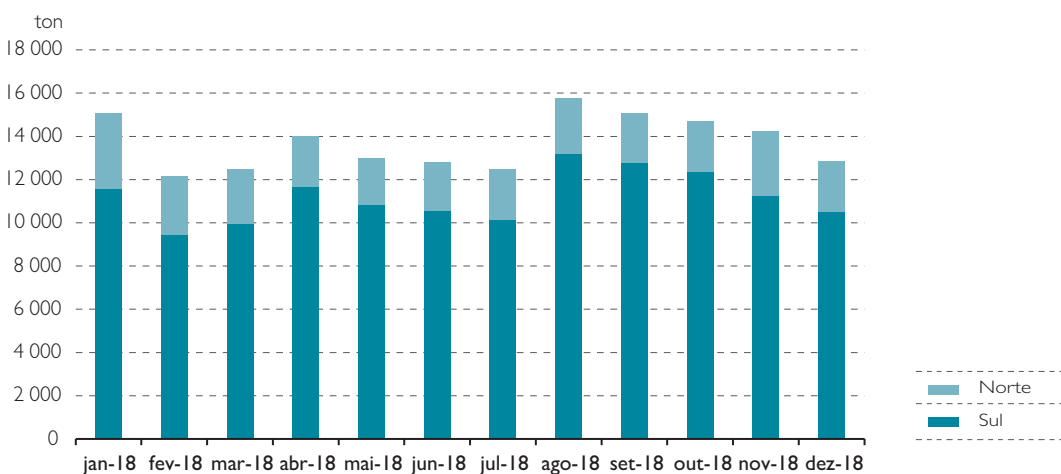


Figura 10 - Evolução mensal da valorização de lamas (Ton)

Lamas (€)

Em 2018, o custo da valorização de lamas foi de 4 728 085,31 €, que corresponde a um custo médio diário de 12 953,66 €/dia, e representa um acréscimo de 19% face ao valor de 2017.

A custo da valorização de lamas na TA Norte foi de 742 250,53 € e na TA Sul de 3 985 834,78 €, que corresponde a 16% e 84 % do custo da valorização de lamas.

Na Figura 11 é apresentada a evolução mensal do custo da valorização de lamas durante o ano de 2018, distribuído pela TA Norte e TA Sul.

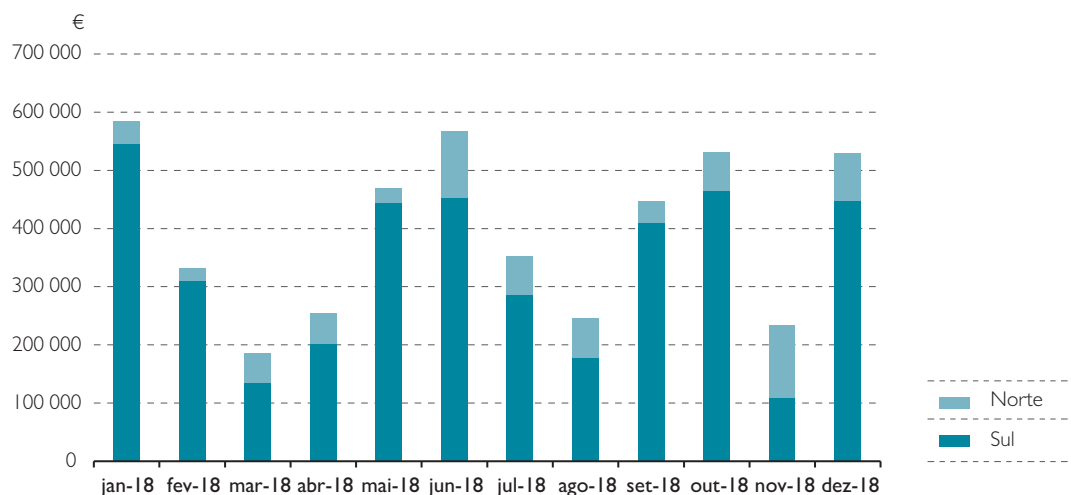


Figura 11 - Evolução mensal do custo da valorização de lamas (€)

Areias e gradados (Ton)

Em 2018, a produção de areias e gradados foi de 7 072 Ton, que corresponde a uma produção média diária de 19 Ton/dia, e representa uma redução de 15% face ao valor de 2017.

A produção de areias e gradados na TA Norte foi de 1 198 Ton e na TA Sul de 5 874 Ton, que corresponde a 17% e 83 % da produção de areias e gradados.

Na Figura 12 é apresentada a evolução mensal da produção de areias e gradados durante o ano de 2018, distribuído pela TA Norte e TA Sul.

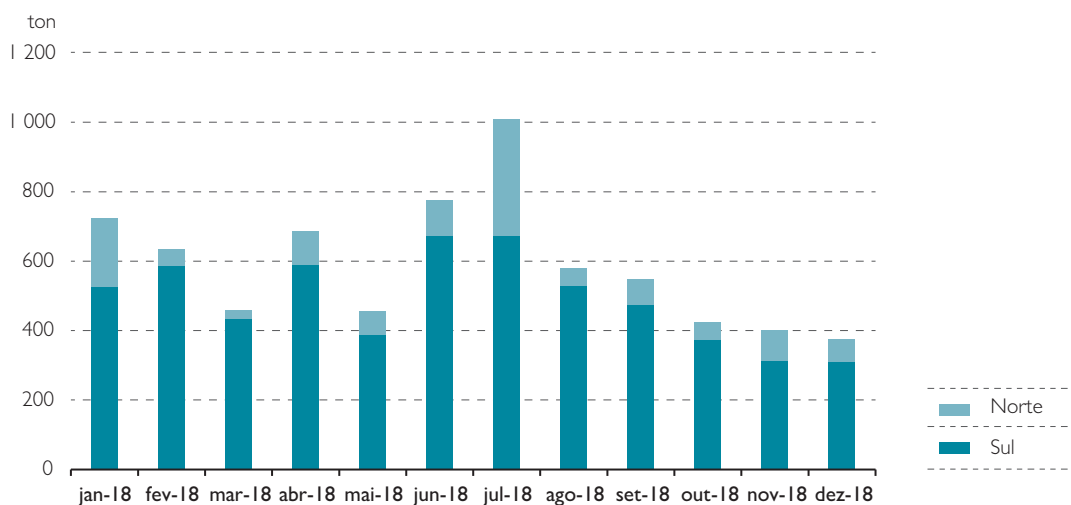


Figura 12- Evolução mensal da produção de areias e gradados (Ton)

Água+

Água+ (m³)

Em 2018, a produção de Água+ foi de 3 149 923 m³, que corresponde a uma produção média diária de 8 629,92 m³/dia, e representa um valor similar ao valor de 2017.

A produção de Água+ na TA Norte foi de 226 880 m³ e na TA Sul de 2 923 043 m³, que corresponde a 7% e 93 % da produção de água+.

Na Figura 13 é apresentada a evolução mensal da produção de Água+ durante o ano de 2018, distribuído pela TA Norte e TA Sul

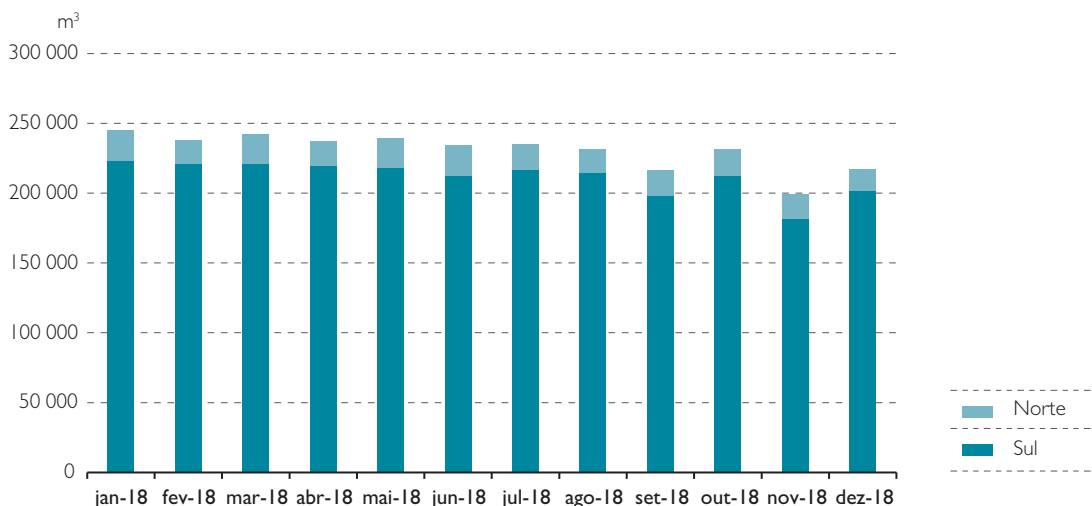


Figura 13- Evolução mensal da produção de Água+ (m³)

Água+ (uso interno)

Em 2018, a utilização interna de Água+ foi de 2 765 963 m³, que corresponde a uma utilização média diária de 7 577,98 m³/dia, e representa um acréscimo de 4% face ao valor de 2017.

A utilização interna de Água+ na TA Norte foi de 226 880 m³ e na TA Sul de 2 539 083 m³, que corresponde a 8% e 92 % da utilização interna de Água+.

Água+ (uso externo)

Prevendo-se no curto prazo a definição de metas de reutilização por parte do Governo Português, nomeadamente, para um prazo de cinco anos ter 10% de água residual tratada nas FA (Ex-ETAR) a ser reutilizada externamente e atingir 20% dentro de 10 anos, avizinham-se boas possibilidades de implementação de novos projetos de reutilização em Portugal. A concretização do projeto piloto de reutilização do Rock in Rio 2018, como resultado de um grupo de trabalho que inclui, entre outros, a Agência Portuguesa do Ambiente, Câmara Municipal de Lisboa, Águas do Tejo e Atlântico e Direção Geral da Saúde, foi uma iniciativa de pequena dimensão com impacto na comunidade.



Alinhada com as referidas metas, a Tejo Atlântico produz diariamente 500.000.000 l/dia de águas residuais tratadas na sua área de concessão, ou seja, o equivalente a encher 200 piscinas olímpicas por dia, o que leva a que a Águas do Tejo Atlântico, S.A. tenha um papel importante na sustentabilidade do ciclo urbano da água nacional.

Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE)

Tendo em vista a redução de energia e o aumento de produção de energia a empresa comprometeu-se com o cumprimento do PEPE, Plano de Eficiência e de Produção de Energia do Grupo AdP, apresentando medidas que permitirão aumentar a sua produção de energia elétrica a partir do biogás em 3,5 GWh e reduzir o seu consumo de energia elétrica em 9,2 GWh.

Em 2018, a Tejo Atlântico recebeu o prémio PEPE, prémio este que valoriza o grau de execução do Plano no Grupo AdP premiando as empresas com melhor desempenho.



Também no âmbito do PEPE no primeiro trimestre a Tejo Atlântico integrou na sua frota operacional 20 veículos 100% elétricos, instalando 20 carregadores elétricos nas suas instalações.

Este projeto é mais um passo decisivo na modernização da frota, na redução da nossa pegada de carbono e de consumo de combustíveis.



Controlo de qualidade

O controlo analítico assegurado em LAB integra 30 Fábricas da Água. O controlo legal e operacional do sistema de saneamento de Lisboa Sul (28 instalações, é efetuado quase na totalidade nos Laboratórios de Beirolas e Frielas, sendo que os restantes programas de controlo dos subsistemas de saneamento, são efetuados com recurso à contratação de laboratórios acreditados para o efeito. Esta situação deve-se ao facto de o laboratório não dispor de meios humanos para a realização da totalidade das determinações definidas, designadamente para PRTR (*Pollutant Release Transfer Register*) e PGL (Plano Geral de Lamas).

O Departamento assegurou durante o ano de 2018 a receção, gestão e análise de 12.344 amostras, tendo sido garantidos no total 42.994 ensaios, dos quais 40.652 ensaios foram realizados internamente. Para os ensaios internos, a distribuição e peso relativo por unidade laboratorial (Beirolas e Frielas) e por área técnica está no quadro e figura seguintes.

Salienta-se que o número de ensaios de autocontrolo registou-se um aumento em relação ao ano anterior para o CO da Guia e de Chelas, de 77% e 5% respetivamente. Outros CO registaram uma diminuição de ensaios, assegurando-se sempre os cumprimentos legais.

No período em referência, face a condicionamentos de meios humanos, a unidade de Frielas sofreu uma paragem temporária, tendo a sua equipa sido totalmente deslocada para a unidade de Beirolas de 4 dezembro a 19 de março.

Laboratório	Nº Total Ens.Int.	Nº Ens.Fq	Nº Ens.Mb	Mb- Peso Relativo no Total (%)	Fq- Peso Relativo no Total (%)
Unidade LBR	21715	21715	0	0%	100%
Unidade LFR	18937	15821	3116	16%	84%
Total	40652	37536	3116	8%	92%

Quantitativos de amostras rececionadas e ensaio em LAB (2018)

Legenda (MB-microbiologia; FQ-físico-química; LFR-Unidade de Frielas, LBR-Unidade de Beirolas)

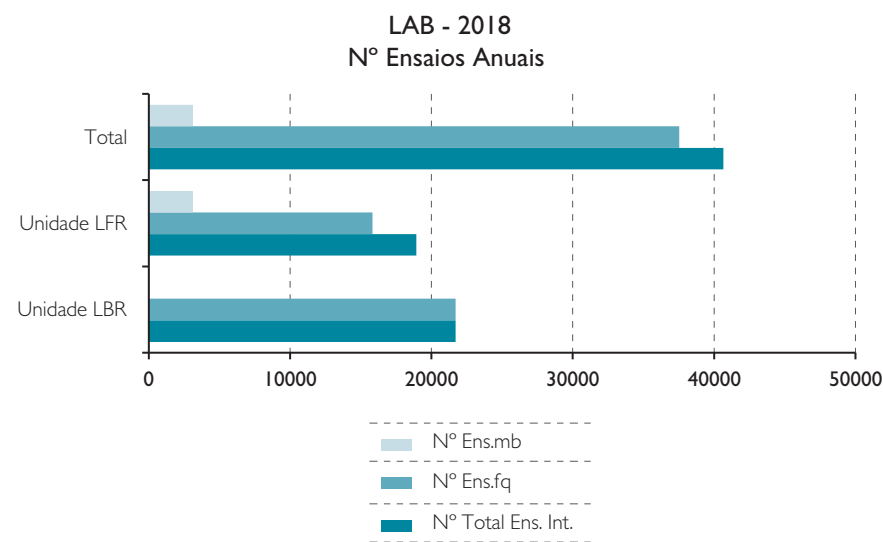


Figura 14- Número de ensaios anuais por unidade LAB/Área Técnica (FQ ou MB).

O recurso a contratação externa para ensaios na matriz água e lamas, representou 5,4% do total de trabalho analítico. Assinala-se uma redução de 29% no número de ensaios contratados e de 2% no peso que estes tiveram no volume global de trabalho analítico assegurado a partir de LAB, não obstante durante três meses todos os ensaios de microbiologia terem sido assegurados com recurso a contratação externa.

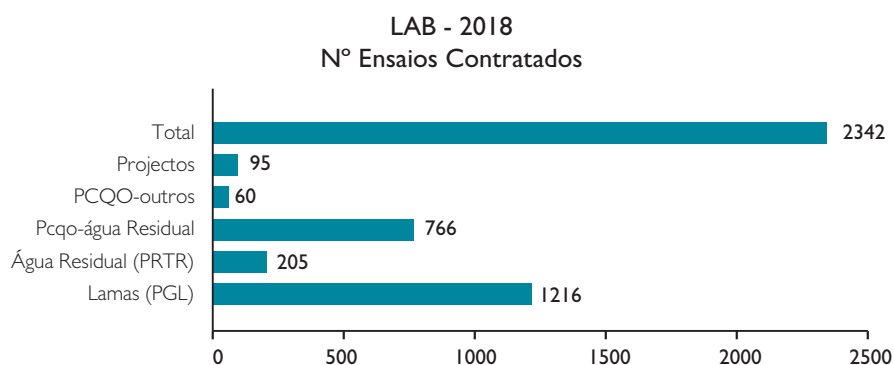


Figura 15- Número de ensaios anuais contratados externamente por tipo de programa analítico.

O número total de ensaios (internos e contratados), para as matrizes água residual e lamas, por Centro Operacional está identificada na Figura 16.

LAB 2018 | Nº Ensaios anuais/ Centro Operacional

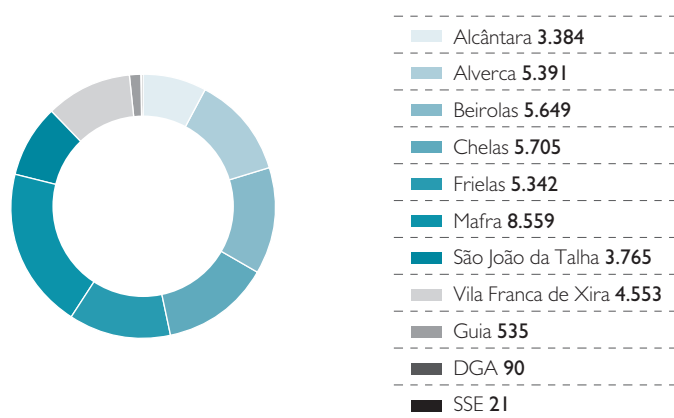


Figura 16 - Número de ensaio por Clientes Internos de LAB (CO de DOP,DGA, SSE)

O laboratório assegurou ainda componente analítica em diversos estudos e projetos conduzidos quer a partir de DOP, quer da Área de IDI (DGA), salientando a conclusão do Projecto Life Impetus, para o qual foi assegurada toda a logística de planeamento de amostragem, separação, conservação e distribuição de amostras a três parceiros, garantindo ainda a componente analítica de monitorização da ETAR e protótipos, conforme quadro.

Projectos/ Estudos	Controlo Analítico-Lab		
	Infra-Estrutura	Uni Lab	N.º Ensaios
Life Impetus-Ensaios de campo e no LAB	Beirolas	Beirolas	2073

Nº de ensaios internos para o projeto *Life Impetus*, no período assinalado.

Projectos/estudos para os quais foi assegurada componente analítica em LAB.

Projectos/ Estudos	Controlo Analítico-Lab	
	Infra-Estrutura	Uni Lab
DGA-REDE-Estudo de avaliação de caudais de infiltração no subsistema do Turcifal	Turcifal	Beirolas
DOP-Otimização da linha de espessamento da ETAR de Alcântara – Tese Mestrado	Alcântara	Beirolas
DOP-Otimização da etapa de desidratação da ETAR de Chelas-Tese Mestrado	Chelas	Beirolas
DOP-DGA-Estudo de otimização do Filtro Piloto Salsnes	Alcântara/Chelas/São João da Talha	Beirolas /Frielas
DGA-Estudo para instalação de Membranas na ETAR de Alcântara	Alcântara	Beirolas /Frielas
DGA-Fosfatos - Projecto de recuperação Fósforo (estruvite)	SJT/VFX/FRI/BEI/CHE/GUI	Beirolas

Os quantitativos analíticos associados ao autocontrolo das restantes instalações e respetiva informação de reporte legal foi da responsabilidade da Direção de Operação, através das áreas técnicas analíticas que lhe foram afetas durante 2018. Como referido, está em curso a passagem de todas as competências de autocontrolo e áreas analíticas da empresa para o LAB, mediante estruturação da equipa e do *workflow* interno, tendo sido assegurada já á presente data a integração de todo o autocontrolo da FA da Guia em LAB e da FA de Arruda dos Vinhos.

Durante o ano 2018 foram garantidos os ciclos de auditorias internas (5 auditoras técnicas e de gestão) e externa (IPAC) que permitiram a manutenção da Acreditação. Foi garantida, conforme objetivos, a revisão completa dos métodos internos de ensaio que constam dos anexos técnicos de acreditação, bem como documentos associados num total de 57 documentos.

Assegurou-se o arranque dos trabalhos de montagem e implementação do sistema de robotização da *Skalar*, tendo-se dado continuidade aos trabalhos de apoio á configuração final da programação do *software*. Foi dado início aos trabalhos de configuração do módulo base de gestão de *Stocks InLABStocks*, tendo sido compilados, organizados e carregados dados de reagentes e fornecedores.

Foram garantidos na totalidade os planos de controlo analítico para efeitos de controlo legal (número de ensaios e prazos de resposta), tendo sido necessário por constrangimentos internos dar continuidade a adaptações dos planos de controlo analítico operacional.

Garantiu-se a representação de LAB nas comissões técnicas/sectoriais da Relacre:

- GT8- Microbiologia, representante Joana Santos Jorge.
- GT5 – Metrologia Química, CTR04 – Metrologia – tendo sido publicado o guia “OGC007- Guia para a Quantificação de Incerteza em Ensaios Químicos”, (representante Carla Silva);
- Comissão Sectorial de Águas (como elemento de co-coordenação, representante das Águas Residuais, Eugénia Cardoso).

Gestão de redes

A área de Gestão de redes tem como principal função assegurar o acompanhamento permanente do desempenho operacional da rede de drenagem da Tejo Atlântico, procurando minimizar as entradas indesejadas de caudais pluviais, infiltração, maré e industriais, a erradicação de descargas bem como identificar e propor ações de melhoria.

Em 2018, promoveu-se uma estreita ligação com o Município de Lisboa com o objetivo de eliminar vários pontos de entrada de maré, para evitar a entrada de água salobra do estuário do Tejo no sistema de drenagem, aumentando assim a qualidade da Água⁺ da Fábrica de Alcântara em alturas de maré alta e diminuindo os consumos energéticos de bombagem.

Foram preparados e publicitados, em 2018, 2 bolsas de trabalhos para controlo de caudais e para erradicação de descargas na Tejo Atlântico. Estas ferramentas, a aplicar já em 2019, serão de extrema importância para o controlo de caudais indevidos para a preservação das praias e ribeiras na área de Concessão e tendo sempre em conta uma relação estreita com os municípios.

Deu-se também início do arranque da prestação de serviços de manutenção do sistema de medição de caudal para faturação, permitindo uma recuperação operacional deste sistema.

No que diz respeito ao sistema de informação geográfica (SIG) deu-se continuidade ao processo de ajuste do modelo de dados, atualização da informação disponível e resposta aos vários pedidos de ligação ao sistema em alta e pedidos de cadastro e interferência com as infraestruturas da Tejo Atlântico.

Pretende-se em 2019 o aumento da fiabilidade da informação carregada no sistema através do levantamento cadastral das infraestruturas, assim como, o conhecimento da condição infraestrutural com base num plano de inspeções periódicas de CCTV.

Gestão de ativos e avaliação de risco

Tendo por base os investimentos previstos no Contrato de Concessão deu-se continuidade à elaboração do Plano Anual de Investimentos e à análise e controlo da execução física e financeira das atividades previstas.

Atualmente, parte significativa das infraestruturas operacionais da Águas do Tejo Atlântico já atingiram o horizonte de vida útil técnica e conseqüentemente apresentam significativo grau de deterioração no que respeita à componente de equipamentos, instalações elétricas e de construção civil, neste contexto deu-se continuidade à realização de estudos e preparação de processos de concurso de empreitadas para investimento de reabilitação/substituição/ renovação necessários, sendo de destacar os seguintes:

- Concurso público para Empreitada de conceção/construção da reutilização de águas residuais da Fabrica de Água de Beirolas, esta empreitada prevê a alimentação de água reciclada ao parque expo para usos urbanos não restritos nomeadamente rega e alimentação de lagos recreativos;
- Concurso público para Empreitada de Concessão-Construção da Fábrica de Água do Carvalho, tendo a Águas do Tejo Atlântico, S.A. como objetivo primordial da sua atividade o incentivo e promoção da prática de reutilização das águas residuais tratadas nas suas infraestruturas, entendeu-se dotar a futura FA com um nível de tratamento superior a secundário contemplando a desinfeção final do efluente tratado por membranas, com vista à sua reutilização;
- Concurso público para Empreitada de Beneficiação da Fabrica de Água de Chelas – Fase I, esta empreitada prevê a reabilitação da construção civil, substituição de equipamentos e a melhoria da Fase sólida da instalação;
- Concurso público para Empreitada de Remodelação do Sistema de Arejamento e do Espessamento de Lamas da Fabrica de Água de S. João da Talha
- Concurso público para Empreitada de Beneficiação da Fabrica de Água de S. João da Talha
- Concurso público para Empreitada de Beneficiação do Aproveitamento Energético de Biogás das Fabricas de Água de Beirolas, Frielas e S. João da Talha, esta empreitada prevê a aquisição de novos cogeneradores e melhoria nos processos de cogeração com o objetivo de aumentar a produção de energia a partir de biogás da Tejo atlântico;
- Empreitada de fornecimento e Instalação de grupos de bombagem para substituição de grupos existentes (PEPE);
- Apoio ao desenvolvimento do projeto de execução da Empreitada de Conceção Construção da Remodelação da Fabrica de Água de Beirolas, fase I, e à gestão de obra nas vertentes de processo e eletromecânica;
- Desenvolvimento de processo de concurso para Conceção/Construção da Reabilitação da Fabrica de Água de Arruda dos Vinhos;
- Estudo de soluções para a beneficiação/ ampliação da Fabrica de Água da Ericeira (DGA);
- Empreitada de instalação de sistemas de *by-pass* em torres de desodorização (PEPE);

- Empreitada de Redução de consumos de Energia Adaptação da Iluminação das Fábricas de Água de Alcântara e Guia (PEPE);
- Empreitada de instalação de Sistemas de Gestão de Energia nas Fábricas de Água de Alverca, São João da Talha e Guia (PEPE);
- Empreitada de instalação de variadores de velocidade em diversos consumidores de energia (PEPE);
- Preparação de concurso para Empreitada de beneficiação da Fábrica da Água de Silveira/Santa Cruz (inclui medida prevista no PEPE);
- Elaboração do Projeto e Processo de Concurso do Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico;
- Gestão do Sistema de Consumidores Intensivos de Energia;
- Gestão do sistema de Certificação da Fábrica de Água da Guia pela ISO 50001 e preparação de alargamento de fronteira para mais algumas fábricas de água.

Em paralelo, foi concluída a caracterização detalhada dos investimentos previstos no Contrato de Concessão e a aplicação de metodologia de priorização de investimentos baseada em avaliação de risco do Grupo Águas de Portugal.

Tendo em vista a uniformização e completamento da informação existente de inventário e caracterização de ativos operacionais da Empresa, foi realizada a inventariação e etiquetagem dos ativos operacionais de todas as infraestruturas do centro operacional de Mafra, centro operacional de Frielas, parte das EE dos subsistemas de Alverca e Vila Franca de Xira, ETAR de Alcântara, ETAR de Beirolas, ETAR de Chelas, ETAR de São João da Talha, ETAR de Vila Franca de Xira e ETAR de Alverca, num total de 67 infraestruturas.

Este trabalho visa a obtenção de informação sobre os equipamentos em cerca de 67 infraestruturas, nomeadamente as suas características técnicas e funcionais, sendo que se prevê a validação e o carregamento da informação recolhida durante o ano de 2019.

Apresenta-se seguidamente algumas fotografias dos equipamentos inventariados.



Neste contexto, e com base nos trabalhos de inventariação já realizados deu-se início à uniformização e integração da informação técnica dos ativos operacionais provenientes das três ex-Empresas que compõe a Tejo Atlântico.

Este passo permitiu o carregamento de toda informação de cadastro e inventário dos ativos operacionais recolhida, entre 2015/2016, nas infraestruturas da zona Norte em SAP/PM – AQUAMAN.

Em 2019 prevê-se a conclusão da integração de toda a informação dos ativos da Empresa em SAP/PM, o que servirá de suporte às premissas da Gestão Estratégica de Ativos da Tejo Atlântico, e em particular à implementação da norma ISO 55001 – Sistema de Gestão de Ativos.

Manutenção

O ano ficou marcado pela entrada em vigor da nova atualização CCP que originou um acréscimo significativo das dificuldades de aquisição de bens e serviços, tendo-se chegado ao fim de 2018 com custos de FSE relativos a Conservação e Reparação de cerca de 80% dos valores do ano anterior.

De forma a obviar as dificuldades supracitadas, e na sequência do trabalho já iniciado em 2017, a Direção desenvolveu um programa muito intensivo de contratações, tendo-se adjudicado em 2018 contratos no valor de 12.131.216 euros estando no final do ano em tramitação (em adjudicação, em assinatura de contrato e com procedimento a decorrer) procedimentos no valor global de 8.489.072 euros.

Em termos de atividade de manutenção são de destacar os seguintes aspetos relevantes:

- Receção de 6.972 Pedidos de Trabalho (19,1 /dia)
- Execução de 12.363 Ordens de Trabalho (58% Preventivas)
- Prestação de Serviços de manutenção da Zona Norte em curso desde 16 de outubro de 2017 com desempenho bastante deficiente devido a falta da qualificação dos meios humanos bem como do respetivo quantitativo. Estes aspetos, acrescidos à circunstância de, após cerca de 10 anos de alguma estabilidade a nível dos técnicos presentes no contrato termos uma equipa essencialmente nova, conduziram à criação de um passivo importante a nível de manutenção dos sistemas abrangidos. Perante esta situação, o contrato apenas foi renovado parcialmente, tendo-se iniciado o processo de contratação de prestação mais exigente e adequada
- Arranque do novo contrato de manutenção da Zona Sul em abril de 2018 – também neste caso foi quebrado um ciclo de estabilidade de cerca de 6 anos a nível dos meios afetos ao contrato. Apesar de se considerar que a qualidade média dos meios afetos ao contrato é satisfatória, nunca a equipa esteve completa na sua totalidade, o que levou a alterações frequentes na mesma com as consequentes instabilidades. As dificuldades e meios ocorreram, essencialmente, a nível da instrumentação
- Reativação da implementação dos planos de manutenção preventiva – ao longo do ano foram sendo despoletados diversos planos de manutenção, de forma manual ou automática, de forma a aumentar a implementação desta vertente fundamental da manutenção. Em resultado desta medida, mais de 50% das Ordens de Trabalho executadas em 2018 corresponderam a ações de manutenção preventiva
- Solidificação da ferramenta AQUAMAN como base estrutural da atividade de Manutenção assegurando-se o registo de todos os trabalhos de Manutenção corretiva ou preventiva. Generalizou-se a utilização do módulo relativo ao aprovisionamento de materiais e serviços (reservas a armazém e requisições) e iniciou-se o desenvolvimento e revisão de localizações funcionais de 8º nível e criticidades dessas localizações, como ferramenta de gestão fundamental das ordens de trabalho
- Iniciou-se a estruturação do processo de aprovisionamentos de manutenção, com a codificação de parte importante dos bens adquiridos (sobretudo nas aquisições resultantes de contratos) e a aquisição dos mesmos para Armazém SAP.

Investimento

No que respeita às atividades do Plano de Investimentos contribuíram, principalmente, para o investimento realizado em 2018 as seguintes empreitadas:

- *Conceção/Construção para a Beneficiação da ETAR de Beirolas - Fase I*

Relativamente às empreitadas em curso, esta é a que presentemente apresenta maior valor de investimento, representando também uma substancial melhoria na instalação.

As características gerais da intervenção nesta Fábrica de Água são as seguintes:

TRATAMENTO PRELIMINAR:

- Construção de poço de grossos para um caudal máximo de 10.600 m³/h;
- Execução/adaptação de canais para gradagem grosseira, não equipados, a montante da tamisagem existente: dois canais para 4.600 m³/h;
- Pré-tratamento de caudal em tempo húmido por tamisação horizontal para um caudal máximo de 10.600 m³/h;
- Demolição de parte da obra de entrada existente e execução de edifício de tratamento preliminar;
- Substituição da cobertura e painéis laterais: na parte do edifício da obra de entrada a manter, na zona dos canais interiores e exteriores e na zona dos parafusos de Arquimedes;
- Demolição do edifício do classificador de areias e concentrador de gorduras, incluindo o desmantelamento dos órgãos e equipamentos, e execução de nova etapa de classificação/lavagem de areias e concentração de gorduras num novo edifício;

DECANTAÇÃO PRIMÁRIA:

- Decantadores primários existentes: criação de cobertura e sistema de desodorização;
- Criação de sistema de adição de coagulante na saída dos desarenadores/desengorduradores. Caudal máximo de 4.600 m³/h;

TRATAMENTO FÍSICO-QUÍMICO:

- Criação de nova linha de tratamento físico-químico com capacidade para 3.000 m³/h, constituída por elevação inicial, desarenação, coagulação, floculação e decantação;
- Armazenamento e Dosagem de Coagulante: criação de depósitos para armazenamento de coagulante no sistema de decantação existente e na nova linha de tratamento físico-químico;

EQUALIZAÇÃO:

- Tanque de Equalização: alteração do sistema de bombagem sendo dimensionado para o caudal máximo do tratamento biológico (4.600 m³/h);

TRATAMENTO DE LAMAS:

- Desidratação de lamas (primárias, biológicas e físico-químicas): instalação de terceira centrífuga, parafuso transportador e bomba de lamas;

DESODORIZAÇÃO:

- Sistemas de Desodorização da Obra de Entrada e Decantadores Primários: reformulação/beneficiação do sistema de desodorização existente por forma a aspirar e tratar o ar contaminado do edifício remodelado da obra de entrada.

- *Remodelação dos Intercetores de Camarate, Apelação e Unhos*

Objetivos principais das intervenções incluídas na empreitada:

- Eliminação de descargas de esgoto bruto;
- Controlo de caudais unitários;
- Reabilitação/reconstrução de infraestruturas;
- Melhoria do funcionamento hidráulico e ambiental;

As características gerais das intervenções são as seguintes:

UNHOS (BACIA HIDROGRÁFICA RIO TRANCÃO):

- Integração dos sistemas;
- Ligação ao subsistema de Frielas;
- Construção dos sistemas elevatórios da Rua da Lezíria e de Cabeço da Agueira;

EIXO CAMARATE/SACAVÉM – ZONA ALTA (Bacia hidrográfica Ribeira dos Mochos/Trancão):

- EE da Rua da Ribeirinha;
- Descarregadores – Praça 1º de Maio;
- Coletor CI;

EIXO CAMARATE/SACAVÉM – ZONA INTERMÉDIA (Bacia hidrográfica Ribeira dos Mochos/Trancão):

- Novo interceptor de Camarate (margem esquerda);
- Câmara de controlo de caudal do Campo do Rio;
- Articulação com Plano de Pormenor da Quinta dos Almostéis;

EIXO APELAÇÃO/CATUJAL/SACAVÉM – ZONA INTERMÉDIA (Bacia hidrográfica Ribeira da Apelação/Trancão):

- Câmara de controlo de caudal do Catujal;

- EIXO APELAÇÃO/CATUJAL/SACAVÉM – ZONA BAIXA (BACIA HIDROGRÁFICA RIBEIRA DA APELAÇÃO/TRANCÃO):

- Reabilitação de Desarenador;
- Reabilitação do Descarregador da Rodoviária;
- Reabilitação de Intercetor (Rua Miguel Bombarda);

- *Reabilitação do Emissário de Caparide, na Zona de Sintra*
- *Reparações de Construção Civil em Infraestruturas Existentes*
- *Emissários Gravíticos e Sistemas Elevatórios do Subsistema da Ericeira-Fase II*
- *Construção dos Emissários Gravíticos do Subsistema do Carvalhal*
- *Reabilitação do emissário da Castelhana, no Troço entre a Auto-estrada A5 e o Interceptor*
- *Remodelação ETAR de Maceira*

O objetivo principal das intervenções incluídas na empreitada foram a eliminação dos problemas de funcionamento que impediam o cumprimento da qualidade do efluente tratado de acordo com a legislação em vigor.

As características gerais das intervenções são as seguintes:

TRATAMENTO PRELIMINAR:

Beneficiação da Gradagem / Tamisagem;

LAGOAS / TRATAMENTO BIOLÓGICO:

- Remoção das lamas acumuladas na lagoa existente;
- Remodelação total da lagoa existente, criando:
 - 2 lagoas de pequena dimensão (anaeróbias);
 - 1 lagoa de média dimensão (afinação / maturação);

- LEITOS PERCOLADORES (TRATAMENTO COMPLEMENTAR):

- Conjunto de intervenções de remodelação;

DESINFEÇÃO FINAL:

Criação de um novo órgão;

- *Execução do Emissário de A-do-Baço*

A infraestrutura incluída na presente empreitada pertence ao Subsistema de Saneamento de Bucelas e serve uma população de 700 habitantes-equivalentes no ano horizonte de projeto da obra.

As características gerais das intervenções são as seguintes:

- Lugares abrangidos: A-do-Baço, Alcobela de Cima, Alcobela de Baixo, Carvalhal, Lugar do Mato e Vila Vedra;

- Comprimento do Emissário: cerca de 5 km.

- *Construção da Estação Elevatória da Carvoeira-Fase II*

- *Execução de Reparações Gerais de Construção Civil – 2017/ 2018*

- *Reabilitação do Sistema Elevatório da Póvoa de Santa Iria*

- *Reabilitação de Tampas das ETAR e Estações Elevatórias*

- *Fornecimento e Montagem de iluminação LED nas Fábricas da água de Alcântara e Guia - PEPE*

- *Fornecimento e Instalação de grupos de bombagem para substituição de grupos existentes – PEPE*

- *Beneficiação do Edifício Administrativo da ETAR da Charneca*

- *Fornecimento e Montagem de Variadores de Velocidade - PEPE*

- *Fornecimento e Instalação de Equipamentos de Medição de Caudal para o Sistema de Medição e Telemetria de Caudais da Costa do Estoril - Lote I e Lote II*

- *ETAR de Chelas - Melhorias de Proteção e Segurança no Recinto*

Foram ainda realizados investimentos relativos a estudos/projetos, assessorias e fiscalizações associadas.

Salienta-se durante o ano de 2018 a conclusão das seguintes empreitadas:

- *Conceção/Construção da ETAR Margem Norte*

- *Conceção/Construção das ETAR Santiago dos Velhos*

- *Reabilitação de Tampas nas ETAR e Estações Elevatórias*

- *Beneficiação do Edifício Administrativo da ETAR da Charneca*

- *ETAR de Chelas - Melhorias de Proteção e Segurança no Recinto*

- *Execução do Ramal de Alimentação do Pré-Tratamento – Projeto de Redução de Consumos de Energia – ETAR da Guia*
- *Reabilitação do Emissário das Marianas, Troço Sob a A5 – PK 15+578 do Sublanço Carcavelos/Estoril*
- *Reabilitação do Emissário de Caparide - Recuperação Exterior de Edifícios da ANPC / ENB*
- *Instalação de Alimentação de Postos de Carregamento de Viaturas Elétricas*
- *Fornecimento e Instalação de Quadro Elétrico para a Estação Elevatória de Matacães*

Verificou-se durante o ano de 2018 o incremento generalizado dos preços de mercado no setor da construção, evidenciado designadamente pelos seguintes procedimentos de empreitada que não receberam quaisquer propostas:

- Benfeitorias da ETAR da Ericeira, EE Pedra de Ouro II e Arranjos Exteriores da ETAR da Atouguia da Baleia e EE Santa Cruz III
- Fornecimento e Montagem de Sistema de Difusão de Ar do tipo " Bolha Fina" para as ETAR de Chelas e Frielas - Fase II
- Reabilitação de Descarregadores dos Subsistemas de Alcântara e Chelas- Fase I
- Reparação de Construção Civil e Substituição das Coberturas Metálicas do Desarenamento e Tanque de Equalização da ETAR de S. João Talha
- Reparações de Construção Civil nos cinco Multiflo da ETAR de Alcântara
- Reabilitação do Filtro de Areia n.º 2 ETAR Chelas
- Fornecimento e Instalação de grupos de bombagem para substituição de grupos existentes

Estes constrangimentos obrigaram a Empresa a rever as estimativas orçamentais dos projetos de execução já elaborados e a rever os preços base dos procedimentos, de modo a garantir a participação do mercado e o cumprimento dos prazos previstos para a consignação das empreitadas.

No contexto de envolvimento e parcerias com os Municípios salientam-se os seguintes investimentos previstos no Contrato de Concessão e que serão realizados pelos respetivos Municípios, ao abrigo de acordo:

- *Alcântara - ligação a Amadora / Benfica - Fase I e Fase II -Bacia de Antipoluição (9,1 milhões de euros)*
- *Emissário Quinta das Pretas - Fase II e Fase II (1,79 milhões de euros)*

Para o ano de 2019 destacam-se os principais investimentos:

- Remodelação dos Intercetores de Camarate, Apelação e Unhos (em curso)
- Reabilitação do Emissário de Caparide, na Zona de Sintra (em curso)
- Beneficiação da ETAR de Beirolas - Fase I (em curso)
- Emissários Gravíticos e Sistemas Elevatórios do Subsistema da Ericeira-Fase II (em curso)
- Construção dos Emissários Gravíticos do Subsistema do Carvalho (em curso)
- Fornecimento e Montagem de Tamisadores para os Subsistemas de Alcântara, Chelas e Beirolas (em curso)
- Reparações de Construção Civil em Infraestruturas Existentes (em curso)
- Execução do Intercetor de Casais das Boiças (Contrato)
- Melhoria de Condições de Segurança nas Infraestruturas da Área de Concessão (Contrato)
- Construção da Estação Elevatória da Ribaldeira (Contrato)
- Construção dos Sistemas Elevatórios de Moledo, Feteira, Reguengo Pequeno e Pena Seca (em concurso)
- Fornecimento e Montagem de Parafusos de Arquimedes na Elevação Inicial da ETAR de Beirolas (em concurso)
- Sistema de Tratamento Complementar para Reciclagem de Águas Residuais da Fábrica de Água de Beirolas (em concurso)
- Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas - Fase I (em concurso)
- Conceção-construção da Remodelação do Sistema de Extração de Lamas das Pontes dos Decantadores secundários na Fábrica da Água de Frielas - PI a P4 – PEPE (em concurso)

- Trabalhos Associados ao Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) - fase 2 (em preparação)
- Reabilitação de Descarregadores dos Subsistemas de Alcântara e Chelas - Fase I (em concurso)
- Beneficiação do Sistema de Desinfeção por UV da Fábrica de Água de Alcântara (em concurso)
- Beneficiação e Ampliação do Subsistema do Barril (em concurso)
- Execução dos Sistemas Elevatórios de Torre Penalva e Casal de Além (em concurso)
- Construção da ETAR do Carvalhal (em preparação)
- Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos (em preparação)
- Telegestão - Fase I e Fase II (em preparação)
- Beneficiação da Fábrica de Água de São João da Talha (em preparação)
- Remodelação da ETAR de Santa Cruz/Silveira (em preparação)
- Secagem Solar de Lamas-Fase I (em preparação)
- Benfeitorias da ETAR da Ericeira, Execução da EE Pedra do Ouro II e Arranjos Exteriores da ETAR da Atouguia da Baleia e EE de Santa Cruz III (em preparação)

Desenvolvimento empresarial

A implementação e promoção do conceito “Fábrica de Água” é o foco central do Desenvolvimento Empresarial da Águas do Tejo Atlântico. A crescente adoção deste conceito pelos *stakeholders* do setor é a base estratégica e comunicacional que permitirá o desenvolvimento de produtos e subprodutos passíveis de incorporação, como matéria-prima, na Economia Circular.

A criação e apresentação da marca “água+” foi uma das iniciativas mais marcantes de 2018. Esta marca representa um objetivo da empresa, desafiando a sociedade e decisores para um planeta mais verde e sustentável, com vista à utilização de água reciclada em situações não potáveis, garantindo a salvaguarda do ambiente e da saúde pública das populações.

A “água+” das Fábricas de Água da Tejo Atlântico é o exemplo mais desenvolvido deste conceito, podendo ser utilizada na lavagem de ruas, rega de espaços verdes, usos industriais e agrícolas.

A Parceria com o “Rock In Rio”, em junho de 2018, foi também uma ação relevante para o conceito “água+”, mostrando como uma empresa portuguesa da área do ambiente pode partilhar e construir um caminho conjunto com uma grande organização à escala mundial, através de um projeto piloto de utilização de água reciclada, numa área limitada, de um dos eventos mais marcantes a nível internacional.

As biolamas e biogás são outros produtos das Fábricas de Água já em disponibilização e utilização, em desenvolvimento.

Comunicação Interna

Ao nível da Comunicação Interna, a DDC tem reforçado a divulgação de informação a todos os colaboradores com recurso a diversos canais, desenvolvendo notícias e conteúdos publicados no portal e recorrendo ao envio *e-mails* temáticos dedicados.

A *newsletter* quinzenal NA FÁBRICA continua a afirmar-se como complemento informativo aos dois canais acima referidos, apostando no envolvimento e proximidade com as pessoas.

Ainda no âmbito da comunicação interna, a DDC realizou várias iniciativas em conjunto com as outras áreas e direções da empresa de modo a divulgar as atividade em curso e a envolver as pessoas nos contributos de conteúdos de interesse global, reforçando as mensagens estratégicas e a comunicação nos dois sentidos.

Destacamos ainda ações realizadas no âmbito da semana da segurança e saúde no trabalho, assim como as campanhas desenvolvidas “Eu não sou de plástico” e “Não faça da sua sanita um caixote do lixo”, que apelaram à necessidade de adoção de comportamentos mais sustentáveis no dia-a-dia de cada um dos colaboradores, quer em suas casas, quer no local de trabalho.

Dando continuidade à iniciativa do encontro de quadros, em 2018, foi promovida nova ação que contou com a presença de mais de 240 participantes. Esta ação de comunicação interna teve como objetivo o fortalecimento do espírito de equipa, recorrendo a atividades que de forma ligeira mas com forte mensagem comunicacional promoveram o objetivo traçado e que terminou com um jantar convívio.

Por ocasião do Natal, os colaboradores tiveram um cabaz solidário integrado e uma pequena lembrança para os seus filhos (com idades até aos 12 anos inclusive), uma iniciativa do Grupo AdP. Nesse âmbito foi também desenvolvido um *workshop* para os filhos dos colaboradores intitulado “Plasticus maritimus”, sensibilizando os mais novos para a quantidade de plásticos nos Oceanos, um tema tão atual. Através de jogos e atividades as crianças e os jovens participantes foram alertados para essa problemática e para a necessidade de adoção de comportamentos mais sustentáveis.

A Águas do Tejo Atlântico aderiu uma vez mais ao envio de postais de Natal eletrónicos, este ano com o mote “Neste Natal ofereça um pingo de consciência”, onde, por cada envio por parte dos colaboradores, 0,5€ reverteram para o programa de bolsas de estudo do Grupo AdP.

Internamente e no âmbito da solidariedade, a Águas do Tejo Atlântico abraçou o projeto “Pinheiro Bombeiro”, distribuindo uma árvore de Natal a cada centro Operacional, deixando a decoração, preferencialmente com recurso à reutilização, entregue aos residentes de cada instalação.

A distribuição de fruta fresca a todos os colaboradores, continua a destacar-se como uma iniciativa muito apreciada, com balanço muito positivo e com a vantagem de promover a alimentação saudável.

Comunicação Externa

O Caminho da Inovação foi o evento mais marcante, realizado para público interno e externo, que se desenvolveu de forma significativa, em 2018 contou com mais de 400 participantes e cerca de 50 empresas apresentaram os seus projetos e soluções inovadoras no setor da água.

Ainda ao nível da comunicação externa, a DDC deu continuidade ao desenvolvimento dos meios de comunicação digital, assegurando a gestão adequada de cada um dos canais institucionais (*Site, Facebook, LinkedIn, Instagram, Youtube*), e produção de conteúdos adequados a cada canal.

A Revista Tejo Atlântico, em 2018, chegou à sua terceira edição e tornou-se uma publicação inspirada e centrada na atividade da empresa e nos seus colaboradores, que em cada número inclui um cadernos de destaque, como foram os casos da reutilização de águas residuais das lamas. Além da edição impressa, o pdf está disponível e acessível a todos os interessados no *site* institucional da Águas do Tejo Atlântico.

Tratando-se de uma empresa com cerca de mais de 300 instalações, deu-se continuidade ao processo de atualização da sua identificação e prosseguiu-se o trabalho de atualização de outros suportes técnicos, informativos e de divulgação.

À medida que a frota foi renovada, continuou o processo de decoração da frota operacional, que acaba por se tornar num bom veículo promocional da marca Tejo Atlântico.

Durante o ano de 2018, a DDC também acompanhou os vários eventos em articulação com municípios, nomeadamente assinaturas de autos de consignação, com destaque para as sessões de apresentação das empreitadas dos emissários de Camarate, da Fábrica de Água de Beirolos e dos emissários em Mafra (Ericeira e Carvalhal), em benefício das populações locais.

Em termos de comunicação social, a maioria das notícias publicadas têm uma perspetiva positiva como foram as peças de televisão, no programa Minuto Verde, da Quercus, e no programa Biosfera que destacaram as boas práticas da Águas do Tejo Atlântico na reutilização da águas residuais tratadas e de como estamos em presença de uma solução do futuro.

Educação Ambiental

A Águas do Tejo Atlântico considera que a formação e sensibilização ambiental são a aposta nas gerações futuras e nas boas práticas a nível ambiental. Neste contexto, foram trabalhados quatro públicos fundamentais; os municípios, as escolas, as ONGA'S e o público em geral, sempre alinhados com os eixos temáticos da Estratégia Nacional de Educação Ambiental – ENEA 2020.

No que se refere à população escolar, destacam-se a dinamização de ações de formação, seminários e workshops, na sua maioria direcionados para os professores de alguns dos estabelecimentos de ensino dos municípios servidos pelo sistema que abrange mais de 4.000 km² e mais de dois milhões de pessoas. Também com as escolas, a Águas do Tejo Atlântico, ao longo do ano, realizou nas suas infraestruturas cerca de 90 visitas de estudo às suas Fábricas de Água, contando com a presença de mais de 2.000 alunos. Além do conhecimento “in loco” da atividade da empresa e a sua importância para o ambiente e contributo para a economia circular, todas estas ações de formação olharam sempre de forma mais global para o Ciclo Urbano da Água e para o papel que cada um tem na sua gestão, onde a adoção de comportamentos mais sustentáveis com vista ao uso eficiente da água começa em casa, nos hábitos diários de cada um. Para além das visitas de estudo, em 2018, realizaram-se também visitas envolvendo a população em geral, algumas delas em parceria com os seus municípios e outras entidades, destacando-se a Lisboa e-Nova, os Centros de Ciência Viva e algumas ONGA's.

Durante os meses de verão foram várias as atividades de educação ambiental desenvolvidas pela Tejo Atlântico, na sua maioria em parceria com os seus Municípios acionistas, destacando-se as ações de sensibilização em 14 praias da região, que permitiram que mais de 2.000 crianças e jovens, muitos acompanhados pelos seus familiares, ficassem também eles a conhecer a empresa e o importante papel que tem na gestão da água, ao mesmo tempo que eram sensibilizados para a necessidade de adotar atitudes mais sustentáveis, com vista ao uso eficiente da água e aos cuidados a ter com a utilização do esgoto. Também as atividades integradas no programa Ciência Viva no Verão permitiram a largas dezenas de famílias mostrar o que fazemos e como contribuímos para a preservação dos rios e ribeiras da região.

Ao longo de todo o ano, por ocasião das comemorações de efemérides como o Dia Mundial da Água, do Ambiente, dos Oceanos e até do Saneamento, a Tejo Atlântico associou-se a alguns eventos dos seus municípios, para sensibilizar os diversos públicos envolvidos, envolvendo milhares de participantes nas atividades lúdico-pedagógicas que desenvolveu.

Com as ONGA's tivemos vários projetos de educação ambiental que foram desenvolvidos em parceria, tal como foram os casos do Projeto Ribeiras de Cascais, com a Câmara Municipal de Cascais, que permitiu fazer um levantamento minucioso das suas características; o Projeto Peixes Nativos, com o ISPA/MARE, com o objetivo de conservar e preservar algumas espécies ameaçadas; o Projeto Rios que proporciona em meio escolar ou noutra, uma aprendizagem baseada na exploração, fomentando a interdisciplinaridade de forma lúdica e criativa; o Projeto Eco-Escolas que contou com a participação da Tejo Atlântico em alguns Conselhos Eco-Escolas, assim como com a dinamização de ações de sensibilização e visitas realizadas nesse âmbito; O Lado Verde da Bandeira Azul, em articulação com a ABAE, um projeto que teve como objetivo o estudo piloto dos benefícios económico-ambientais em seis municípios portugueses, que reconhecem o valor do galardão Bandeira Azul; o projeto *Coastwatch*, que contou com a participação da Águas do Tejo Atlântico no seu seminário nacional, o programa Ciência Viva no Verão, entre outros.

A Tejo Atlântico desenvolveu também campanhas associadas à atividade da empresa, todas elas com o objetivo de sensibilizar para a adoção de comportamentos e atitudes mais sustentáveis, como foram os casos de “Leia Livros, Não Crie Monstros”, em parceria com a livraria Bertrand, Não Faça da Sua Sanita/Lava Loiça um Caixote do Lixo, aderiu à campanha “Água com Um Pingo de Consciência, em articulação com a Águas de Portugal e a campanha “Eu Não Sou de Plástico”, desenvolvida internamente para a redução da utilização de sacos e outros materiais de plástico descartável.

As Fábricas de Águas estiveram abertas ao público por diversas vezes, tendo sempre em conta o perfil dos visitantes e os processos de cada instalação, contudo, públicos mais especializados também procuraram as diversas instalações para visitas de caráter técnico, muitas delas institucionais, envolvendo mais de 25 entidades nacionais e internacionais.

Sustentabilidade empresarial

A empresa foi sujeita a processos de auditoria aos seus sistemas de gestão da qualidade, do ambiente, e da segurança e saúde no trabalho, pelas normas NP EN ISO 9001, NP EN 14001, OSHAS 18001 e ao sistema de gestão de energia, pela norma NP EN 50001, mantendo assim a Tejo Atlântico as respetivas certificações dos sistemas de gestão referidos.

O sistema de responsabilidade empresarial tem como âmbito a “Recolha, tratamento e rejeição dos efluentes; construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria das obras e equipamentos necessários à consecução da sua atividade”, o qual está devidamente alinhado a missão e a visão da empresa e é aplicável a:

- Para o referencial da Qualidade e Ambiente: a todas as instalações da empresa.
- Para o referencial da Segurança e saúde no trabalho: Alcântara, Alverca, Beirolas, Bucelas, Cachoeiras, Casal da Patrícia, Charneca, Chelas, Cheleiros, Costa do Estoril, Encarnação, Ericeira, Frielas, Gradil, Igreja Nova, Lagoa, Loja Nova, Mafra, Malveira, Milharado, Quinta da Coutada, Rio Maior, Rondulha, São Sebastião, Sobral da Abelheira, Vila Franca de Xira e Armazém Manutenção Gaeiras em Óbidos.
- Para o referencial da energia /Fronteira: ETAR da Guia, não estando incluída, para efeitos do SGE, a energia relacionada com o transporte de pessoas e de bens, assim como as decisões dependentes de fatores externos às fronteiras”.

Durante o ano de 2018, as ações desenvolvidas permitiram a transição para os novos referenciais normativos, no que respeita à qualidade e ao ambiente.

Sistemas de informação

Relativamente às comunicações da Tejo Atlântico foram concretizadas diversas ações, nomeadamente, o início do alargamento da rede *Wireless* da Tejo Atlântico a 32 instalações. Deu-se continuidade à definição, em articulação com a área de Fábricas de Água, das especificações da arquitetura de comunicações do novo sistema de telegestão da Tejo Atlântico e à agregação e reorganização das redes de comunicações industriais móveis e fixas, incluindo o levantamento de todas as infraestruturas e contratação de prestação de serviços externa especializada em sistemas de comunicações.

No que se refere à infraestrutura procedeu-se ao levantamento e identificação dos servidores das Ex-empresas SIMTEJO e SANEST, tendo-se dado início à virtualização de todo o parque, implementação de plataformas de gestão de ativos e monitorização, reforço do *storage* e *backup*.

Deu-se início à preparação das especificações e processo de concurso para renovação dos novos *data center* de Alcântara e Charneca.

Jurídico

Tal como antecipado nas perspetivas futuras do Relatório e Contas de 2017, a área jurídica apostou na consolidação de conhecimentos e práticas de contratação pública na Tejo Atlântico face às alterações introduzidas pela revisão do Código dos Contratos Públicos operada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto. A referida recente alteração ao Código dos Contratos Públicos, determinou uma alteração no paradigma de estudo da contratação pública que passou a exigir uma visão interdisciplinar que associa outros ramos de direito à sua típica análise, tendo sido empregue um grande esforço na densificação interpretativa de normas abertas que o código inclui.

Dando continuidade ao trabalho de 2017, a AdTA densificou normativos internos que materializam boas práticas de contratação pública reforçando a sua cultura organizacional consentânea com os princípios de bom governo das empresas do Setor Empresarial do Estado.

Em 2018 teve lugar o desenvolvimento e a consolidação de Regras e Boas Práticas de *Corporate Governance*, designadamente ao nível das Delegações de Competências.

No ano de 2018 deu-se continuidade à redução do número de processos de contencioso.

Contabilidade

O Departamento Financeiro e Contabilístico tendo a responsabilidade pela implementação e coordenação da política financeira definida pela Administração da Tejo Atlântico, garantiu durante o ano de 2018 a gestão contabilística, financeira e fiscal da Empresa, nomeadamente a harmonização de critérios, procedimentos e práticas de acordo com as normas internas e do Grupo Águas de Portugal.

A melhoria contínua dos processos financeiros e contabilísticos, com o ajustar de tarefas e responsabilidades dentro da equipa teve como objetivo dar uma resposta atempada de maior rigor às necessidades internas, assim como dos restantes serviços da Empresa e de entidades externas.

Em 2018 dá-se particular destaque, para além dos fechos da contabilidade geral, aos fechos da contabilidade analítica, mediante a liquidação de gastos e rendimentos para processos empresariais, dando cumprimento ao calendário instituído pela *Holding*. Tendo por base a matriz de centros de lucro e custo, ferramenta indispensável para uma correta análise e controlo de gastos, foram aprimorados, com a colaboração da Gestão de Ativos e da Manutenção, os objetos analíticos a imputar os gastos, com referência às infraestruturas existentes e aos processos operacionais desenvolvidos em cada uma delas.

Depois de se ter iniciado em 2017 o projeto relativo à contabilidade analítica com a criação da matriz de centros de lucros e de custo, e de em 2018 se ter já ajustado os objetos analíticos (ordens internas), prevê-se que em 2019 se possa apresentar alguma maturidade em termos da informação obtida, que permita análises mais fiáveis da *performance* da Tejo Atlântico.

Decorrente do processo de inventariação e gestão de ativos, o Departamento iniciou o trabalho contabilístico ao nível da revisão do imobilizado da Tejo Atlântico, mediante a desagregação da informação existente, revalorização de bens, revisão de objetos analíticos e classes de imobilizados a que os bens estavam afetos.

À semelhança do passado, procurou-se fazer um correto planeamento e gestão de tesouraria da AdTA, atendendo aos compromissos com os fornecedores e aos acordos de pagamentos realizados e ao Prazo Médio de Recebimentos de cada Município. O Departamento manteve ao longo do ano contacto com os clientes no sentido de ser cumprido o prazo de recebimentos e de regularização de valores em atraso.

É ainda de referir, que a Empresa, no decorrer do ano, foi objeto de inspeção por parte da Autoridade Tributária, em sede de IRC e IVA, no respeitante ao ano de 2014 da Ex-SIMTEJO, resultando essa inspeção na substituição de declarações já entregues e correções contabilísticas, por pequenas divergências de valores.

Assinale-se que o ano de 2018 foi sem dúvida para FIC, o ano de arranque, o ano de “arrumar a casa”, o de detetar as falhas, o de definir procedimentos e o ano para estabelecer objetivos para o futuro.

Compras e logística

Em 2018, por indicação da Administração foi constituído um grupo de trabalho transversal que tinha como missão propor medidas que promovessem: **(i)** a uniformização dos processos de aquisição na AdTA definindo as responsabilidades de todos os intervenientes; **(ii)** o aumento da Eficácia e Eficiência do processo de compras; **(iii)** a eliminação de tarefas redundantes; **(iv)** a garantia de um adequado nível de formalização dos procedimentos de aquisição com a proporcionada Segurança Jurídica do Processo; e **(v)** a monitorização do cumprimento da tramitação procedimental decorrente da Lei ou de auto-vinculações a que a AdTA venha a subsumir-se pro ativamente.

Como resultado, foram definidas tarefas, funções e responsabilidades de todos os intervenientes no processo de contratação, que conduziram à centralização de um maior número de tarefas administrativas (na aquisição/locação de bens e serviços) na Área de Compras (CLO) e conseqüentemente a libertação destas tarefas das áreas requisitantes. Em 2018 ficou igualmente definido que a tramitação nas plataformas eletrónicas passasse a ser assegurada pela Área de Compras (incluindo as empreitadas e contratos conexos), assim como pela elaboração das peças dos procedimentos de prestação de serviços e aquisição de bens, em colaboração com as áreas.

Em 2018, foram efetuados 6.594 procedimentos de compra no valor total de 41,4 milhões de euros, conforme consta na tabela abaixo (identificando-se os pedidos de compra efetuados a Contrato via SAP e via SRM - contratos centralizados).

	Total	SAP	a contrato	SRM
Quantidade (n.º)	6 594	4598	1 605	391
Valor (Eur)	41 378 288	28 918 220	11 392 426	1 067 641

Todos os procedimentos aquisitivos efetuados na Empresa, são supervisionados pela Área de Compras para validação de controlo de limites do CCP, através da estratégia de liberação carregada em SAP. A par dos pedidos de compra, foram também efetuados pela Área de Compras, 92 Contratos SAP no valor global de €15.475.722,43.

Gestão Administrativa

Gestão documental e de arquivos

Na área Administrativa continuou-se o desenvolvimento da plataforma de gestão documental, adaptando cada vez mais às necessidades particulares da Tejo Atlântico.

O enfoque foi dado na otimização do recurso existente e na criação de metodologias de registo da informação enquanto base histórica da empresa.

Frota

A equipa afeta à frota gere 144 viaturas e tudo o que af se associa, entre gestão de sinistros, contratos de locação financeira, seguros, combustíveis, portagens (Via Verde), etc. Em 2018 verificou-se a substituição de 72 viaturas de serviço, em resultado do concurso público lançado no ano anterior.

Relevante também foi a substituição de 20 viaturas por veículos 100% elétricos, um projeto apoiado pelo Fundo Ambiental ao abrigo da Estratégia Nacional para a Mobilidade Elétrica, que incluiu ainda a instalação de postos de carregamento próprios em diversas instalações da Águas do Tejo Atlântico.

Comparativamente com as anteriores viaturas equipadas com motor térmico (gasolina ou a diesel), resultam variações nos consumos que se assinalam no quadro seguinte.

Veículos com Motor Térmico Substituídos da Frota da AdTA, S.A.

Tipologias	nº de veículos substituídos		Quilometragem 31/12/2018 (km)	Consumo de combustível Gasolina/ Diesel					Consumo de energia equivalente Energia elétrica equivalente			Emissões de Gases com Efeitos de Estufa Emissões de CO ₂		
	(nº)	(%)		(l/100 km)	(l)	(tep)	(bpe)	(%)	(kWh/ 100 km)	(kWh)	(%)	(kg/ km)	(kg)	(ton)
Veículos MI (Lig)	19	95,0%	283 300	8,15	23 103	19,7	135,0	110,7%	81,0	229 350	110,7%	0,218	61 800,8	61,8
Veículos NI (Merc)	1	5,0%	9 089	8,77	798	0,7	4,7	3,8%	87,11	7 918	3,8%	0,235	2 133,5	2,1
AdTA	20	-	292389	8,17	23 901	20,4	139,7	-	81,1	237 267	-	0,219	63 934,3	63,9

Veículos Elétricos Introduzidos na Frota da AdTA, S.A.

Tipologias	nº de veículos substituídos		Quilometragem 31/12/2018 (km)	Consumo de combustível Gasolina/ Diesel					Consumo de energia Energia elétrica			Emissões de Gases com Efeitos de Estufa Emissões de CO ₂		
	(nº)	(%)		(l/100 km)	(l)	(%)	(kWh/ km)	(kWh)	(tep)	(bpe)	(%)	(kg/ km)	(kg)	(ton)
Veículos MI (Lig)	19	95,0%	283 300	-	-	-	0,126	35 696	7,7	52,6	96,0%	0,059	16 777,0	16,8
Veículos NI (Merc)	1	5,0%	9 089	-	-	-	0,165	1 500	0,3	2,2	4,0%	0,078	704,9	0,7
AdTA	20	-	292389	-	-	-	0,127	37 195	8,0	54,8	-	0,060	17 481,9	17,5

AdTA, S.A. | Variação no Consumo de Energia | Veículos Elétricos versus Veículos com Motor Térmico

Tipologias	Veículos com Motor Térmico consumo de combustível				Veículos Elétricos consumo de energia elétrica			Variação do Consumo de Energia (elétrica e equivalente)					
	(l)	(kWh)	(tep)	(bpe)	(kWh)	(tep)	(bpe)	em kWh		em tep		em bpe	
								(kWh)	(%)	(tep)	(%)	(bpe)	(%)
Veículos MI (Lig)	23 103	229 350	19,7	135,0	35 695,8	7,7	52,6	-193 654	-84,4%	-12,0	-61,1%	-82,5	-61,1%
Veículos NI (Merc)	768	7 918	0,7	4,7	1 499,7	0,3	2,2	-6 418	-81,1%	-0,4	-52,6%	-2,5	-52,6%
AdTA	23 901	237 267	20,4	139,7	37 195	8,0	54,8	-200 072	-84,3%	-12,4	-60,8%	-84,9	-60,8%

AdTA, S.A. | Variação nas Emissões de GEE | Veículos Elétricos versus Veículos com Motor Térmico

Tipologias	Veículos com Motor Térmico - Emissões de CO ₂			Veículos Elétricos - Emissões de CO ₂			Variação das Emissões de CO ₂	
	(kg/ km)	(ton)	(%)	(kg/ km)	(ton)	(%)	(ton)	(%)
Veículos MI (Lig)	23 103	229 350	19,7	135,0	35 695,8	7,7	52,6	-193 654
Veículos NI (Merc)	768	7 918	0,7	4,7	1 499,7	0,3	2,2	-6 418
AdTA	23 901	237 267	20,4	139,7	37 195	8,0	54,8	-200 072

Perante os dados apresentados assinala-se que a frota elétrica da AdTA ultrapassou, no final de dezembro de 2018 os 290.000 quilómetros percorridos e que durante o ano de 2018 o consumo acumulado energético da frota elétrica da AdTA foi de 37,2MWh, correspondendo a um consumo específico medio de 0.127KWh/km percorrido. Este consumo energético da frota elétrica, comparativamente com as viaturas substituídas (motores térmicos), representa uma redução de 60,8% (redução do consumo energético da frota elétrica foi superior a 12 tep - tonelada equivalente de petróleo - e corresponde a uma redução cerca de 82 de barris de petróleo equivalente. Assinala-se ainda a redução das emissões de CO₂ com a introdução da frota elétrica, comparativamente com as viaturas substituídas (motores térmicos), foi superior a 46 toneladas, o que represente uma redução superior a 72%.

Contratos transversais

A área Administrativa em 2018, manteve a gestão de serviços administrativos transversais a toda a empresa.

GESTÃO DO CAPITAL HUMANO

No final do ano de 2018 a Águas do Tejo Atlântico tinha 363 trabalhadores pelas várias unidades organizacionais da empresa. Verificou-se um aumento do quadro de pessoal em cerca de 2,25% face ao ano 2017.

Direção/ Departamento/ Área	N.º Trab. 2018	%	N.º Trab. 2017	%
Dir. de Operação	214	58,95%	214	60,28%
Dir. de Manutenção	45	12,40%	46	12,96%
Dir. de Desenvolvimento e Comunicação	5	1,38%	6	1,69%
Dir. de Engenharia	19	5,23%	16	4,51%
Dir. de Gestão de Ativos	22	6,06%	20	5,63%
Dir. Administrativa e Financeira	20	5,51%	19	5,35%
Dep. Jurídico	3	0,83%	2	0,56%
Dep. Laboratório	14	3,86%	15	4,23%
Dep. Recursos Humanos	4	1,10%	4	1,13%
Área de Controlo de Gestão	3	0,83%	3	0,85%
Área de Sustentabilidade Empresarial	6	1,65%	5	1,41%
Área de I&D e Inovação	3	0,83%	1	0,28%
Assessores	1	0,28%	1	0,28%
Secretariado	4	1,10%	3	0,85%
Total	363	100%	355	100%

Desses 363 trabalhadores apenas 0,83% não fazem parte dos quadros de pessoal da empresa, são trabalhadores cedidos por outras empresas do Grupo AdP.

Efetivos	N.º Trab. 2018	%	N.º Trab. 2017	%
Quadro	360	99,17%	350	98,59%
Cedências	3	0,83%	5	1,41%
Total	363	100%	355	100%

No ano 2018 a empresa reiniciou os processos de recrutamento externo, tendo sido recrutados 8 trabalhadores para reforço do quadro de pessoal já existente.

Movimentos ocorridos	2018			2017		
	Cedências	Outros	Total	Cedências	Outros	Total
Entradas	4	8	12	3	0	3
Saídas	2	10	12	2	1	3
Total	2	-2	0	1	-1	0

Quanto ao género não existem alterações significativas a registar relativamente ao 2017.

Divisão p/ Género	Ativos 2018	%	Ativos 2017	%
Mulheres	101	27,82%	94	26,48%
Homens	262	72,18%	261	73,52%
Total	363	100%	355	100%

A idade média dos trabalhadores no final do ano 2018 manteve-se nos 45 anos, à semelhança do ano anterior.

Estrutura Etária	N.º Trab. 2018	%	N.º Trab. 2017	%
idade <25	1	0,28%	0	0,00%
idade 25-34	30	8,26%	30	8,45%
idade 35-44	154	42,42%	160	45,07%
idade 45-54	114	31,40%	107	30,14%
idade >55	64	17,63%	58	16,34%
Total	363	100%	355	100%

Quanto ao nível profissional não temos a registar alterações significativas. Podemos ainda assim salientar que no final do ano 2018 cerca de 56,75% dos seus trabalhadores são Profissionais Qualificados e cerca de 22,59% são Quadros Superiores.

Nível Profissional	N.º Trab. 2018	%	N.º Trab. 2017	%
Dirigentes	19	5,23%	19	5,35%
Quadros Superiores	82	22,59%	78	21,97%
Quadros Médios	4	1,10%	4	1,13%
Quadros intermédios (inc.contra-mestres e chefes de equipa)	5	1,38%	6	1,69%
Profissionais altamente qualificados	5	1,38%	5	1,41%
Profissionais qualificados	206	56,75%	203	57,18%
Profissionais semiquualificados	13	3,58%	13	3,66%
Profissionais não qualificados	29	7,99%	27	7,61%
Total	363	100%	355	100%

A valorização dos recursos humanos constitui uma prioridade elevada das políticas da Empresa, assumindo a formação um papel nuclear na melhoria dos níveis de qualificação dos seus ativos, como forma de motivação e valorização do seu desempenho profissional. Neste sentido verificámos que existe uma tendência crescente do número de trabalhadores com o Ensino Superior em detrimento dos trabalhadores com o Ensino Básico e Secundário.

Habilitações	N.º Trab. 2018	%	N.º Trab. 2017	%
Ensino Básico	147	40,50%	148	41,69%
Ensino Secundário	96	26,45%	97	27,32%
Ensino Superior	120	33,06%	110	30,99%
Total	363	100%	355	100%

Quanto à Formação Profissional foi possível facultar a cerca de 53,99% dos trabalhadores da empresa em comparação com o ano anterior em que apenas foi possível facultar a 37,75% dos trabalhadores. Quanto às horas de formação verificou-se um aumento de 68% do número de horas de formação em relação ao ano anterior.

Formação	Total de Colaboradores	N.º de Formandos	N.º de Ações	N.º de Horas
2018	363	196	74	4 227,75
2017	355	134	32	2 858,15

Formação	Chefias	Chefias Intermediárias	Técnicos Superiores	Técnicos de Apoio Administrativo	Técnicos Operacionais
Masculino	12	19	14	10	45
Feminino	10	23	24	24	0
2018	22	42	38	34	45
Masculino	16	17	19	23	30
Feminino	3	36	32	20	0
2017	19	53	51	43	30

No absentismo, apesar da taxa em 2018 ter subido para o dobro haverá que salientar comparativamente, que no ano 2017 apenas foram contabilizados seis meses de ausências.

Absentismo	2018	2017
Horas Absentismo	53 373	21 325
Taxa de Absentismo	17,16%	6,86%

Cerca de 3,47% das ausências verificadas no ano 2018 foram devido a acidentes de trabalho, num total de 41 acidentes de trabalho, com uma média de 45 dias de incapacidade temporária absoluta por cada acidente. Comparando com o ano 2017 o número de dias de baixa baixou cerca de 17,14% (para 8 meses de apólice AT).

Acidentes de trabalho	2018			2017		
	N.º Sinistros	N.º dias baixa	N.º médio dias baixa	N.º Sinistros	N.º dias baixa	N.º médio dias baixa
Sinistros encerrados	38	1 498	39	41	2 234	54,49
Sinistros em curso (com recaída)	3	353	118	0	0	0
Total	41	1 851	45	41	2 234	54

Ano 2017 inclui AT desde a data de início da apólice na AdTA 01-05-2017

O número elevado de dias de ausência refletem, em muitos casos, um agravamento na capacidade de recuperação do acidente, devido à idade dos colaboradores, às lesões pré-existentes, à fadiga muscular e aos esforços repetidos que no decurso do tempo afetam a reparação das lesões.

Relativamente à frequência dos acidentes de trabalho importa salientar a redução em cerca de 42% para a globalidade dos acidentes de trabalho e a redução em cerca de 30,5% para os acidentes de trabalho com baixa.

Indicadores de segurança	2018	2017
Tf: Tx frequência da globalidade dos acidentes de trabalho	68,79	97,54
Tf: Tx frequência dos acidentes de trabalho com baixa	58,72	76,64

Na Medicina do Trabalho podemos evidenciar que no ano 2018 foi possível realizar os exames periódicos e abranger todos os trabalhadores que estavam expostos a maiores riscos biológicos. Na consulta de Medicina do Trabalho Periódica, foram feitos os exames complementares: análises clínicas (sangue e urina), ECG, audiograma e rastreio visual.

Medicina do Trabalho	N.º Trab. 2018	%	N.º Trab. 2017	%
Exames Admissão	12	3,31%	0	0,00%
Exames Periódicos	273	75,21%	33	45,83%
Exames Ocasionais	78	21,49%	39	54,17%
Total de Exames	363	100%	72	100%

No ano 2018 a empresa retomou a campanha de vacinação contra a gripe, tendo sido inoculadas 114 vacinas, a cerca de 31,40% dos trabalhadores.

Para além da Medicina do Trabalho as consultas de Medicina Curativa, disponibilizadas pela empresa, consistem em consultas de clínica geral tendo por objetivo a resolução de problemas súbitos, prescrição de receitas e aconselhamento médico sobre boas práticas de saúde e também tiveram um aumento substancial no ano 2018, cerca de 32,23% dos trabalhadores já aderiram a este tipo de consultas.

Medicina Curativa	N.º Trab. 2018	%	N.º Trab. 2017	%
Consultas	117	32,23%	5	1,41%
Total de Trabalhadores	363		355	

FINANCEIRA

A análise financeira que se apresenta, procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial alcançados pela Tejo Atlântico, no ano de 2018, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas anexas.

De salientar, que o ano de 2017 foi o primeiro ano de atividade da Tejo Atlântico, tendo do ponto de vista contabilístico apresentado algumas especificidades e limitações. Tendo em conta que a Tejo Atlântico resulta da cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo (Vale do Tejo), e que esta operação ocorreu operacionalmente em 1 de Julho de 2017, resulta daqui que os rendimentos e os gastos relativos ao primeiro semestre do ano de 2017 foram gerados na Vale do Tejo e transferidos (migrados) para a Tejo Atlântico. Este processo de migração teve duas origens: rendimentos e gastos diretos, ou seja diretamente associados à área geográfica, de atuação e implementação da Tejo Atlântico, e indiretos (ou de suporte) que foram alvo de rateio de acordo com o volume de negócios.

A Tejo Atlântico considera os desvios de recuperação de gastos (DRG) como uma componente das demonstrações financeiras da empresa, de acordo com o Decreto-Lei n.º 94/2015. Aplica ainda o disposto na IFRIC 12, no que concerne ao rédito e gastos da construção, assim, o rédito reconhecido concorrerá para o volume de negócios da empresa, numa rubrica de "Rendimentos de Construção de Ativos Concessionados", sendo que os gastos totais associados de idêntico montante e por conseguinte com impacto nulo no resultado líquido do exercício.

Principais Indicadores	Unidade	2018	2017
Volume de negócios (VN) ¹	MEur	82,26	79,11
Volume de Efluente Faturado	Mm ³	182,88	183,07
Tarifa Média Saneamento	Eur	0,4497	0,4319
Desvio de recuperação de gastos do ano	MEur	-14,10	-2,54
Resultado Líquido do Exercício	MEur	5,51	6,88
Resultado Líquido (sem DRG)	MEur	15,57	8,95
FSE	MEur	25,57	26,45
Pessoal	MEur	10,09	11,11
Pessoal sem capitalizações	MEur	10,95	11,11
OPEX (gastos operacionais)	MEur	38,49	39,95
Resultado operacional	MEur	14,38	17,59
EBITDA (ajustado)	MEur	43,63	38,47
Rácio PRC (OPEX/VN)	%	47%	50%
Gastos financeiros	MEur	8,18	9,77
Resultados financeiros	MEur	7,09	8,59
Endividamento	MEur	231,24	239,29
Net Debt - Endividamento Líquido	MEur	139,93	160,13
Net Debt to EBITDA	n.º	3,20	3,90
Ativo Total	MEur	650,66	667,00
Capital Próprio	MEur	117,23	113,95
Passivo Total	MEur	533,43	553,05
PMP ²	dias	58	-
PMR ²	dias	61	-

¹ Volume de negócios ajustado (sem DRG e rendimentos da construção de ativos concessionados)

² Valor indisponível conforme explicitado no R&C 2017

No ano de 2018 destaca-se a existência de um volume de gastos operacionais inferior quando comparado com o valor atingido em 2017, em particular nos Fornecimentos e Serviços Externos. Consequentemente, o rácio PRC (Plano de Redução de Custos) apresenta um resultado mais favorável do que no ano de 2017.

Em relação aos gastos com pessoal, estes apresentam um valor inferior aos apresentados no final do período de 2017 em cerca de um milhão de euros essencialmente pela capitalização de gastos com o pessoal das áreas técnicas associadas à realização de investimentos.

O resultado líquido de 2018 ascendeu a 5,5 milhões de euros, que corresponde à remuneração garantida ao capital acionista investido, pelo que já incorpora o valor do desvio de recuperação de gastos do ano de 2018, evidenciando também a reversão do registo da correção ao desvio de recuperação de gastos do ano de 2017, efetuado na sequência de decisão do Regulador sobre a eficiência produtiva desse ano, discriminado da seguinte forma:

Resultado Líquido	Unidade	2018	2017
Rendimentos Totais	MEur	97,79	88,13
Gastos Totais	MEur	-90,51	-79,14
Imposto (corrente e diferido)	MEur	-1,77	-2,11
Resultado Líquido	MEur	5,51	6,88

Rendimentos Totais	Unidade	2018	2017
Volume de negócios (VN)	MEur	82,26	79,11
Subsídios ao Investimento	MEur	4,77	4,78
Rend. Construção Ativos Concessionados	MEur	9,14	2,98
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	MEur	0,54	0,08
Juros e Rendimentos Similares	MEur	1,09	1,18
Rendimentos Totais	MEur	97,79	88,13

Os rendimentos totais em 2018 ascenderam a 97,8 milhões de euros comparativamente com 88,1 milhões de euros no ano de 2017, conforme detalhe no quadro supra.

Volume de Negócios	Unidade	2018	2017
Prestação de Serviços e Vendas	MEur	82,26	79,11
Rend. Construção Ativos Concessionados	MEur	9,14	2,98
Desvio de recuperação de gastos (anual)	MEur	-14,10	-2,54
Volume de negócios (VN)	MEur	77,30	79,55

O volume de negócios no ano de 2018 ascendeu a 77,3 milhões, inferior ao do ano de 2017 (79,6 milhões de euros), apesar da prestação de serviços registar uma variação positiva. Esta situação deve-se essencialmente ao desvio de recuperação de gastos, que em 2018 regista um *superavit* substancialmente superior a 2017, resultante da redução dos gastos e da baixa da taxa de remuneração acionista verificada ao longo do ano.

A composição do volume de negócios, para além da prestação de serviços e venda, contempla os rendimentos da construção dos ativos concessionados que ascendem a 9,1 milhões de euros e o desvio de recuperação de gastos que totalizou 14,1 milhões de euros.

Resultados Financeiros	Unidade	2018	2017
Rendimentos Financeiros	MEur	1,09	1,18
Gastos Financeiros	MEur	-8,18	-9,77
Resultado Financeiro	MEur	-7,09	-8,59

Quanto aos resultados financeiros, é de referir que a AdTA apenas tem contratualizados financiamentos junto do BEI-Banco Europeu do Investimento, pelo que os gastos financeiros têm como principal origem esse fator. Em sentido contrário, a Tejo Atlântico beneficiou do apoio de tesouraria prestado à AdP SGPS. No final de 2017, fruto dos excedentes de tesouraria gerados, a Tejo Atlântico tinha disponibilizado à *holding* 57 milhões de euros e no final de 2018 tinha 40,6 milhões de euros. Note-se que atualmente quer o IGCP, quer a banca comercial, não remuneram aplicações de curto e médio prazo, sendo a solução preconizada dentro do Grupo AdP mais favorável.

Endividamentos	Unidade	2018	2017
Endividamento	MEur	231,24	239,29
Disponibilidades	MEur	42,26	10,87
Fundo Reconstituição Capital Social	MEur	8,45	11,29
Empréstimo Concedido AdP SGPS	MEur	40,60	57,00
Endividamento Líquido	MEur	139,93	160,13

O valor total do endividamento corresponde aos empréstimos junto do BEI e que transitaram da cisão da Vale do Tejo, sendo 223,4 de médio e longo prazo e 9,1 de curto prazo.

Gastos Totais	Unidade	2018	2017
CMVMC	MEur	2,82	2,39
Gastos Construção Ativos Concessionados	MEur	9,14	2,98
Fornecimentos e Serviços Externos	MEur	25,57	26,45
Gastos com Pessoal	MEur	10,09	11,11
Amortizações	MEur	19,94	19,96
Provisões	MEur	0,02	0,00
Outros Gastos Operacionais	MEur	0,67	0,77
Juros e Gastos Similares	MEur	8,18	9,77
Gastos Totais	MEur	76,41	73,43
Imparidades	MEur	0,00	3,16
Gastos Totais Ajustados	MEur	76,41	76,59

Os gastos totais ascendem a 76,4 milhões de euros, os quais incluem 2,9 milhões de euros relativos a gastos de Construção de Ativos Concessionados. A rubrica de fornecimentos e serviços externos é a que tem um maior peso nos gastos totais da empresa, com cerca de 33% do valor total, seguida das amortizações com 26%.

Nos quadros seguintes apresenta-se o detalhe de cada uma das rubricas que integram os gastos totais:

Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC)	Unidade	2018	2017
Reagentes	MEur	2,82	2,39
CMVMC	MEur	2,82	2,39

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas refere-se essencialmente a reagentes, tendo ascendido a 2,8 milhões de euros.

Fornecimentos e Serviços Externos	Unidade	2018	2017
Energia	MEur	9,30	9,12
Conservação e Reparação	MEur	5,13	6,55
Trabalhos Especializados	MEur	8,32	7,99
Outros FSE	MEur	2,82	2,79
Fornecimentos e Serviços Externos	MEur	25,57	26,45

Os gastos com fornecimentos e serviços externos (FSE) ascenderam a 25,6 milhões de euros, representando os gastos com energia, no valor de 9,3 milhões de euros a rubrica com maior peso em termos de FSE, com cerca de 36%, seguida da rubrica de trabalhos especializados que representa cerca de 33% do total.

Posição Financeira	Unidade	2018	2017
Ativo Não Corrente	MEur	545,82	572,90
Ativo Corrente	MEur	104,85	94,10
Total do Ativo	MEur	650,66	667,00
Capital Próprio	MEur	117,23	113,95
Passivo Não Corrente	MEur	506,89	523,25
Passivo Corrente	MEur	26,54	29,80
Total do Passivo	MEur	533,43	553,05
Total do Capital Próprio e Passivo	MEur	650,66	667,00

O total do ativo era no final do período de 2018 de 650,7 milhões de euros, verificando-se que o ativo não corrente representa cerca de 84% do valor total do ativo.

De igual forma, o passivo não corrente representa cerca de 95% do passivo total da empresa.

CLIENTES

Nos termos do disposto no n.º3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, a tarifa e os rendimentos tarifários a aplicar aos utilizadores do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, pela Águas do Tejo Atlântico, para o período de convergência tarifária, compreendido entre 2017 e 2026, são os estabelecidos no Contrato de Concessão, atualizados de acordo com a previsão do índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC), publicado pela entidade responsável pela sua divulgação (INE).

Às tarifas ou rendimentos tarifários a aplicar aos utilizadores municipais acresce uma componente tarifária acrescida (CTA), a ser pago pela Águas do Tejo Atlântico à Águas do Vale do Tejo, com vista a contribuir para a sustentabilidade do sistema desta.

Nos termos do referido diploma legal, os municípios abrangidos pela aplicação da CTA durante o período de convergência tarifária, são os municípios originários dos sistemas extintos da SANEST e da SIMTEJO, estando os restantes, originários da vertente de saneamento da extinta Águas do Oeste, isentos até 2026 (termo do período de convergência tarifária).

Em tais termos, os rendimentos tarifários aplicados em 2018 para os utilizadores municipais, têm uma tarifa implícita incluindo a tarifa da atividade de transporte de águas residuais, conforme se explicita no quadro infra.

Utilizadores	Unidade	Tarifa* 2018	CTA 2018	Tarifa* 2017	CTA 2017
Utilizadores municipais servidos pela extinta SANEST	€/m ³	0,3409	0,013	0,3249	0,0077
Utilizadores municipais servidos pela extinta SIMTEJO	€/m ³	0,5007	0,013	0,4993	0,0077
Utilizadores municipais servidos pela extinta Águas do Oeste	€/m ³	0,5324	-	0,5240	-
Transporte de águas residuais	€/m ³	0,2469	-	0,2432	-

(*) Tarifa implícita

A Tejo Atlântico pratica aos restantes utilizadores não municipais uma tarifa de 0,5324 €/m³,

A faturação aos clientes ao longo do ano de 2018 ascendeu a 92,6 milhões de euros e os recebimentos totalizaram 96,5 milhões de euros.

A dívida dos utilizadores municipais do sistema decompõe-se da seguinte forma:

	Unidade	2018	2017
Faturação Corrente	MEur	11	16
CTA (Componente Tarifária Acrescida)	MEur	0	1
TRH (Taxa de Recursos Hídricos)	MEur	0	0
Acordos de Pagamento	MEur	2	3
Injunções	MEur	2	4
Juros Mora	MEur	0	1
	MEur	16	24

Em termos de evolução da dívida destaca-se a redução no valor global em resultado do trabalho desenvolvido pela Administração, no sentido da redução dos incumprimentos existentes.

Em 2017, foi celebrado um acordo de transação para pagamento das dívidas vencidas do Município da Nazaré, estando registado em médio e longo prazo à data de 31/12/2018 o montante de 1,4 milhões de euros. Com a desistência conjunta de processos judiciais cruzados com o Município de Sintra, foi anulada a dívida, que se traduziu numa redução no valor de 2,2 milhões de euros. A celebração de acordo de transação com o Município de Torres Vedras originou a anulação da dívida e respetiva imparidade no valor de 1,3 milhões de euros.

A Tejo Atlântico continua a recuperar as dívidas vencidas dos Municípios de Alenquer, Azambuja e Sobral de Monte Agraço, através de acordos de pagamento efetuados pela Águas de Lisboa e Vale do Tejo, que por incluírem em simultâneo, dívidas resultantes da prestação de serviços de abastecimento e de saneamento permaneceram sob gestão da Águas do Vale do Tejo, ascendendo no final de 2018 ao montante de 1,8 milhões de euros.

INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

PROJETOS DE I&D E INOVAÇÃO EM CURSO

Em 2018, foram aprovados dois novos projetos de Inovação e I&D no âmbito do programa de financiamento Interreg Sudoeste, que tiveram o seu início em Abril de 2018, nomeadamente, TWIST - Estratégia Transnacional para a Inovação no domínio da Água e CircRural4.0 - Para uma conceção circular e inteligente de gestão de águas residuais em áreas rurais.

O projeto TWIST visa a criação de um ecossistema colaborativo de inovação para incentivar o investimento privado em Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&DI) no sector da água, que atraia e retenha capital humano qualificado no sentido de um desenvolvimento baseado no uso eficiente e recuperação de recursos. O TWIST irá promover espaços físicos e virtuais para co-criação, experimentação e avaliação de produtos inovadores no domínio da criação de valor das águas residuais com 3 Laboratórios Vivos.

O projeto CircRural4.0 propõe uma transformação no panorama do tratamento de águas residuais nas áreas rurais de acordo com um novo conceito baseado no uso eficiente dos recursos. Com esta abordagem, a gestão de águas residuais em meios rurais tornar-se-á energeticamente autossuficiente e será possível a recuperação de nutrientes essenciais como o Fósforo. Para tal, as instalações de tratamento terão de implementar novos controladores e tecnologias avançadas de análise de dados.

Relativamente aos restantes projetos financiados em curso o seu ponto de situação será de destacar o seguinte:

- *InteGrid - Demonstration of INTElligent grid technologies for renewables INTEgration and INTEractive consumer participation enabling INTEroperable market solutions and INTErconnected stakeholders*: foram selecionadas as Fábricas de Água onde vão ser demonstrados os use case do InteGrid: Alcântara, Alverca, Beirolas, Chelas e Mafra. Nos casos de Alcântara, Chelas e Mafra irá ser demonstrada e testada a matrix FlexWater e em Alcântara, Beirolas e Alverca o algoritmo de otimização p-optimizer. No seguimento da definição

casos de demonstração continuou-se a recolha de dados associados aos processos e à construção de uma matriz de flexibilidade também para a Fábrica de Água de Chelas. Relativamente à otimização, conclui-se o desenvolvimento do algoritmo de otimização para uma estação elevatória, com o INESC TEC, para o qual se encontra em desenvolvimento um processo de patente. Foram desenvolvidos os medidores de energia *low-cost* que irão contribuir para as atividades de monitorização.

- RES URBIS – *REsources from URban Blo-waSte*: deu-se continuidade à descrição dos *clusters* do projeto, no caso da AdTA, o *cluster* de Lisboa. Deu-se início à análise do ciclo de vida e ao estudo de viabilidade económica. Foi igualmente realizado o levantamento do local, materiais e equipamento necessário para a instalação de um piloto na Fábrica de Água de Frielas, tendo o mesmo sido submetido a ensaios hidráulicos na FA de Frielas em Dezembro, estando previsto o seu arranque para Fevereiro de 2019. Em Janeiro, em articulação com a Faculdade de Ciências e Tecnologia, realizou-se um Fórum de *Stakeholders*, onde se apresentou a empresa Águas do Tejo Atlântico aos diferentes parceiros do projeto e também se procedeu ao convite de outros *stakeholders* que vieram a participar na reunião.
- LIFE IMPETUS - *Improving current barriers for controlling pharmaceutical compounds in urban wastewater treatment plants*: deu-se continuidade aos testes e ensaios nos dois protótipos instalados na Fábrica de Água de Beirolas, com vista à análise de medidas para melhorar a remoção de produtos farmacêuticos em ETAR urbanas através do tratamento convencional de lamas ativadas. Recolheram-se dados de operação relativos ao ano 2018 de forma a se realizar uma avaliação da eficiência dos processos de uma forma geral e especificamente no que concerne à remoção de poluentes emergentes. Deu-se seguimento às campanhas de monitorização associadas ao projeto e foi iniciada a análise custo-benefício com a realização de um *workshop* com a participação de diferentes *stakeholders*.
- RESCCUE - *REsilience to cope with Climate Change in Urban áreas*: que tem como objetivo melhorar os níveis de resiliência às alterações climáticas das cidades, tendo Lisboa, Barcelona (Espanha) e Bristol (Inglaterra) como casos de estudo. Este projeto teve novos desenvolvimentos, nomeadamente com a definição de uma base de dados de medidas e estratégias de resiliência e adaptação às alterações climáticas e deu-se início aos trabalhos associados ao desenvolvimento de Planos de Ação para a Resiliência.
- LIFE SWSS - *Smart Water Supply Systems*: que tem por principal objetivo a criação de uma plataforma de apoio à decisão e gestão operacional das entidades gestoras tendo em vista diminuir o consumo de energia e conseqüentemente as emissões de gases com efeito de estufa. Neste projeto foi alargada a implementação de todos os módulos na plataforma LIFE SWSS para a totalidade do sistema demonstrador do Algarve e customização para o caso de estudo do Oeste. Foi ainda disponibilizada uma versão alfa da aplicação para dispositivos móveis.

Em 2018 deu-se ainda início a diversos estudos e projetos de investigação, no âmbito das relações de cooperação estabelecidas com universidades e empresas, incluindo a realização de diversos protocolos, orientados para as seguintes linhas de investigação:

- Projeto microalgas: foram instalados 2 pilotos (*raceways*), durante o mês de maio, na Fábrica de Água de Beirolas, um na saída da decantação primária e outro na saída da decantação secundária, com o objetivo de se estudar a produção de microalgas e os efeitos no tratamento das águas residuais;
- Projeto pré-tratamento de lamas: deu-se continuidade aos ensaios, na Fábrica de Água de Beirolas, tendo em conta o pré-tratamento de lamas com recurso a técnicas de campos elétricos pulsados, de forma a potenciar a produção de biogás na digestão anaeróbia;
- Início do projeto que visa o desenvolvimento de um *Smart Biological Treatment Control* com base no caudal afluente de uma Fábrica de Água de pequena e média dimensão. Associado ao desenvolvimento deste projeto foi aprovado e iniciado um estágio profissional do IIEFP;
- Reutilização de águas residuais, em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa;

Programas de financiamento de projetos de I&D+I

No âmbito de candidaturas a novos projetos de I&D e Inovação, durante o ano de 2018, foram submetidas nove candidaturas a programas de financiamento, nomeadamente, cinco ao programa PRIMA, duas ao programa H2020, uma ao Fundo Azul e uma ao fundo *Urban Innovation Action*.

OUTRAS ATIVIDADES

Com o objetivo de dinamizar a cultura de inovação da Tejo Atlântico, internamente e externamente, bem como com vista à divulgação dos diversos trabalhos em curso e ainda da promoção do *networking* foram desenvolvidas várias atividades com destaque para:

- Caminho da Inovação' 18 – Expo & Networking no dia 26 de setembro:

- Participação de cerca de 450 pessoas
- Exposição com 40 "stands"
- Transmitido em *Streaming*
- Assinaturas digitais de protocolos
- Entrega de prémio "Desafio à Inovação 2018"
- Lançamento do desafio à inovação 2019

Participação: Fórum Mundial da Água; Desafios da Água (Algarve, março de 2018); *workshop* do projeto BRIGAD; *Workshop* dos projetos *SmartPlant* e *Incover*; no *EnergyDays* organizado no âmbito projeto InteGrid; na conferência Loures InSS 2018 - Inovação, Sociedade, Sustentabilidade; no IWA – Congresso Mundial da Água realizado em setembro;

Atribuição do prémio "Desafio à Inovação", nos seguintes desafios: Sistemas de desinfeção "low-cost" de águas residuais tratadas, alternativos aos sistemas convencionais (UV, compostos halogenados e ozono); e, Sistemas de desidratação e/ou secagem de lamas sustentáveis em Fábricas de Água.

No âmbito da atividade científica, foram produzidos 3 artigos e um resumo:

"An Internet of Things Based Platform for Real-Time Management of Energy Consumption in Water Resource Recovery Facilities" para ser apresentado na conferência IFIP IOT 2018;

"Improving energy efficiency in water supply systems with pump scheduling optimization", submetido ao *Journal of Cleaner Production*;

The impact of the art-ICA control technology on the performance, energy consumption and greenhouse gas emissions of full-scale wastewater treatment plants", submetido ao *Journal of Cleaner Production*;

"Energy demand response applied to Water Resource Recovery Facilities" submetido um resumo à conferência WEFTEC2019;

Submeteu-se a candidatura SIFIDE relativa ao ano fiscal de 2017 relativa a um valor de benefício fiscal de 131.343,22€.

Pretende-se dar continuidade aos projetos e estudos de I&D e Inovação que se encontram em curso, nomeadamente dar continuidade às atividades associadas e implementação de medidas e ao reforço das relações de cooperação com universidades e empresas, incluindo a realização de diversos protocolos.

EVENTOS POSTERIORES AO FECHO

Nos termos do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março e do Contrato de Concessão, a Comissão Executiva submeteu à ERSAR no dia 31 de janeiro, para aprovação, o valor do Desvio de Recuperação de Gastos inscrito nas presentes demonstrações financeiras. À data da aprovação das demonstrações financeiras ainda não foi obtida a resposta definitiva da entidade reguladora.

No início de 2019 o Município da Nazaré procedeu à liquidação integral do montante em dívida de 2,3 milhões de euros, relativos ao acordo transaccional cujo termo iria ocorrer em abril de 2022.

No final do exercício a AdTA detém 2.521.433 ações próprias, correspondente a uma participação total no capital social de 2,22%. De acordo com as manifestações de interesse de alguns dos acionistas da Tejo Atlântico, com contratos-promessa já firmados, prevê-se a efetivação da venda de parte das ações aos municípios de Mafra e Amadora, bem como à AdP SGPS. É expectável que a venda destas ações se concretize em 2019 na sua totalidade, aguardando-se a necessária autorização dos Ministérios das Finanças e do Ambiente e Transporte e Energia. Face ao exposto não foi constituída qualquer reserva indisponível.

Em março 2019, na sequência da concordância do Senhor Secretário do Tesouro vertido no despacho de 28 de dezembro de 2018, foi recebido o despacho de aprovação do Plano e Orçamento para 2018, emitido pelo Senhor Secretário de Estado do Ambiente.

Para além do exposto, não existem eventos subsequentes que justifiquem alterações ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras, para além das que já estão divulgadas.

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

I) Objetivos de Gestão (artigo 38.º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

Na Assembleia-Geral de 4 de agosto de 2017 foram aprovadas as Orientações Estratégicas e os Objetivos de Gestão para o Conselho de Administração da Tejo Atlântico, para o mandato 2017/ 2019. Os objetivos de gestão aprovados são dez, vertidos em, cinco indicadores financeiros, um ambiental, três de eficiência e sustentabilidade e um de reporte.

Indicadores dos Objetivos de Gestão	Modo de avaliação		
	Não Atingido	Atingido	Superado
Indicadores Financeiros			
Eficiência de Gestão (PRC)	$\Delta PRC < 0\%$	$0\% \leq \Delta PRC < 3\%$	$\Delta PRC \geq 3\%$
Limite ao Endividamento	End2018 > 237,9 ME	223,6 ME < End2018 \leq 237,9ME	End 2018 \leq 223,6ME
Dívida Comercial de Devedores Municipais (DCDM)	DCDMA > 105%	$95\% \leq DCDMA \leq 105\%$	PGR < 95%
Degradação da Tesouraria de Exploração (DTE)	DTE > 100%	$85\% < DTE \leq 100\%$	DTE \leq 85%
Rentabilidade (RCI)	RCI (Ano N) < 95% RCI 2017 EVEF	$95\% RCI 2017 EVEF \leq RCI (Ano N) < 110\% RCI 2017 EVEF$	RCI (Ano N) > 110% RCI 2017 EVEF
Indicadores Ambientais			
Qualidade das Águas Residuais (AQAR)	QAR < 97,5%	$97,5\% \leq QAR < 100\%$	QAR \geq 100%
Indicadores de Eficiência e Sustentabilidade			
Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Energia	Não Certificada até 2019	Certificada até 2019	Certificada até 2018
Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Ativos	Não Certificada até 2019	Certificada até 2019	Certificada até 2018
Indicador PEPE (RCEE)	RCEE (Ano N) < 95% RCEE (Meta do Ano N)	$95\% RCEE (Meta do Ano N) \leq RCEE (Ano N) \leq 105\% RCEE (Meta do Ano N)$	RCEE (Ano N) > 105% RCEE (Meta do Ano N)
Indicadores de Reporte			
Grau de cumprimento dos prazos de reporte (GCPR)	GCPR > 0 dias	$-1 \text{ dia} \leq GCPR \leq 0 \text{ dias}$	GCPR < -1 dia

A avaliação do grau de cumprimento dos objetivos é efetuada com base no quadro infra:

Grau de Concretização	
GC < 1,8	Objetivos não cumpridos
$1,8 \leq GC < 2,5$	Objetivos cumpridos
GC \geq 2,5	Objetivos superados

Sintetiza-se no quadro seguinte a avaliação do cumprimento dos objetivos de gestão, relativo ao ano de 2018:

Indicadores dos Objetivos de Gestão	Resultado	Avaliação	Ponderação	Ponderação ajustada	Atingimento
Indicadores Financeiros					
Eficiência de Gestão (PRC)	23,6%	Superado	12,5%	14,7%	3
Limite ao Endividamento	192,0	Superado	12,5%	14,7%	3
Dívida Comercial de Devedores Municipais (DCDM)	69,6%	Superado	12,5%	14,7%	3
Degradação da Tesouraria de Exploração (DTE)	4,2%	Superado	5,0%	5,9%	3
Rentabilidade (RCI)	251,8%	Superado	12,5%	14,7%	3
Indicadores Ambientais					
Qualidade das Águas Residuais (AQAR)	97,2%	Não atingido	15,0%	17,6%	1
Indicadores de Eficiência e Sustentabilidade					
Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Energia	Aplicável em 2019	n.a.	5,0%	0,0%	n.a.
Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Ativos	Aplicável em 2019	n.a.	10,0%	0,0%	n.a.
Indicador PEPE (RCEE)	106,50%	Superado	10,0%	11,8%	3
Indicadores de Reporte					
Grau de cumprimento dos prazos de reporte (GCPR)	12	Não atingido	5,0%	5,9%	1
Objetivos superados					2,5

A avaliação dos objetivos de gestão em 2018 atingiu 2,5, considerando-se como uma avaliação global de objetivos superados.

Da análise aos objetivos não atingidos tem-se para a Qualidade das Águas Residuais (AQAR), as falhas verificadas na ETAR do Barril e na ETAR de São João da Talha, que resultaram de descargas industriais com características que incumpriram o regulamento de descarga. O controlo destas descargas está fora do âmbito de responsabilidade da Tejo Atlântico, pertencendo às entidades gestoras em baixa.

Relativamente ao indicador do Grau de cumprimento dos prazos de reporte verificaram-se em 2018 situações excecionais que influenciaram o cumprimento dos prazos de forma regular.

Para 2019, sobretudo no que respeita a este indicador, serão tomadas medidas de correção aos resultados periódicos, de modo a que a empresa possa melhorar o desempenho.

O Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2018 foi aprovado pela Tutela em dezembro de 2018, apresentando-se no Quadro resumo do cumprimento das orientações legais constante do final do presente capítulo as respetivas execuções, tendo por base o documento aprovado.

Da análise aos resultados da execução do ano de 2018 verifica-se que os Princípios Financeiros de Referência considerados no PAO2018 foram adotados e cumpridos, à exceção do investimento.

O investimento teve uma execução de 52,2% do plano previsto para 2018. O incremento generalizado dos preços de mercado no setor da construção têm levado a que o lançamento de novos procedimentos de empreitada não receberam quaisquer propostas. Têm existido constrangimentos que obrigaram a Empresa a rever as estimativas orçamentais dos projetos de execução já elaborados e a redefinir os preços base dos procedimentos, de modo a garantir a participação do mercado e o cumprimento dos prazos previstos para a consignação das empreitadas, resultando em incrementos, nalguns casos significativos, dos valores de investimento previstos no Contrato de Concessão. Por outro lado têm existido atrasos na conclusão das empreitadas face ao previsto nomeadamente condicionalismos no lançamento, consignação ou a conclusão das empreitadas:

- Vários procedimentos de empreitada que não receberam propostas, o que obriga a rever as estimativas orçamentais e ao relançamento dos procedimentos, motivando como tal um desvio significativo, quase cerca de um ano, na data de consignação;
- A entrada em vigor da revisão do Código de Contratos Públicos que ditou a necessidade de rever as peças concursais já elaboradas, o que contribuiu para um desvio considerável nas datas de lançamento previstas;
- Morosidade na obtenção de autorizações, pareceres e aprovações por parte das entidades competentes, prévias ao lançamento dos procedimentos;
- O complexo processo de contratação pública que obriga a mais de cem atividades desde o momento da abertura do procedimento até a publicitação da eficácia do contrato, aspeto que condiciona também o prazo e a eficiência da concretização dos investimentos;
- Morosidade na obtenção de licenciamentos na fase de obra (desvios de trânsito, ligações de energia elétrica) que condicionam a data de conclusão da empreitada;
- Constrangimentos vários associados aos processos de expropriações e servidões necessárias para executar as empreitadas.

2) Gestão do risco financeiro

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado financeiro, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela *holding* (AdP SGPS).

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto ao BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente a AdP SGPS iniciou em 2004 um processo de obtenção de financiamentos externos de longo prazo, tendo efetuado uma colocação privada de dívida em 2005 e três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos *cash-flows* da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, quer através da contratação de instrumentos financeiros derivados, quer mediante a escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final.

No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneoio e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneoio.

Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permita fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o “rating” dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste. Tendo em atenção a questão da dilação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das empresas, são primeiramente utilizados para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada do grupo e o restante, juntamente com as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de concessão são efetuadas junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do grupo é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

Anos	2018	2017	2016	2015	2014
Encargos Financeiros (€)	8 178 038	9 766 285	n.a.	n.a.	n.a.
Taxa média de financiamento (%)	3,5%	4,0%	n.a.	n.a.	n.a.

3) Limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º I do artigo 56.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (lei do Orçamento de Estado para 2018, apurados nos termos da fórmula disposta no n.º 4 do artigo 146.º do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio (DLEO 2018))

Passivo remunerado	2018	2017	Variação 2018/2017	
	Valores (€)	Valores (€)	Valor	%
Financiamentos obtidos (correntes e não correntes)	231 237 186	239 289 507	8 052 321	-3%
- dos quais concedidos pela DGFT	-	-	-	-
Aumentos de capital por dotação	-	-	-	-
Aumentos de capital por conversão de créditos	-	-	-	-
Endividamento ajustado	-	-	-	-
Novos investimentos	0			

4) Evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

PMOP	2018	2017	Variação 18/17	
			Valor	%
Prazo (dias)	58	(*)	-	-

(*) Indisponibilidade de valor conforme explicitado no Relatório e Contas de 2017, no capítulo de Cumprimento das Orientações Legais, Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento.

Os atrasos nos pagamentos apresentam a seguinte distribuição:

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	3 454 232,65	4 551,71	125 865,26	132 853,79	21 580,81
Aq. de Capital	1 271 020,00	-606,99	19 514,95	1 046,51	397 592,72
Total	4 725 252,65	3 944,72	145 380,21	133 900,30	419 173,53

Os valores apresentados em dívida a mais de um ano, correspondem na sua quase totalidade a situações de litígio, insolvência e penhoras, no âmbito de contratos de empreitada.

5) Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

Na aprovação das contas do exercício de 2017 não foram feitas recomendações por parte do acionista para o ano de 2018, tendo sido dado integral cumprimento às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

6) Remunerações

A Tejo Atlântico deu cumprimento a todas as orientações sobre a política remuneratória, constantes da legislação em vigor aplicável ao Setor Empresarial do Estado, nomeadamente:

- Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro;
- Lei n.º 12 -A/2010, de 30 de junho;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março;
- Despacho SET 764/2012, de 25 de maio;
- Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro;
- Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro;
- Lei n.º 159-D/2015, de 30 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 253-A/2015, de 30 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 254-A/2015, de 31 de dezembro;
- Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro (LOE);
- Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio (DLEO).

As reduções remuneratórias são as indicadas no Quadro Resumo no final do capítulo, apresentando-se a restante informação conforme disposto no apêndice I das instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2018 – Ofício Circular n.º 1116, de 12 de março de 2019.

Mesa da Assembleia-Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2017 - 2019	Presidente	Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca	575,00	-
2017 - 2019	Vice-Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes	470,00	-
2017 - 2019	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	375,00	-
				-

Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Sim/ Não	OPRLO ⁽²⁾		Nº de Mandatos
			Forma ⁽¹⁾	Data		Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2017 - 2019	Presidente executivo	António Alberto Corte-Real Frazão	AG	28/04/2017	Não	-	-	1
2017 - 2019	Vogal executivo	Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira	AG	28/04/2017	Não	-	-	1
2017 - 2019	Vogal executivo	Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	AG	28/04/2017	Não	-	-	1
2017 - 2019	Vogal não executivo	Nuno Rafael da Conceição Brôco	AG	28/04/2017	n.a.	n.a.	n.a.	1
2017 - 2019	Vogal não executivo	Francisco José Pinto Silva Narciso (*)	AG	28/04/2017	n.a.	n.a.	n.a.	1
2017 - 2019	Vogal não executivo	José Manuel da Costa Baptista Alves	AG	28/04/2017	n.a.	n.a.	n.a.	1
2017 - 2019	Vogal não executivo	Armando Jorge Paulino Domingos	AG	04/08/2017	n.a.	n.a.	n.a.	1

(*) Renúnciou em 28 de março de 2018 com efeito a 30 de abril de 2018

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Nuno Rafael da Conceição Brôco	AdP-SGPS,S.A.	Diretor de Engenharia	Privado
Francisco José Pinto Silva Narciso*	AdP-SGPS,S.A.	Diretor de Desenvolvimento de Negócio	Privado
Armando Jorge Paulino Domingos	Junta de Freguesia de Encosta do Sol	Presidente da Junta de Freguesia de Encosta do Sol	Público

(*) Renúnciou em 28 de março de 2018 com efeito a 30 de abril de 2018

Membro do CA	EGP			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
António Alberto Corte-Real Frazão	S	B	4 864,34	1 945,73
Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira	S	B	3 891,47	1 556,59
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	S	B	3 891,47	1 556,59
Nuno Rafael da Conceição Brôco	S	a)	-	-
Francisco José Pinto Silva Narciso*	S	a)	-	-
José Manuel da Costa Baptista Alves	S	a)	-	-
Armando Jorge Paulino Domingos	S	a)	-	-

(*) Renúnciou em 28 de março de 2018 com efeito a 30 de abril de 2018

"a) Os Administradores não executivos não auferem qualquer remuneração, de acordo com a Ata da Comissão de Vencimentos de 8 de maio de 2017."

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
António Alberto Corte-Real Frazão	91 347,31	0,00	91 347,31	4 567,37	86 779,94
Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira	73 077,75	0,00	73 077,75	3 653,89	69 423,86
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	73 077,75	0,00	73 077,75	3 653,89	69 423,86
Nuno Rafael da Conceição Brôco	-	-	-	-	-
Francisco José Pinto Silva Narciso*	-	-	-	-	-
José Manuel da Costa Baptista Alves	-	-	-	-	-
Armando Jorge Paulino Domingos	-	-	-	-	-
(*) Renúnciou em 28 de março de 2018 com efeito a 30 de abril de 2018			237 502,80	11 875,14	225 627,66

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)								
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social			Encargos Anuais		Outros	
	Valor/Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual	Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Identificar	Valor	
António Alberto Corte-Real Frazão	6,41	1 416,61	SS	21 418,46	928,97	1 172,52	-	-	
Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira	4,77	1 082,79	CGA	17 209,31	928,97	885,36	-	-	
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	4,77	1 154,64	SS	17 209,30	1 287,76	1 585,33	-	-	
	15,95	3 654,04	-	55 837,07	3 145,70	3 643,21	-	-	

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade ⁽¹⁾	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
António Alberto Corte-Real Frazão	S	S	39 663,48	AOV	2008	2018	457,65	1 849,85	0
	S	S	34 724,17	AOV	2018	2022	478,82	3 072,95	42
Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira	S	S	29 169,13	Mini Leasing	2017	2018	577,56	4 451,84	0
	S	S	35 400,19	AOV	2018	2022	448,08	3 070,12	42
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	S	S	29 169,13	Mini Leasing	2017	2018	577,56	4 451,84	0
	S	S	35 400,19	AOV	2018	2022	482,43	3 246,29	42

(1) aquisição; ALD; Leasing ou outra

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras Identificar	Valor	Gasto total com viagens (Σ)
António Alberto Corte-Real Frazão	7 404,40	2 824,38	1 433,44	Refeições	123,23	11 785,45
Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira	1 570,47	4 458,34	771,85	Refeições	21,90	6 822,56
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	3 288,63	2 824,38	350,84	Refeições	39,50	6 503,35
					184,63	25 111,36

Órgão de Fiscalização

Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	Nº de Mandatos
			Forma ⁽¹⁾	Data		
2017 - 2019	Presidente	Armando José de Sousa Resende	AG	28/04/2017	1362,01	1
2017 - 2019	Vogal	Maria do Carmo Mendes (*)	AG	28/04/2017	1021,51	1
2017 - 2019	Vogal	Catarina Alexandra Carvalho Fins (**)	AG	07/11/2018	1021,51	1
2017 - 2019	Vogal	Carlos Manuel Antunes Bernardes	AG	28/04/2017	1021,51	1
2017 - 2019	Suplente	Patrícia Isabel Sousa Caldinha	AG	28/04/2017	1021,51	1

(*) Apresentada renúncia em 7 de novembro de 2018

(**) Designada em Assembleia-Geral (AG) em 7 de novembro de 2018

Membro do Conselho Fiscal	Remuneração Anual (€)		
	Bruto ⁽¹⁾	Reduções Remuneratórias ⁽²⁾	Valor Final ⁽³⁾ = (1)-(2)
Armando José de Sousa Resende	19 068,15	953,41	18 114,74
Maria do Carmo Mendes	12 232,67	611,63	11 621,04
Catarina Alexandra Carvalho Fins	2 153,31	107,67	2 045,64
Carlos Manuel Antunes Bernardes	-	-	-
Patrícia Isabel Sousa Caldinha	-	-	-
			31 781,42

Revisor Oficial de Contas - ROC

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Forma ⁽¹⁾	Designação		N.º de anos de funções exercidas no Grupo	N.º de anos de funções exercidas na Sociedade
		Nome	N.º de inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM		Data	Data do Contrato		
2017 - 2019	Efetivo	Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A.	178	20161480	AG	28/04/2017	28/04/2017	10	2
2017 - 2019	"EfetivoSROC"	Rui Manuel da Cunha Vieira	1154	20161480	AG	28/04/2017	28/04/2017	10	2
2017 - 2019	Suplente SROC	Rui Abel Serra Martins	1119	20161480	AG	28/04/2017	28/04/2017	10	2

Revisor Oficial de Contas	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços 2018 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2018 (€)			
	Valor ⁽¹⁾	Reduções ⁽²⁾	Valor Final ³⁼⁽¹⁾⁻⁽²⁾	Identificação do Serviço	Valor ⁽¹⁾	Reduções ⁽²⁾	Valor Final ³⁼⁽¹⁾⁻⁽²⁾
Ernst & Young, SROC	21 834,00	-	21 834,00	-	-	-	-

7) Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei nº8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

- À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;
- Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;
- Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet.

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei nº8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa e ainda ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
António Alberto Corte-Real Frazão	80,00	253,85	-
Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira	80,00	194,59	-
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	80,00	179,43	-
		627,87	

Membro da CA	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)		
		Combustível	Portagens	Total
António Alberto Corte-Real Frazão	486,43	1 295,29	431,75	1 727,04
Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira	389,15	1 610,24	585,75	2 195,99
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	389,15	1 780,22	861,49	2 641,71
				6 564,74

8) Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e do artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais

A Tejo Atlântico dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, não aceitando despesas não documentadas ou confidenciais.

9) Elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março

Em cumprimento do previsto no n.º2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a Tejo Atlântico promoverá, divulgará internamente e disponibilizará no sítio da internet, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens.

10) Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção conforme o disposto no n.º1 do artigo 46.º do RJSPE

Dando cumprimento ao previsto no n.º1 do artigo n.º46 do Decreto-Lei (DL) n.º133/2013, de 3 de outubro, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a Tejo Atlântico procede à avaliação anual do PGRIC em vigor na empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º1 do artigo n.º2 da Lei n.º54/2008 de 4 de setembro, nomeadamente:

“a) ... informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial”.

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º2 do n.º46 do Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de Internet da Tejo Atlântico e remetido à Unidade Técnica (UTAM).

11) Contratação Pública

O Grupo AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados - a AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A. - que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro, foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto diferenciado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras e Logística da AdP Serviços.

A existência desta estrutura interna do Grupo justifica-se na medida em que permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, designadamente os seguros, energia, reagentes químicos e materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

Dando continuidade ao seu trabalho de desenvolvimento e implementação de boas práticas de contratação pública, esteve envolvida e participou em diversas atividades e ações integrantes de trabalho exaustivo desenvolvido pela AdP SGPS no sentido de uniformizar procedimentos ao nível das empresas do grupo e de garantia da observância de requisitos legais e de orientações internas relativas a procedimentos de contratação pública ao abrigo do Regime Geral, em face das alterações introduzidas ao CCP pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, no sentido de preparar um guião, designado manual de contratação, que oriente os seus utilizadores na interpretação e aplicação das mais importantes inovações trazidas por esta revisão legislativa e incorporando toda a “aprendizagem” do Grupo ao longo destes 10 anos em matéria de contratação pública.

Paralelamente a AdTA também esteve envolvida e participou ativamente em atividades e ações tendentes ao desenvolvimento de um manual de compras que visa sistematizar o papel de cada um dos intervenientes no processo de compras, potenciando uma visão integrada e abrangente, partilhando os mesmos conceitos, uniformizando as ferramentas utilizadas, as designações, procedimentos internos e cooperação para o desenvolvimento sustentado dos processos de aquisição

Por se considerar uma prática potenciada pelos princípios da qualidade e transparência, continuaram a ser trabalhados e desenvolvidos documentos para suporte à contratação pública nomeadamente documentos modelo para a elaboração de informações de abertura de procedimentos, peças de concurso e relatórios de análise de propostas bem como de fluxogramas de todo o processo aquisitivo, passo a passo, com identificação do papel de cada um dos intervenientes.

12) Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias. Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de *software* e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

Recorreu-se a este figurino, quando validada a aderência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela AdP Serviços, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim à AdP Serviços uma gestão mais eficiente dos seus recursos.

13) Medidas de redução de gastos operacionais previstas no artigo 145.º do DLEO 2018, justificando detalhadamente o não cumprimento das orientações e objetivos definidos

A Tejo Atlântico reduziu o peso dos gastos operacionais no volume de negócios, apresentando o indicador e respetivas justificações no quadro resumo do cumprimento das orientações legais. O quadro seguinte apresenta a execução alcançada em 2018.

PRC (EUR)	2018 Exec.	2018 Orç.	2017 Exec.	2016 Exec.	2017/2018	
					Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA ajustado	43 634 045,68	40 988 421,00	40 902 897,00	-	2 731 148,68	6,3%
(1) CMVMC	2 822 533,85	2 552 813,52	2 392 087,66	-	430 446,19	15,3%
(2) FSE	25 573 175,30	27 612 034,00	26 445 037,38	-	871 862,08	3,4%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	10 089 824,50	10 866 882,00	11 112 596,77	-	1 022 772,27	10,1%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
(3.ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE2018	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
(3.iii) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro"	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)	38 485 533,65	41 031 729,52	39 949 721,81	-	1 464 188,16	3,8%
(5) Volume de negócios (VN)	82 263 817,07	82 298 591,00	79 109 645,11	-	3 154 171,96	3,8%
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	47%	50%	50%	-	3,7%	7,9%
(ii) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	136 850,95	85 996,00	85 996,43	-	50 854,52	37,2%
(iii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	9 619,55	6 689,00	6 688,83	-	2 930,72	30,5%
(iii) Gastos associados à frota automóvel	754 710,41	877 916,00	955 135,00	-	200 424,59	26,6%
Total = (i) + (ii) + (iii)	901 181	970 601	1 047 820	-	146 639	16,3%
(7) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	0	0	0	-	-	-
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	370	374	362	-	8	2,2%
N.º Órgãos Sociais (OS)*	9	10	10	-	1	11,1%
N.º Cargos de Direção (CD)	6	6	6	-	0	0,0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	357	368	349	-	8	2,2%
N.º Trabalhadores/N.º CD	60	61	58	-	1	2,2%
N.º de viaturas	144	147	143	-	1	0,7%

(*) O n.º de Órgãos Sociais corresponde aos Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal

14) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do RJSPE, artigo 135.º da LOE 2018 e artigo 104.º do DLEO 2018)

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constituiu-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

Nesse sentido, acompanhou as empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;

- Encetou negociações, logo em 1997, com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;
- Em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros;
- Em 2017 assinou uma linha de financiamento com o BEI de 220 milhões de euros a 25 anos para fazer face a investimentos a efetuar nas empresas existentes, a decorrer até 2021, sem o suporte de uma garantia, seja do Estado seja do sistema bancário.
- Dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS iniciou um processo de acesso aos mercados externos em 2003, concretizando uma colocação privada de dívida a 10 anos no Japão em 2005 e procedendo a três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros;
- Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais tem a ver com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplicou os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

Banca Comercial	1º Trimestre€	2º Trimestre€	3º Trimestre€	4º Trimestre€
BST	6 000,00	6 000,00	6 000,00	5 000,00
BPI	13 002 650,09	3 156 934,94	1 199 358,74	805 101,79
CGD	267 569,56	546 628,80	727 997,86	963 758,99
Novo Banco	368 404,49	472 820,67	538 995,45	506 734,17
Bankinter	112 450,78	112 450,78	199 581,24	401 905,87
Total	13 757 074,92	4 182 384,41	2 671 933,29	2 682 500,82
Juros auferidos	0,00	0,00	0,00	0,00

15) Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado

Através do Relatório de Auditoria n.º 7/2017, de 27 de abril de 2017, tendo por incidência os ajustes diretos realizados pelas empresas do Grupo Águas de Portugal no período compreendido entre 2012 e o 1.º semestre de 2014, foram realizadas as seguintes recomendações aos Conselhos de Administração:

- No recurso ao ajuste direto devem ser aplicadas, com todo o rigor devido, as normas do CCP tendo designadamente em atenção a jurisprudência deste Tribunal de Contas;
- Planeamento da contratação em função das necessidades historicamente recorrentes e realização, sempre que possível, de procedimentos de contratação pública concorrenciais (incluindo acordos quadro periódicos, se necessários).

Tendo em vista o cumprimento das recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas foram implementadas medidas destinadas a garantir o cumprimento do regime previsto no Código dos Contratos Públicos e a monitorização da execução contratual, com especial relevo para a promoção de ações de formação, para a divulgação de esclarecimentos sobre a interpretação e a aplicação da legislação vigente e para o reforço dos mecanismos de controlo para assegurar o adequado cumprimento das regras legais e das orientações internas em matéria de contratação pública.

Apresenta-se de seguida o conjunto de medidas que se encontravam em fase de implementação à data do Relatório e Contas de 2017.

<p>Medida 10 Aprovação do Manual de Compras do grupo AdP</p> <p>Objetivos - Uniformização de procedimentos ao nível das empresas do grupo AdP - Garantia de observância de requisitos legais e de orientações internas relativas a procedimentos</p>	<p>Ponto de Situação Aprovado pelo CA. a 14/02/2019</p>
<p>Medida 13 Redefinição dos termos de utilização de plataformas eletrónicas</p> <p>Objetivos - Revisão dos perfis de utilizadores - Utilização de plataforma eletrónica em procedimentos de ajuste direto</p>	<p>Ponto de Situação Implementado em 2018; os ajustes diretos não são tramitados na sua totalidade via plataformas eletrónicas</p>
<p>Medida 15 Fixação de objetivos de realização de concursos públicos</p> <p>Objetivos - Promoção da realização de procedimentos de contratação com maior concorrência/ publicitação</p>	<p>Ponto de Situação Objetivo em curso, de acordo com os limites definidos no CCP</p>

Medida 16

Realização de ações de formação de âmbito geral e especializado

Objetivos

- Preparação dos gestores e técnicos das empresas do grupo AdP para revisão do Código dos Contratos Públicos
- Garantia de observância de requisitos legais e relativos a procedimentos de contratação pública
- Uniformização de procedimentos ao nível das empresas do grupo AdP

Ponto de Situação

Implementado em 2018 e início de 2019 (foram realizadas mais ações de formação e que a AdTA ao nível do grupo participou em diversas atividades e ações tendentes à uniformização dos procedimentos ao nível do grupo e para efeitos de preparação legal de todos os intervenientes no processo aquisitivo);

Aprovado a 14/02/2019 o Manual de Compras e o Manual da Contratação pela CA da AdTA

Medida 17

Aprovação do Manual de Contratação do grupo AdP

Objetivos

- Uniformização de procedimentos ao nível das empresas do grupo AdP
- Garantia de observância de requisitos legais e de orientações internas relativas a procedimentos
- Preparação dos gestores e técnicos das empresas do grupo AdP para revisão do Código dos Contratos Públicos

Ponto de Situação

Aprovado pelo CA a 14/02/2019

Medida 18

Revisão das minutas-tipo de peças dos procedimentos de contratação pública

Objetivos

- Adaptação das minutas-tipo de peças dos procedimentos de contratação pública inerentes à realização de investimentos (empreitadas, aquisições de serviços de fiscalização e projeto, etc.)

Ponto de Situação

Sem prejuízo da AdTA desde o seu arranque ter desenvolvido minutas de informação de início de procedimento e de peças procedimentais, aprovou agora em 2019 as minutas corporativas para sua implementação interna (aprovado pelo CA a 14/02/2019)

Medida 20

Inibição de pagamentos sem publicitação de contratos

Objetivos

- Criação de mecanismo informático que impede a realização de pagamentos sem publicitação de contratos relativos a procedimentos de contratação pública
- Garantia de observância de requisitos legais inerentes à abertura de procedimentos

Ponto de Situação

Mecanismo informático em vigor.

Implementada a garantia de observância de requisitos legais inerentes à abertura de procedimentos, desde o arranque da empresa.

16) Informação que se encontrava divulgada a 31 de dezembro de 2018 no sítio da internet do SEE (portal da DGTF)

Conforme orientações da DGTF a Tejo Atlântico não divulga informação no sítio do SEE na internet em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Quadro Resumo do cumprimento das orientações legais

Para efeitos de sistematização da informação, apresenta-se de seguida o quadro resumo do cumprimento das obrigações legais:

Cumprimento das Orientações Legais - 2018	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/ Identificação	Justificação/ Referência ao ponto do Relatório
Objetivos de Gestão			
Eficiência de Gestão (PRC)	S	23,6%	
Limite ao Endividamento	S	192,0	
Dívida Comercial de Devedores Municipais (DCDM)	S	69,6%	
Degradação da Tesouraria de Exploração (DTE)	S	4,2%	
Rentabilidade (RCI)	S	251,8%	
Qualidade das Águas Residuais (AQAR)	N	97,2%	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Energia	NA	-	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Ativos	NA	-	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Indicador PEPE (RCEE)	S	106,5%	
Grau de cumprimento dos prazos de reporte (GCPR)	N	12	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Metas a Atingir constantes no PAO 2018			Ver Ponto 1.b)
Princípios Financeiros de Referência			
Investimento	N	"Real 2018: 9.169.513 Eur; PAO 2018: 17.552.940 Eur"	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Gastos com pessoal	S	"Real 2018: 10.089.824 Eur; PAO 2018: 10.866.882 Eur"	
Gastos operacionais /Volume de negócios	S	"Real 2018: 46,8%; PAO 2018: 49,9%"	
Gastos com frota	S	"Real ajust. 2018: 754.710 Eur; PAO 2018: 877.916 Eur"	
EBITDA ajustado	S	"Real 2018: 43.634.046 Eur; PAO 2018: 40.988.421 Eur"	
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE			
Gestão do Risco Financeiro	S	-3%	
Limites de Crescimento do Endividamento			
	N.A.	Var. Endividamento	
Evolução do PMP a fornecedores			
	S	58 dias	Ponto 4 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")			
	S	702.399 Eur	Ponto 4 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			
	N.A.		Não foram emitidas recomendações
Remunerações			
Não atribuição de prémios de gestão	S		
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2018	S	11,875,14 Eur	
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2018 (se aplicável)	S	1,672,71 Eur	
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2017 (se aplicável)	N.A.		A Empresa não tem Auditor Externo
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S		
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		
Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	N	-	Ponto 9 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção			
	S	-	https://aguasdotejoatlantico.adp.pt/content/plano-de-gestao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes-conexas
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S		
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	Submetido 1 contrato no valor de 5,3 milhões de euros	

(cont.)

Cumprimento das Orientações Legais - 2018	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/ Identificação	Justificação/ Referência ao ponto do Relatório
Auditorias do Tribunal de Contas			
Recomendações			
Med.10 Aprovação do Manual de Compras do grupo AdP	S		Ponto 15 capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Med.13 Redefinição dos termos de utilização de plataformas eletrónicas	S		Ponto 15 capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Med.15 Fixação de objetivos de realização de concursos públicos	S		Ponto 15 capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Med.16 Realização de ações de formação de âmbito geral e especializado	S		Ponto 15 capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Med.17 Aprovação do Manual de Contratação do grupo AdP	S		Ponto 15 capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Med.18 Revisão das minutas-tipo de peças dos procedimentos de contratação	S		Ponto 15 capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Med.20 Inibição de pagamentos sem publicitação de contratos	S		Ponto 15 capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Parque Automóvel			
Número de viaturas	S	"Real 2018: 144; PAO 2018: 147"	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas			
	S		Ponto 14 capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	39 548 513,58 EUR; 94%	
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	2 682 500 Eur	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.	0 Eur	

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.

Relatório dos administradores não executivos sobre o desempenho dos administradores executivos

I. INTRODUÇÃO

Nos termos do n.º 8 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais e artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro que altera o Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março que aprova o novo estatuto do gestor público, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2018.

2. ATIVIDADE

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público e os Estatutos da Sociedade determinam, e de outras atribuições decididas pelo conselho de administração, acompanhámos com as limitações decorrentes da qualidade de administradores não executivos, a gestão da empresa e o desempenho dos administradores executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo o nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

Tanto quanto é do nosso conhecimento, as Contas reportadas a 31 de dezembro de 2018, cumprem, em termos gerais, o quadro normativo para as empresas que integram o Setor Empresarial do Estado.

3. PARECER

No âmbito da atividade desenvolvida e do acompanhamento efetuado até à presente data, nada chegou ao nosso conhecimento, obviamente limitado pela total ausência de meios próprios afetos aos Administradores não executivos – em particular aos eleitos sob proposta dos Municípios acionistas - que impeça uma manifestação positiva do desempenho global dos administradores executivos.

Lisboa, 18 de março de 2019

Os Administradores não Executivos,

Nuno Rafael da Conceição Brôco

José Manuel da Costa Baptista Alves

Armando Jorge Paulino Domingos

Perspetivas Futuras

O ano de 2019 será o terceiro ano civil completo de atividade da empresa, pelo que as perspetivas são de diversa ordem, designadamente:

- Com a conclusão e arranque de diversas intervenções no âmbito do Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) e Plano de Investimentos será expectável a melhoria dos indicadores de desempenho ao nível do consumo e produção de energia.
- Certificação energética da frota no âmbito do PEPE, no sentido da redução dos consumos, através da promoção de

comportamentos e políticas energeticamente mais eficientes, bem como do incremento de atividades de manutenção preventiva.

- Alinhada com as metas de reutilização para 2018/2019 prevê-se a conclusão do plano estratégico de reutilização de água da cidade de Lisboa, que permitirá definir a expansão da rede de água reciclada existente. As potenciais áreas a servir com esta rede localizam-se na frente ribeirinha de Lisboa (entre Belém e o Terreiro do Paço / Alfama), o vale de Chelas / Marvila, zonas típicas de atividade noturna, tais como o Cais do Sodré, Praça de São Paulo e Bairro Alto, o eixo Parque Eduardo VII



e Avenida da Liberdade, o Parque do Tejo e do Trancão no Parque das Nações. Prevê-se também a operacionalização do sistema de reutilização do campo de golf do Conjunto Turístico Falésias d'El Rey a partir da FA do Casalinho e da Várzea de Loures, e o estudo de potenciais sistemas de reutilização a partir da FA da Guia e Torres Vedras.

- Avançar com investigação experimental nas áreas estratégicas das Fábricas de Água através da contentorização de pilotos de sistemas de tratamento avançado para a reutilização (LAB Agua⁺), para a otimização da digestão anaeróbia e dos processos de lamas ativadas e para a recuperação de nutrientes.
- Lançamento do Concurso Público Internacional para reformulação dos seus atuais Sistemas de Telegestão de suporte às atividades de operação, promovendo a integração de instalações ainda não monitorizadas/integradas, a requalificação dos sistemas de supervisão e automação local obsoletos e a implementação de uma base de dados de histórico que agregue, num único sistema, todos os dados recolhidos dos diversos Sistemas de Telegestão.
- Definição e estudo da estratégia da empresa para a solução da gestão e valorização de lamas da Tejo Atlântico.
- Prevê-se a conclusão da integração de toda a informação dos ativos da Empresa em SAP/PM, o que servirá de suporte às premissas da Gestão Estratégica de Ativos da Tejo Atlântico, e em particular à implementação da norma ISO 55001 – Sistema de Gestão de Ativos.
- Prevê-se o arranque de duas prestações de serviços para controlo de caudais e para erradicação de descargas na Tejo Atlântico, tendo em vista o controlo de caudais indevidos para a preservação das Fábricas de Água e da qualidade das águas das praias e das ribeiras na área de concessão e tendo sempre em conta uma relação estreita com os municípios.
- Aumento da fiabilidade da informação carregada no sistema de informação geográfica (SIG), através do levantamento cadastral das infraestruturas, assim como, o conhecimento da condição infraestrutural com base num plano de inspeções periódicas de CCTV.
- Aposta na investigação experimental nas áreas estratégicas das Fábricas de Água através da contentorização de pilotos de sistemas de tratamento avançado para a reutilização (LAB Agua⁺), para a otimização da digestão anaeróbia e dos processos de lamas ativadas e para a recuperação de nutrientes.
- Dar continuidade aos projetos e estudos de I&D e Inovação que se encontram em curso, nomeadamente às atividades associadas e implementação de medidas e ao reforço das relações de cooperação com universidades e empresas, incluindo a realização de diversos protocolos.
- Consolidação interna da sustentabilidade empresarial visando o estabelecimento de estratégias a médio prazo e objetivos de melhoria contínua, com o foco na cultura organizacional.
- Alargamento da fronteira do Sistema de Certificação pela ISO 50001, e iniciar a preparação para a transição para a ISO



50001:2018, e o alargamento do âmbito da certificação em Segurança do Trabalho pela OSHAS 18001:2018 a todas as Fábricas da Água, assim como iniciar a preparação da transição para a ISO 45001:2018.

- Implementação de uma cultura de segurança consistente e perfeitamente enraizada em toda a estrutura organizacional, com o desenvolvimento de ações concretas no âmbito da segurança do trabalho, fazem parte integrante da estratégia de envolvimento e responsabilidade de todos na percussão deste objetivo.
- Melhoria nos processos de identificação e avaliação de riscos, de implementação e monitorização de medidas e programas de segurança do trabalho, uma forte aposta na melhoria das condições de trabalho e no bem-estar dos colaboradores.
- Manter o foco na prevenção de acidentes de trabalho, com continuação no investimento ao nível das condições de segurança das instalações e em outras medidas mitigadoras, como recurso a processos de trabalho menos manuais.
- Reforço positivo aos colaboradores no que respeita à segurança comportamental e ao cuidado ativo, com investimento exigente em boas práticas de Saúde e Segurança no trabalho revelando um compromisso sério com esta temática, nomeadamente com a implementação de Observações Preventivas de Segurança.
- Criação do programa "A Fábrica de Ideias" a implementar com o envolvimento de todos, e para todos, onde serão reconhecidas boas ideias, em várias áreas e temáticas.
- Implementação de metodologia complementar do sistema de monitorização legal da contratação pública.
- Desenvolvimento conceptual de sistemas de simplificação e flexibilização de procedimentos Internos na contratação pública.
- Desenvolvimento conceptual de procedimentos que promovam a escolha de Procedimentos em que é assegurada a participação alargada de diversos operadores económicos.
- Melhoramento das metodologias para implementação e registo da gestão ambiental das empreitadas, bem como, para incorporação de materiais reciclados nas infraestruturas a construir.
- Reforço da vertente de manutenção preventiva: com arranque do projeto de implementação da metodologia RCM (*Reliability Centered Maintenance*) e alargamento da preparação e implementação de Planos de Manutenção Preventiva em equipamentos críticos. Elaboração de Plano de Manutenção para a vertente de construção civil
- Reorganização da Orgânica da Direção de Manutenção para otimização da sua eficácia, nomeadamente ao nível da manutenção de equipamentos eletromecânicos e para operacionalização das áreas de automação e instrumentação. Desenvolvimento em AQUAMAN de Relatórios de Gestão e KPI de cálculo automático.
- Garantir o cumprimento dos parâmetros de descarga: Aumentar a taxa de qualidade dos efluentes tratados, colaborando com as entidades gestoras das redes em baixa, no controlo de descargas de águas residuais, industriais e tóxicas para o tratamento biológico.
- Diminuir as interrupções de serviço, em número, em tempo e em volume.
- Aumentar o uso sustentável da energia mediante o aumento da produção e diminuição do consumo, e da água, aumentando o consumo interno de água⁺ e diminuindo o consumo de água potável.
- Qualificar e verticalizar a carreira de operador.
- Tornar UNA toda a área de concessão da Tejo Atlântico, através de uniformização de processos e de instrumentos para operar-implementação da Base de Dados; implementação do programa de operação NAVIA, utilização generalizada da plataforma informática Aquasafe.
- Criar unidade de "Indústria" para gerir os clientes industriais diretos e indiretos (via município) e dar suporte técnico aos Municípios com tecido industrial;
- Renovação dos novos *data center* das Fábricas de Água de Alcântara e da Charneca.
- Melhoria do regime de carreiras decorrente da implementação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), assinado em 2018, assente na implementação de novo sistema de avaliação de desempenho.
- Melhoria da análise, revisão e consolidação dos processos relativos às áreas financeira e de contabilidade. Espera-se deste modo conseguir uniformizar e automatizar procedimentos, gerando uma maior disponibilidade para a produção de relatórios e análise da informação criada.
- Arranque da faturação eletrónica, iniciado em 2018 através do contato com os fornecedores dando a conhecer o projeto e a intenção da Empresa em o iniciar.
- Prevê-se inventariar e reorganizar os arquivos físicos das empresas que tiveram na génese da Águas do Tejo Atlântico. Este é um projeto com alguma envergadura e que é transversal a todas as Áreas da Empresa.

Considerações finais

É com satisfação que o Conselho de Administração encerra o segundo ano civil de atividade da Águas do Tejo Atlântico.

Justifica-se, nesta circunstância, um agradecimento a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para que a Tejo Atlântico honrasse a sua missão e cumprisse os seus objetivos de bem servir.

A todos os Colaboradores da Tejo Atlântico cujo empenho, esforço, dedicação e profissionalismo constituíram a base do sucesso alcançado pela Empresa, num cenário de exigência, em que tiveram de inovar e fazer sempre melhor de forma eficiente e sustentável.

Por outro lado e não menos importante, gostaríamos de manifestar o nosso profundo reconhecimento:

- Ao Senhor Ministro do Ambiente, ao Senhor Secretário de Estado do Ambiente e à sua equipa Ministerial pelo interesse e apoio sempre manifestados;
- À Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, pela importante colaboração prestada;
- Aos Acionistas Águas de Portugal e Municípios, pelas orientações recebidas e pelo empenho, confiança e apoio patentes, aos respetivos Dirigentes e técnicos cuja colaboração foi muito importante para o crescimento da Águas do Tejo Atlântico;
- Aos Membros da Mesa da Assembleia-Geral, Conselho Fiscal e Revisor, pela forma como acompanharam a atividade da Tejo Atlântico;
- Às Entidades Gestoras do serviço de saneamento operando na área geográfica de intervenção da Tejo Atlântico, pelo bom relacionamento e boa articulação técnica evidenciados;
- Aos Prestadores de serviços, Consultores, Fornecedores, Projetistas, Empreiteiros e demais Organizações que trabalharam com a Tejo Atlântico e cuja atividade concorreu para o bom desempenho da Empresa;
- De uma forma geral, a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para o sucesso da Empresa, para que pudessem ser alcançados os objetivos definidos.

Proposta de aplicação de resultados

Nos termos dos Estatutos da Águas do Tejo Atlântico, S.A., o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2018, no montante de 5 508 013,36 € (cinco milhões, quinhentos e oito mil, treze euros e trinta e seis cêntimos), tenha a seguinte distribuição:

- 275 400,67 € (duzentos e setenta e cinco mil e quatrocentos euros e sessenta e sete cêntimos), para constituição da Reserva Legal;
 - 5 232 612,69 € (cinco milhões, duzentos e trinta e dois mil, seiscentos e doze euros e sessenta e nove cêntimos), para distribuição de dividendos.
-

Anexo ao relatório

Nos termos do n.º4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais apresenta-se a lista de acionistas à data de 31 de dezembro de 2018:

Acionistas	Capital Subscrito			Capital Social Realizado
	Total de Ações Subscritas (nº)	Capital Social Subscrito	% Total de Capital Social Subscrito	
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	57 538 912	57 538 912	50,68%	57 538 912 €
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2 921	2 921	0,003%	2 921 €
Alcobaça	899 856	899 856	0,79%	899 856 €
Alenquer	384 003	384 003	0,34%	384 003 €
Amadora	6 458 431	6 458 431	5,69%	6 458 431 €
Arruda dos Vinhos	55 542	55 542	0,05%	55 542 €
Azambuja	346 735	346 735	0,31%	346 735 €
Bombarral	107 998	107 998	0,10%	107 998 €
Cadaval	123 253	123 253	0,11%	123 253 €
Caldas da Rainha	614 244	614 244	0,54%	614 244 €
Lisboa	20 866 618	20 866 618	18,38%	20 866 618 €
Loures	8 284 708	8 284 708	7,30%	8 284 708 €
Lourinhã	302 165	302 165	0,27%	302 165 €
Nazaré	273 724	273 724	0,24%	273 724 €
Óbidos	131 237	131 237	0,12%	131 237 €
Odivelas	2 521 433	2 521 433	2,22%	2 521 433 €
Oeiras	3 936 998	3 936 998	3,47%	3 936 998 €
Peniche	386 004	386 004	0,34%	386 004 €
Rio Maior	183 768	183 768	0,16%	183 768 €
Sintra	3 936 998	3 936 998	3,47%	3 936 998 €
Sobral de Monte Agraço	57 438	57 438	0,05%	57 438 €
Torres Vedras	711 623	711 623	0,63%	711 623 €
Vila Franca de Xira	2 881 638	2 881 638	2,54%	2 881 638 €
Ações próprias da sociedade	2 521 433	2 521 433	2,22%	2 521 433 €
Total	113 527 680	113 527 680	100,00%	113 527 680 €



As contas



C - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2018

ÍNDICE

Demonstração da posição financeira	103
Demonstração dos resultados por naturezas	104
Demonstração do rendimento integral	105
Demonstração das variações do capital próprio	105
Demonstração dos fluxos de caixa	106
Notas às demonstrações financeiras	107
1. Informação geral	107
1.1. Introdução	107
1.2. Atividade económica	107
1.3. O exercício de 2018 da Águas do Tejo Atlântico	108
1.4 Estratégia	109
1.5 Aprovação das demonstrações financeiras	110
2. Políticas contabilísticas	111
2.1 Bases de apresentação	111
2.2 Conversão cambial	120
2.3 Atividade regulada	121
2.4 Ativos fixos tangíveis	124
2.5 Ativos intangíveis	125
2.6 Ativos e passivos financeiros	125
2.7 Hierarquia do justo valor	126
2.8 Clientes e outras contas a receber	126
2.9 Inventários	126
2.10 Caixa e equivalentes de caixa	127
2.11 Imparidade	127
2.12 Capital	128
2.13 Dividendos a pagar	128
2.14 Subsídios do governo	128
2.15 Provisões, ativos e passivos contingentes	128
2.16 Fiscalidade	129
2.17 Rédito	129
2.18 Gastos e perdas	129
2.19 Eventos subsequentes	130
2.20 Trabalhos para a própria entidade	130
3. Políticas de gestão do risco financeiro	130
3.1 Fatores de risco	130
3.2 Risco de mercado	130
3.3 Risco de liquidez e de capital	131
3.4 Risco de crédito	131
3.5 Risco de exploração	133
4. Estimativas e julgamentos	133
4.1 Provisões	133
4.2 Ativos tangíveis e intangíveis	133
4.3 Imparidade de contas a receber	134
4.4 Estimativa de impostos e impostos diferidos	134
4.5 Desvio de recuperação de Gastos	134

5. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9	135
5.1 Classificação dos ativos e passivos financeiros de acordo com o IFRS 9	135
6. Ativos intangíveis	136
6.1 Movimentos do período	136
7. Ativos fixos tangíveis	136
7.1 Movimentos do período	137
8. Investimentos financeiros	137
9. Impostos diferidos	137
10. Desvio de recuperação de gastos	139
11. Clientes	140
11.1 Clientes municipais por data de vencimento	141
11.2 Clientes municipais por natureza dos saldos	142
11.3 Perdas por imparidade de clientes	142
12. Inventários	143
13. Estado e outros entes públicos	143
14. Outros ativos correntes	143
14.1 Conta corrente resultante da cisão	143
15. Apoio de tesouraria à AdP, S.G.P.S., S.A.	143
16. Caixa e equivalentes de caixa	144
17. Capital próprio	144
17.1 Acionistas	144
17.2 Resultado líquido por ação básico e diluído	145
18. Provisões	145
18.1 Movimentos do período	145
19. Empréstimos	145
19.1 Empréstimos por maturidade	146
19.2 Empréstimos por tipo de taxa e maturidade	146
19.3 Justo valor dos financiamentos	146
20. Acréscimo de gastos de investimento contratual	146
20.1 Movimentos do período	147
21. Subsídios ao investimento	147
21.1 Movimentos do período	147
22. Fornecedores (correntes)	147
23. Outros passivos correntes	148
24. Imposto sobre o rendimento do exercício	148
24.4 Imposto sobre o rendimento a receber	148
24.2 Imposto sobre o rendimento a pagar	148
24.3 Imposto sobre o rendimento do exercício	148
24.4 Reconciliação da taxa efetiva do imposto sobre o rendimento	149
25. Vendas e prestação de serviços	149
25.1 Vendas e prestação de serviços por cliente e natureza	150
26. Serviços de construção – IFRIC 12	150
27. Custo das vendas/variação de inventários	151
28. Fornecimentos e serviços externos	151
29. Gastos com pessoal	152
29.1 Número de colaboradores	152
30. Amortizações, depreciações e reversões do exercício	153
31. Provisões e reversões do exercício	153
32. Perdas por imparidade e reversões do exercício	153
33. Subsídios à exploração	153

34. Outros gastos operacionais	154
34.1 Impostos e taxas	154
35. Outros rendimentos operacionais	154
36. Gastos financeiros	155
37. Rendimentos financeiros	155
38. Saldos e transações com entidades relacionadas	156
39. Remuneração acionista	158
40. Passivos contingentes	159
40.1 Processos judiciais em curso	159
41. Compromissos assumidos e garantias prestadas	160
41.1 Contrato de concessão	160
41.2 Garantias	161
41. Honorários de auditoria e de revisão legal de contas	161
42. Informações exigidas por diplomas legais	161
43. Informação sobre matérias ambientais	161
44. Eventos subsequentes	162

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

BALANÇO	Notas	31.12.2018	31.12.2017
Ativos não correntes			
Ativos intangíveis	6	456 008 585	463 954 379
Ativos fixos tangíveis	7	204 965	202 605
Investimentos financeiros	8	8 447 407	11 288 623
Impostos diferidos ativos	9	52 856 750	54 547 156
Desvio tarifário ativo	10	26 877 539	40 975 913
Clientes	11	1 419 739	1 932 198
Total dos ativos não correntes		545 814 986	572 900 874
Ativos correntes			
Inventários	12	410 608	516 327
Clientes	11	17 463 761	22 205 781
Estado e outros entes públicos	13	716 553	374 851
Imposto sobre o rendimento do exercício	24	251 363	-
Outros ativos correntes	14	3 142 049	3 127 240
Apoio de tesouraria à AdP SGPS	15	40 600 000	57 000 000
Caixa e seus equivalentes	16	42 260 556	10 870 822
Total dos ativos correntes		104 844 891	94 095 022
Total do ativo		650 659 877	666 995 896
Capital próprio dos acionistas maioritários			
Capital social	17	113 527 680	113 527 680
Ações Próprias	17	(2 521 433)	(6 458 431)
Reservas e outros ajustamentos		343 989	-
Resultados transitados		371 812	-
Resultado líquido do exercício	17	5 508 013	6 879 777
Total do capital próprio		117 230 061	113 949 026
Passivos não correntes			
Provisões	18	-	16 218
Empréstimos	19	222 086 899	231 140 397
Impostos diferidos passivos	9	24 606 287	30 161 646
Acréscimos de custos do investimento contratual	20	125 248 320	122 423 180
Subsídios ao investimento e outros	21	134 947 970	139 510 691
Total dos passivos não correntes		506 889 476	523 252 133
Passivos correntes			
Empréstimos	19	9 150 287	8 149 110
Fornecedores	22	6 920 227	7 044 204
Outros passivos correntes	23	5 876 290	6 257 277
Imposto sobre o rendimento do exercício	24	1 073 327	5 270 905
Estado e outros entes públicos	13	3 520 208	3 073 240
Total dos passivos correntes		26 540 339	29 794 736
Total do passivo		533 429 816	553 046 870
Total do passivo e do capital próprio		650 659 877	666 995 896

O Conselho de Administração

António Alberto Corte-Real Frazão (Presidente)
 Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira (Vogal Executivo)
 Hugo Filipe Xambre Bento Pereira (Vogal Executivo)
 Armando Jorge Paulino Domingos (Vogal não Executivo)
 José Manuel da Costa Baptista Alves (Vogal não executivo)
 Nuno Rafael da Conceição Brôco (Vogal não executivo)

O Contabilista Certificado

Maria Leonor de Oliveira Pinto

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	Notas	31.12.2018	31.12.2017
Vendas	25	32 278	33 730
Prestações de serviços	25	82 231 539	79 075 915
Deficit/(Superavit) tarifário de recuperação de gastos (DRG)	10	(14 098 374)	(2 544 063)
Rédito dos serviços de construção (IFRIC12)	26	9 138 876	2 984 476
Gastos dos serviços de construção (IFRIC12)	26	(9 138 876)	(2 984 476)
Custo das vendas/variação dos inventários	27	(2 822 534)	(2 392 088)
Fornecimentos e serviços externos	28	(25 573 175)	(26 445 037)
Gastos com pessoal	29	(10 089 825)	(11 112 597)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	30	(19 938 085)	(19 957 275)
Provisões e reversões do exercício	31	16 218	-
Perdas por imparidade e reversões	32	(4 670)	(3 161 803)
Subsídios ao investimento	21	4 767 507	4 778 950
Subsídios à Exploração	33	43 232	-
Outros gastos e perdas operacionais	34	(668 986)	(772 187)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	35	481 516	81 690
Resultados operacionais		14 376 642	17 585 235
Gastos financeiros	36	(8 178 038)	(9 766 285)
Rendimentos financeiros	37	1 087 259	1 179 077
Resultados financeiros		(7 090 780)	(8 587 208)
Resultados antes de impostos		7 285 862	8 998 027
Imposto do exercício	24	(5 642 801)	(5 270 905)
Imposto diferido	9	(173 823)	2 677 426
Imposto diferido sobre o DRG	9	4 038 776	475 230
Resultado líquido do exercício		5 508 013	6 879 777
Rendimento integral do exercício		5 508 013	6 879 777
Resultado por ação (básico e diluído)	17	0,05	0,06
Resultado integral por ação (básico e diluído)	17	0,05	0,06

O Conselho de Administração

António Alberto Corte-Real Frazão (Presidente)
 Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira (Vogal Executivo)
 Hugo Filipe Xambre Bento Pereira (Vogal Executivo)
 Armando Jorge Paulino Domingos (Vogal não Executivo)
 José Manuel da Costa Baptista Alves (Vogal não executivo)
 Nuno Rafael da Conceição Brôco (Vogal não executivo)

O Contabilista Certificado

Maria Leonor de Oliveira Pinto

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

	31.12.2018	31.12.2017
Resultado líquido do exercício	5 508 013	6 879 777
Rendimento integral	5 508 013	6 879 777

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

	Capital Social	Ações Próprias	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Saldo a 31 de dezembro de 2017	113 527 680	(6 458 431)	-	-	6 879 777	113 949 026
Aplicação do resultado líquido do exercício 2017	-	-	343 989	371 812	(715 801)	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	(6 163 977)	(6 163 977)
Venda de ações próprias	-	3 936 998	-	-	-	3 936 998
Resultado líquido do exercício 2018	-	-	-	-	5 508 013	5 508 013
Saldo a 31 de dezembro de 2018	113 527 680	(2 521 433)	343 989	371 812	5 508 013	117 230 061

O Conselho de Administração

António Alberto Corte-Real Frazão (Presidente)
 Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira (Vogal Executivo)
 Hugo Filipe Xambre Bento Pereira (Vogal Executivo)
 Armando Jorge Paulino Domingos (Vogal não Executivo)
 José Manuel da Costa Baptista Alves (Vogal não executivo)
 Nuno Rafael da Conceição Brôco (Vogal não executivo)

O Contabilista Certificado

Maria Leonor de Oliveira Pinto

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	31.12.2018	31.12.2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	96 533 363	83 359 208
Pagamentos a fornecedores	(35 853 182)	(26 556 346)
Pagamentos ao pessoal	(6 081 086)	(6 263 249)
Pagamento/Recebimento do IRC	(5 327 575)	-
Outros Pagamentos/Recebimentos	(10 949 567)	40 478 981
Fluxo de caixa das atividades operacionais	38 321 954	91 018 594
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recebimentos de subsídios de investimento	202 325	-
Pagamentos de dividendos	(5 769 844)	-
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	(33 889)	(28 155)
Pagamentos de ativos intangíveis	(6 476 636)	(2 585 750)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(12 078 043)	(2 613 905)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Outros Pagamentos/Recebimentos de atividades de financiamento	1 448 373	200 000
Pagamentos de empréstimos obtidos	(8 149 110)	(7 081 544)
Pagamentos de juros e gastos similares	(4 553 438)	(13 666 482)
Apoio de Tesouraria à <i> Holding</i>	16 400 000	(57 000 000)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	5 145 824	(77 548 026)
Varição de caixa e seus equivalentes	31 389 734	10 856 664
Caixa e seus equivalentes no início do período	10 870 822	14 158
Caixa e seus equivalentes no fim do período	42 260 556	10 870 822
	31 389 734	10 856 664

	31.12.2018	31.12.2017
Caixa	29 542	7 408
Depósitos à ordem	42 226 014	10 857 414
Depósitos a prazo	5 000	6 000
	42 260 556	10 870 822
Descobertos bancários	-	-
	42 260 556	10 870 822

O Conselho de Administração

António Alberto Corte-Real Frazão (Presidente)
 Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira (Vogal Executivo)
 Hugo Filipe Xambre Bento Pereira (Vogal Executivo)
 Armando Jorge Paulino Domingos (Vogal não Executivo)
 José Manuel da Costa Baptista Alves (Vogal não executivo)
 Nuno Rafael da Conceição Brôco (Vogal não executivo)

O Contabilista Certificado

Maria Leonor de Oliveira Pinto

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

I. INFORMAÇÃO GERAL

I.1 INTRODUÇÃO

A Águas do Tejo Atlântico, S.A. (Tejo Atlântico ou AdTA ou Empresa) é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, criada pelo Decreto-Lei 34/2017, de 24 de março, responsável pela gestão e exploração do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, em regime de exclusivo e por um prazo de 30 anos, tendo a sua sede social na ETAR de Alcântara - Avenida de Ceuta, em Lisboa.

São acionistas da Águas do Tejo Atlântico, S.A.:

Acionistas	Ações A subscritas	Ações B subscritas	Ações subscritas	Capital subscrito e realizado	% capital subscrito e realizado
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	57 538 912	-	57 538 912	57 538 912	50,68%
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2 921	-	2 921	2 921	0,00%
Alcobaça	899 856	-	899 856	899 856	0,79%
Alenquer	384 003	-	384 003	384 003	0,34%
Amadora	6 108 431	350 000	6 458 431	6 458 431	5,69%
Arruda dos Vinhos	55 542	-	55 542	55 542	0,05%
Azambuja	346 735	-	346 735	346 735	0,31%
Bombarral	107 998	-	107 998	107 998	0,10%
Cadaval	123 253	-	123 253	123 253	0,11%
Caldas da Rainha	614 244	-	614 244	614 244	0,54%
Lisboa	20 516 618	350 000	20 866 618	20 866 618	18,38%
Loures	8 284 708	-	8 284 708	8 284 708	7,30%
Lourinhã	302 165	-	302 165	302 165	0,27%
Nazaré	273 724	-	273 724	273 724	0,24%
Óbidos	131 237	-	131 237	131 237	0,12%
Odivelas	2 521 433	-	2 521 433	2 521 433	2,22%
Oeiras	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998	3,47%
Peniche	386 004	-	386 004	386 004	0,34%
Rio Maior	183 768	-	183 768	183 768	0,16%
Sintra	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998	3,47%
Sobral de Monte Agraço	57 438	-	57 438	57 438	0,05%
Torres Vedras	711 623	-	711 623	711 623	0,63%
Vila Franca de Xira	2 881 638	-	2 881 638	2 881 638	2,54%
Ações próprias da sociedade	2 521 433	-	2 521 433	2 521 433	2,22%
	112 127 680	1 400 000	113 527 680	113 527 680	100%

A empresa tem como objetivo a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos e urbanos, de forma regular, contínua e eficiente, provenientes de cerca de 2,4 milhões de habitantes, abrangendo os municípios de Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

I.2 ATIVIDADE ECONÓMICA

A atividade da concessão compreende, em regime de exclusivo, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas (que cumpram a regulamentação aplicável).

O objeto da concessão compreende ainda o seguinte:

- A conceção, a construção, a instalação, a aquisição, ou outros meios previstos para a afetação e a extensão (nos termos do projeto global constante do Anexo I ao Contrato de Concessão) das infraestruturas e instalações necessárias à recolha, ao tratamento e à rejeição dos efluentes domésticos e urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição, incluindo coletores, estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais;
- A aquisição ou outro meio previsto para a afetação, a instalação e a extensão de todos os equipamentos necessários à recolha, ao tratamento e à rejeição de efluentes domésticos e urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos afluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição;
- A conservação, a reparação, a renovação, a manutenção, a adaptação e a melhoria das infraestruturas, instalações e equipamentos previstos nas alíneas anteriores, que se revelem necessárias ao bom desempenho do serviço público e de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis;
- O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados, bem como da qualidade da água dos meios recetores em que os mesmos sejam descarregados.

Oportunidades de expansão da atividade

A Empresa tem como objetivo de longo prazo, até ao final da concessão, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos e urbanos, de forma regular, contínua e eficiente, estimando-se abranger cerca de 2,4 milhões de habitantes.

O sistema pode ser alargado a outros municípios, por iniciativa destes, mediante reconhecimento de interesse público devidamente fundamentado em despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente, sob proposta da sociedade e ouvidos os municípios utilizadores do sistema.

Encontra-se também previsto no Contrato de Concessão da AdTA, o desenvolvimento de outras atividades de negócio:

- A sociedade pode ainda, ao abrigo do Decreto – Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, explorar e gerir sistemas municipais de abastecimento de água e de saneamento, mediante a celebração de contratos de parceria entre o Estado e os municípios;
- A sociedade pode ainda, nos termos previstos na lei e designadamente nos n.º 2 e 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, alterado pelo Decreto – Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, exercer outras atividades para além das previstas, que sejam consideradas acessórias ou complementares daquelas, ficando desde já autorizada a exercer as anteriormente exercidas pelas sociedades extintas.

Atividade regulada

O modelo dos contratos de concessão criado para os sistemas multimunicipais possui as seguintes características: **(i)** as infraestruturas e equipamentos da concessão são construídos ou adquiridos pela empresa concessionária; **(ii)** o financiamento destas aquisições/construções é efetuado parcialmente com recursos a subsídios comunitários a fundo perdido e a financiamentos de longo prazo efetuados maioritariamente pelo Banco Europeu de Investimentos; **(iii)** os preços de venda (tarifa) praticados são genericamente fixados e sufragados pela entidade reguladora (ERSAR) e incluem uma parcela de remuneração do capital investido, correspondente a um indexante (taxa das Obrigações do Tesouro), acrescida de três pontos percentuais a título de prémio de risco.

1.3 O EXERCÍCIO DE 2018 DA ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO

A Águas do Tejo Atlântico, S.A. iniciou a sua atividade de forma independente no dia 1 de julho de 2017. Até essa data, e desde a sua constituição (pelo Decreto-Lei n.º 34/2017), no dia 24 de março, a gestão da empresa foi assegurada pela EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., via Águas do Vale do Tejo, S.A..

Na análise das presentes demonstrações financeiras, nomeadamente dos valores comparativos de 2018, é de ter em conta que o ano de 2017 foi o primeiro exercício económico da Tejo Atlântico e que resultou do processo de cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo em três novas sociedades, Águas do Tejo Atlântico, SIMARSUL e Águas do Vale do Tejo, ocorrida a 30 de junho. Note-se que apesar das operações da Águas do Tejo Atlântico retroagirem a 1 de Janeiro de 2017, até 30 de junho de 2017 esta foi gerida pela Águas do Vale do Tejo, tendo a operação de cisão contabilística sido realizada àquela data, ou seja, os rendimentos e gastos do primeiro semestre resultam do processo de cisão e foram transferidos das contas da Águas do Vale do Tejo para a Águas do Tejo Atlântico.

Ainda sobre a operacionalização do processo de cisão contabilística e no que respeita aos gastos do primeiro semestre de 2017, note-se que os gastos diretos (contabilizados nos subsistemas/centros operacionais) foram alocados diretamente a cada uma das três empresas daí resultantes – gastos tais como reagentes, energia, manutenção, pessoal, etc.. Os gastos comuns da área de saneamento (área de operações e manutenção) foram repartidos em função da proporção do volume de negócios de saneamento de cada empresa no total do volume de negócios de saneamento e os restantes gastos comuns e de suporte forma repartidos em função da proporção do volume de negócios cada empresa no total do volume de negócios (água e saneamento). Os gastos financeiros foram alocados diretamente a cada uma das empresas uma vez que tinham origem na natureza dos financiamentos que lhes estavam associados (BEI e outros).

I.4 ESTRATÉGIA

A Águas do Tejo Atlântico deverá assegurar que, sem prejuízo da sua autonomia de gestão:

- a) Cumpra a sua missão e exerça a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente da eficiência, qualidade e segurança do serviço prestado;
- b) Seja socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- c) Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- d) Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- e) Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
- f) Conceba e implemente políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do individuo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação das trabalhadoras e dos trabalhadores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão e especificidade das diversas atividades desenvolvidas;
- g) Implemente planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- h) Implemente políticas de inovação científica e tecnológica, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- i) Implemente e mantenha sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

Orientações Estratégicas Específicas

A Águas do Tejo Atlântico deverá ainda assegurar que, após o importante esforço de investimento em infraestruturas e o conjunto de alterações mais recentes, em linha com a política para o setor, implemente uma agenda de medidas orientadas para a consolidação e o recentrar da sua atuação, designadamente em:

- a) Aprofundar a colaboração com os Municípios, através nomeadamente da:
 - Promoção de parcerias integrando, quando adequado, sistemas municipais, privilegiando a promoção da gestão do ciclo integral da água;
 - Identificação de alternativas de colaboração que permitam colocar as competências empresariais públicas ao serviço dos parceiros municipais;
 - Adoção de medidas conducentes à participação dos parceiros municipais nas principais decisões, designadamente de investimento, alargamento ou diminuição do âmbito da atividade, revisão de tarifas e instrumentos de planeamento.

- b) Promover o desenvolvimento regional, na linha da opção política para o setor da água, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente:
 - Na concretização dos destaques de sistemas multimunicipais;
 - Nas políticas de contratação de bens e serviços que promovam também o desenvolvimento das atividades económicas regionais;
 - Na constituição e, ou participação em centros de competência funcionando em rede e em ambiente de interação, descentralizado e colaborativo, ajustado às realidades territoriais.

- c) Assegurar elevada eficiência, a partir do reforço da natureza empresarial e incentivo aos seus quadros, alinhando-o com os desafios do setor, designadamente:
 - Sistematização e otimização das rotinas operacionais, contribuindo para melhorar a afetação de recursos, através da elaboração ou revisão de planos de operação numa base comparável e consistente;
 - Otimização do sistema de contabilidade de gestão e de indicadores de desempenho de atividades e entidades comparáveis, refletindo também a imputação decorrente dos planos de operação;
 - Realização e participação em exercícios de avaliação e comparação de desempenho;
 - Realização e implementação de plano de gestão de energia com certificação pela norma NP EN ISO 50001.

- d) Assegurar uma efetiva e participada gestão de mudança, atentos os antecedentes e os desafios de mudança em presença, designadamente de natureza estrutural e cultural.

- e) Assegurar a gestão das infraestruturas, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos desafios das alterações climáticas e segurança, através designadamente:
 - Definição da política de gestão de infraestruturas;
 - Integração, nas principais decisões de gestão organizacional, das funções de conceção, construção e manutenção;
 - Consolidação do conhecimento das infraestruturas;
 - Consolidação dos sistemas de informação e avaliação;
 - Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas;
 - Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.

- f) Assegurar um efetivo envolvimento da sociedade na implementação de medidas de proteção ambiental multissetoriais, nomeadamente as medidas necessárias para a resolução dos problemas dos efluentes agropecuários e agroindustriais.

- g) Capitalizar as competências e capacidades disponíveis para a implementação de projetos nacionais.

1.5 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2019.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2018.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

2.1.1 Introdução

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da Águas do Tejo Atlântico foram preparadas segundo o pressuposto da continuidade das operações e do custo histórico, exceto no que respeita aos instrumentos financeiros derivados, investimentos financeiros detidos para negociação o qual se encontra registado ao respetivo justo valor (valor de mercado) e/ou ao custo amortizado. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.1.2 Novas normas e alteração de políticas

2.1.2.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 apresentada nos comparativos.

2.1.2.2 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2018

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

IFRS 15 RÉDITO DE CONTRATOS COM CLIENTES

A IFRS 15 veio substituir a IAS 11 Contratos de Construção, a IAS 18 Rédito e as Interpretações relacionadas com estas normas e aplica-se, com raras exceções, a todo o rédito proveniente de contratos com clientes.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: **(1)** identificar o contrato com o cliente, **(2)** identificar as obrigações de desempenho do contrato, **(3)** determinar o preço de transação, **(4)** alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e **(5)** reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

A IFRS 15 requer que o órgão de gestão faça julgamentos, considerando todos os factos e circunstâncias relevantes quando aplica cada um dos cinco passos do modelo aos contratos com os seus clientes. A norma também especifica como devem ser contabilizados os custos incrementais para a obtenção de um contrato e os custos diretamente incorridos no cumprimento de um contrato. Adicionalmente, a norma exige divulgações mais extensas.

A Águas do Tejo Atlântico adotou a IFRS 15 usando o método retrospectivo modificado, com data de aplicação inicial de 1 de janeiro de 2018. De acordo com este método, a norma pode ser aplicada, na data de aplicação inicial, a todos os contratos ou

apenas aos contratos que não estejam concluídos nessa data. A Águas do Tejo Atlântico optou por aplicar a norma aos contratos que não estavam concluídos em 1 de janeiro de 2018.

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pelo Águas do Tejo Atlântico, existe apenas uma obrigação de desempenho ("performance obligation"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a prestação do serviço (saneamento) ao cliente.

A aplicação da IFRS 15 não tem impacto significativo na forma como o Águas do Tejo Atlântico reconhece atualmente o rédito das vendas de bens e prestação de serviços a clientes.

IFRS 9 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A nova norma IFRS 9 Instrumentos Financeiros que substitui a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, tem como principal enfoque os seguintes aspetos: i) Classificação e mensuração; ii) Imparidade; e iii) Contabilidade de Cobertura.

A Águas do Tejo Atlântico adotou esta nova norma em 1 de janeiro de 2018, data em que se tornou obrigatória a sua aplicação, não havendo lugar a reexpressão da informação comparativa.

A Águas do Tejo Atlântico analisou o impacto da adoção desta nova norma, não tendo identificado impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Empresa.

i) Classificação e mensuração

De acordo com a IFRS 9, os ativos financeiros correspondentes a instrumentos de dívida podem ser subsequentemente mensurados ao justo valor através de resultados, ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral. A classificação é determinada em função do modelo de negócio do Águas do Tejo Atlântico para gerir os ativos financeiros e se os fluxos de caixa contratuais do instrumento de dívida representam, ou não, apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

A avaliação do modelo de negócio da Águas do Tejo Atlântico foi efetuada à data de aplicação inicial, em 1 de janeiro de 2018. A avaliação se os fluxos de caixa contratuais representam apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros foi efetuada com base nos factos e circunstâncias existentes à data de reconhecimento dos ativos.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS - 15 rendimentos de contratos com os clientes.

Os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 não tiveram um impacto significativo na Águas do Tejo Atlântico. As alterações ocorridas ao nível da classificação dos ativos financeiros da Águas do Tejo Atlântico são as seguintes:

- Contas a receber e Outros ativos financeiros não correntes (isto é, empréstimos a entidades relacionadas e contas a receber de clientes) classificados como Empréstimos e contas a receber em 31 de dezembro de 2017, são detidos para receber os fluxos de caixa contratuais e dão origem a fluxos de caixa que representam apenas reembolsos de capital e pagamento de juros. São classificados e mensurados como Instrumentos de dívida ao custo amortizado (aproximado ao valor nominal) com início em 1 de janeiro de 2018.

ii) Imparidade

A IFRS 9 requer que a Águas do Tejo Atlântico reconheça imparidades sobre créditos a receber, com base no modelo de perdas estimadas (quer numa base de perdas esperadas a 12 meses ou perdas esperadas na totalidade da vida dos créditos a receber), em substituição do modelo de perdas incorridas previsto na IAS 39. A Águas do Tejo Atlântico aplicou a abordagem simplificada para os créditos comerciais a receber, reconhecendo a estimativa de perdas para a totalidade da vida dos créditos, quando aplicável.

A atual política contabilística seguida pela Águas do Tejo Atlântico já prevê o reconhecimento de uma imparidade genérica sobre créditos comerciais a receber, atendendo ao histórico de incobrabilidade de cada negócio.

A Águas do Tejo Atlântico não identificou qualquer impacto material nas suas Demonstrações Financeiras pela aplicação deste novo modelo de reconhecimento de imparidades.

iii) Contabilidade de cobertura

A Águas do Tejo Atlântico determinou que todas as relações de cobertura que são designadas atualmente vão continuar a qualificar como contabilidade de cobertura com a aplicação da IFRS 9.

Como a norma não altera os princípios gerais do registo de coberturas eficazes, a aplicação dos requisitos de cobertura da IFRS 9 não tem qualquer impacto nas Demonstrações Financeiras da Águas do Tejo Atlântico.

ALTERAÇÕES À IFRIC 22 - TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

A IFRIC 22 corresponde a uma interpretação à IAS 21 – ‘Os efeitos de alterações em taxas de câmbio’, referindo-se à determinação da ‘data da transação’ quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira, sendo o fator que determina a taxa de câmbio a usar para conversão cambial das transações em moeda estrangeira à data da transação. Da adoção desta norma não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras.

ALTERAÇÕES À IAS 40 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A IFRIC 22 corresponde a uma interpretação à IAS 21 – ‘Os efeitos de alterações em taxas de câmbio’, referindo-se à determinação da ‘data da transação’ quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira, sendo o fator que determina a taxa de câmbio a usar para conversão cambial das transações em moeda estrangeira à data da transação. Da adoção desta norma não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras.

OUTRAS NORMAS SEM QUALQUER IMPACTO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016 - Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016, o IASB introduziu as seguintes melhorias que devem ser aplicadas retrospectivamente e são efetivas a partir de 1 de janeiro de 2018 (uma outra melhoria relacionada com a IFRS 12 foi já efetiva a partir de 1 de janeiro de 2017):
 - IFRS 1 Adoção pela primeira vez das IFRS - Esta melhoria veio eliminar a isenção de curto prazo prevista para os adotantes pela primeira vez nos parágrafos E3-E7 da IFRS;
 - IAS 28 Clarificação de que a mensuração de participadas ao justo valor através de resultados é uma escolha que se faz investimento a investimento.
- Aplicação da IFRS 9 com a IFRS 4 – Alterações à IFRS 4 - As alterações vêm dar tratamento a algumas das questões levantadas com a implementação da IFRS 9 antes da implementação da nova norma sobre contratos de seguros que o IASB irá emitir para substituir a IFRS 4.
- IFRS 2 Classificação e mensuração de transações de pagamento com base em ações – Alterações à IFRS 2 - O IASB emitiu alterações à IFRS 2 em relação à classificação e mensuração de transações de pagamentos com base em ações. Estas alterações tratam de três áreas essenciais:
 - *Vesting conditions* - os seus efeitos na mensuração de transações de pagamento com base em ações liquidadas em dinheiro;
 - Classificação de transações de pagamento com base em ações com opção de liquidação pelo valor líquido, para cumprimento de obrigações de retenções na fonte;
 - Contabilização de uma alteração dos termos e condições de uma transação de pagamento com base em ações que altere a sua classificação de liquidada em dinheiro para liquidada com instrumentos de capital próprio.

2.1.2.3 Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2019 ou posteriores e que a Águas do Tejo Atlântico não adotou antecipadamente são as seguintes:

- Já endossadas pela UE

IFRS 16 LOCAÇÕES

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e veio substituir a IAS 17 Locações, a IFRIC 4 Determinar se um Acordo contém uma Locação, a SIC 15 Locações Operacionais – Incentivos e a SIC 27 Avaliação da Substância de Transações que Envolvam a Forma Legal de uma Locação.

A IFRS 16 estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação das locações e requer que os locatários contabilizem todas as locações nos respectivos balanços de acordo com um modelo único semelhante ao previsto atualmente na IAS 17 para as locações financeiras.

A norma prevê duas isenções de reconhecimento para os locatários - contratos de locação em que os ativos tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior).

Na data de início da locação, o locatário irá reconhecer o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). Os locatários terão de reconhecer separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

No âmbito da norma, os locatários passam a ter de remensurar o passivo da locação quando ocorrem certos eventos (como por exemplo, uma alteração no período da locação, uma alteração nos pagamentos da locação em consequência de uma alteração num indexante ou numa taxa usados para determinar esses pagamentos). Os locatários irão reconhecer o montante dessa remensuração no passivo da locação como um ajustamento ao ativo sob direito de uso.

A contabilidade do locador de acordo com a IFRS 16 permanece substancialmente inalterada face à contabilização atualmente prevista na IAS 17. O locador continua a classificar todas as locações usando o mesmo princípio de classificação da IAS 17 e distinguindo entre dois tipos de locação: locações operacionais e financeiras.

A IFRS 16, que entra em vigor nos períodos que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2019 requer dos locadores e dos locatários divulgações mais extensivas do que as requeridas pela IAS 17.

Transição para a IFRS 16

A Águas do Tejo Atlântico irá adotar a IFRS 16 retrospectivamente com o efeito cumulativo na data de aplicação do IFRS 16 (1 de janeiro de 2019), em que o direito de uso do ativo da locação será contabilizado pelo valor igual ao passivo da locação determinado no dia 1 de janeiro de 2019. Através deste expediente prático do IFRS 16, os comparativos não serão reexpressos. A Águas do Tejo Atlântico irá aplicar a norma a todos os contratos que foram anteriormente identificados como locações ao abrigo da IAS 17 e da IFRIC 4. Consequentemente, a Águas do Tejo Atlântico não irá aplicar a norma a contratos que não tenham anteriormente sido identificados como contendo uma locação.

A Águas do Tejo Atlântico decidiu aplicar as isenções previstas na norma para contratos de locação cujo período da locação termine nos próximos 12 meses desde a data de aplicação inicial, e para contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha pouco valor. A Águas do Tejo Atlântico tem contratos de locação para certos tipos de equipamentos administrativos (como, por exemplo, computadores pessoais, máquinas impressoras e fotocopiadoras) que a Águas do Tejo Atlântico considera terem pouco valor.

Durante o período de 2018, a Águas do Tejo Atlântico efetuou uma avaliação detalhada dos impactos da IFRS 16. Em resumo, o impacto esperado da adoção da IFRS 16 no dia 1 de janeiro de 2019 é o seguinte:

Aumento do ativo - Direito de uso do ativo da locação	1 039 181
Aumento do passivo - Passivo da locação	1 039 181

Na determinação do impacto estimado com a transição para o IFRS 16 no dia 1 de janeiro de 2019, foram utilizados os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços foi tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 31 de dezembro de 2019, foram excluídos do âmbito do IFRS 16;
- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 € (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) foram excluídos do âmbito do IFRS 16.

Adicionalmente, a taxa de desconto utilizada na quantificação do passivo da locação em 1 de janeiro de 2019, foi determinada da seguinte forma:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, foi utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utilizou-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

O impacto acima estimado com a transição para o IFRS 16 incide essencialmente sobre os contratos que até 31 de dezembro de 2018 eram contabilizados como locação operacional no âmbito do IAS 17:

- i) Contratos de aluguer de viaturas e prestação de serviços com manutenção, seguros e impostos;
- ii) Contratos de arrendamento de imóveis.

IFRIC 23 – INCERTEZA SOBRE DIFERENTES TRATAMENTOS DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em junho de 2017, o IASB emitiu a IFRIC 23 Incerteza sobre diferentes tratamentos do imposto sobre o rendimento (a Interpretação) que clarifica os requisitos de aplicação e de mensuração da IAS 12 Imposto sobre o rendimento quando existe incerteza quanto aos tratamentos a dar ao imposto sobre o rendimento.

A Interpretação endereça a contabilização do imposto sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais que envolvem incerteza e que afetam a aplicação da IAS 12. A Interpretação não se aplica a taxas ou impostos que não estejam no âmbito da IAS 12, nem inclui especificamente requisitos referentes a juros ou multas associados com a incerteza de tratamentos de impostos.

A Interpretação endereça especificamente o seguinte:

- Se uma entidade considera as incertezas de tratamentos de impostos separadamente;
- Os pressupostos que uma entidade utiliza sobre o exame de tratamentos fiscais por parte das autoridades fiscais;
- Como uma entidade determina o lucro (prejuízo) fiscal, a base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e taxas fiscais;
- Como uma entidade considera as alterações de factos e de circunstâncias.

Uma entidade tem de determinar se deve considerar a incerteza sobre cada tratamento fiscal separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos. A abordagem que deverá ser seguida é a que melhor permita prever o desfecho da incerteza.

A Interpretação foi endossada em 23 de outubro de 2018 e é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2019.

PAGAMENTOS ANTECIPADOS COM COMPENSAÇÕES NEGATIVAS – ALTERAÇÕES À IFRS 9

De acordo com a IFRS 9, um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral desde que os *cash-flows* implícitos sejam “apenas pagamento de capital e juro sobre o capital em dívida” (o critério SPPI) e o instrumento seja detido num modelo de negócios que permita essa classificação.

As alterações à IFRS 9 clarificam que um ativo financeiro passa o critério SPPI, independentemente do evento ou das circunstâncias que causam o término antecipado do contrato e independentemente de qual a parte que paga ou recebe uma compensação razoável pelo término antecipado do contrato.

As bases de conclusão, para esta alteração clarificam que o término antecipado pode ser consequência de uma cláusula contratual ou de um evento que esteja fora do controlo das partes envolvidas no contrato, tais como uma alteração de leis ou regulamentos que levem ao término antecipado.

Modificação ou a substituição de um passivo financeiro que não origina o desreconhecimento desse passivo.

Nas bases para a conclusão o IASB também clarifica que os requisitos da IFRS 9 para ajustamento do custo amortizado de um passivo financeiro, quando uma modificação (ou substituição) não resulta no seu desreconhecimento, são consistentes com os requisitos aplicados a uma modificação de um ativo financeiro que não resulte no seu desreconhecimento.

Isto significa que o ganho ou a perda que resulte da modificação desse passivo financeiro que não resulte no seu desreconhecimento, calculado descontando a alteração aos *cash-flows* associados a esse passivo à taxa de juro efetiva original, é imediatamente reconhecido na demonstração dos resultados. O IASB fez este comentário nas bases para a conclusão relativa a esta alteração pois acredita que os requisitos atuais da IFRS 9 fornecem uma boa base para as entidades contabilizarem as modificações ou substituições de passivos financeiros e que nenhuma alteração formal à IFRS 9 é necessária no que respeita a este assunto.

Esta alteração foi endossada em 22 de março de 2018 e é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. Devem ser aplicados retrospectivamente. Esta alteração traz requisitos específicos para adotar na transição mas apenas se as entidades a adotarem em 2019 e não em 2018 em conjunto com a IFRS 9. É permitida a adoção antecipada.

A Águas do Tejo Atlântico não optou pela adoção antecipada.

IFRS 10 E IAS 28: VENDA OU ENTREGA DE ATIVOS POR UM INVESTIDOR À SUA ASSOCIADA OU EMPREENDIMENTO CONJUNTO

As emendas procuram resolver o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 quando estamos perante a perda de controlo de uma subsidiária que é vendida ou transferida para uma associada ou um empreendimento conjunto.

As alterações à IAS 28 introduzem critérios diferentes de reconhecimento relativamente aos efeitos das transações de venda ou entregas de ativos por um investidor (incluindo as suas subsidiárias consolidadas) à sua associada ou empreendimento conjunto consoante as transações envolvam, ou não, ativos que constituam um negócio, tal como definido na IFRS 3 – Combinações de Negócios.

Quando as transações constituírem uma combinação de negócio nos termos requeridos, o ganho ou perda deve ser reconhecido, na totalidade, na demonstração de resultados do exercício do investidor. Porém, se o ativo transferido não constituir um negócio, o ganho ou perda deve continuar a ser reconhecido apenas na extensão que diga respeito aos restantes investidores (não relacionados).

Em dezembro de 2015 o IASB decidiu diferir a data de aplicação desta emenda até que sejam finalizadas quaisquer emendas que resultem do projeto de pesquisa sobre o método da equivalência patrimonial. A aplicação antecipada desta emenda continua a ser permitida e tem de ser divulgada. As alterações devem ser aplicadas prospectivamente.

• Ainda não endossadas pela UE

INTERESSES DE LONGO PRAZO EM ASSOCIADAS OU JOINT VENTURES – ALTERAÇÕES À IAS 28

As alterações vêm clarificar que uma entidade deve aplicar a IFRS 9 para interesses de longo prazo em associadas ou *joint ventures* às quais o método da equivalência patrimonial não é aplicado mas que, em substância, sejam parte do investimento líquido nessa associada ou *joint venture* (interesses de longo prazo). Esta clarificação é relevante pois implica que o modelo da perda esperada da IFRS 9 deve ser aplicado a esses investimentos.

O IASB também clarificou que, ao aplicar a IFRS 9, uma entidade não tem em conta quaisquer perdas dessa associada ou *joint venture*, ou perdas por imparidade no investimento líquido, que estejam reconhecidas como um ajustamento ao investimento líquido decorrente da aplicação da IAS 28.

Para ilustrar como as entidades devem aplicar os requisitos da IAS 28 e da IFRS 9 no que respeita a interesses de longo prazo, o IASB publicou exemplos ilustrativos quando emitiu esta alteração.

Esta alteração é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. A alteração tem de ser aplicada retrospectivamente, com algumas exceções. A adoção antecipada é permitida e tem de ser divulgada.

MELHORIAS ANUAIS RELATIVAS AO CICLO 2015-2017

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2015-2017, o IASB introduziu melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

- IFRS 3 Combinações de negócios – Interesse detido previamente numa operação conjunta
 - As alterações clarificam que, quando uma entidade obtém controlo de uma operação conjunta, deve aplicar os requisitos da combinação de negócios por fases, incluindo remensurar o interesse previamente detido nos ativos e passivos da operação conjunta para o seu justo valor.
 - Ao fazê-lo, o adquirente remensura o seu interesse previamente detido nessa operação conjunta.
 - Esta alteração é aplicável a combinações de negócios para as quais a data de aquisição seja em ou após o início do primeiro período de reporte que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida a adoção antecipada.
- IFRS 11 Acordos conjuntos - Interesse detido previamente numa operação conjunta
 - Uma parte que participe, mas que não tenha controlo conjunto, numa operação conjunta pode obter o controlo conjunto de uma operação conjunta cuja atividade constitua um negócio tal como definido na IFRS 3. Esta alteração vem clarificar que o interesse previamente detido não deve ser remensurado.
 - Esta alteração é aplicável a transações nas quais a entidade obtenha o controlo conjunto que ocorram em ou após o início do primeiro período de reporte que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida a adoção antecipada.
- IAS 12 Imposto sobre o rendimento – consequências ao nível de imposto sobre o rendimento decorrentes de pagamentos relativos a instrumentos financeiros classificados como instrumentos de capital
 - Estas alterações vêm clarificar que as consequências ao nível de imposto sobre os dividendos estão associadas diretamente à transação ou evento passado que gerou resultados distribuíveis aos acionistas. Consequentemente, a entidade reconhece os impactos ao nível do imposto na demonstração dos resultados, em rendimento integral ou em outro instrumento de capital de acordo com a forma como a entidade reconheceu no passado essas transações ou eventos.
 - Estas alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida a adoção antecipada. Quando a entidade aplica pela primeira vez estas alterações, deve aplicar às consequências ao nível de imposto sobre os dividendos reconhecidos em ou após o início do período comparativo mais antigo.
- IAS 23 Custos de empréstimos – custos de empréstimos elegíveis para capitalização
 - A alteração veio clarificar que uma entidade trata como parte dos empréstimos globais qualquer empréstimo originalmente obtido para o desenvolvimento do ativo qualificável, quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar esse ativo para o seu uso pretendido ou para venda estejam completas.
 - As alterações são aplicáveis aos custos de empréstimos incorridos em ou após o início do período de reporte em que a entidade adota estas alterações.
 - Estas alterações são aplicáveis para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida adoção antecipada.

IFRS 17 CONTRATOS DE SEGURO

A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação

discricionária. Algumas exceções serão aplicadas. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábilístico para os contratos de seguro que seja de maior utilidade e mais consistente para os emitentes. Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contábilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 providencia um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contábilísticos relevantes.

Em novembro de 2018 o IASB decidiu propor a alteração da data de entrada em vigor da norma para exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022. O IASB está igualmente a tentar alterar a norma para considerar as preocupações e os desafios da implementação da norma que têm sido levantados pelas partes interessadas.

DEFINIÇÃO DE ATIVIDADE EMPRESARIAL – ALTERAÇÕES À IFRS 3

Esta alteração veio clarificar os requisitos mínimos para que se considere uma atividade empresarial, remove a avaliação se os participantes de mercado têm capacidade de substituir os elementos em falta, adiciona uma orientação para que se consiga avaliar se um processo adquirido é substantivo, restringe as definições de atividade empresarial e de output e introduz um teste opcional de justo valor da atividade empresarial.

Esta alteração é efetiva para transações que sejam consideradas concentrações de atividades empresariais ou compras de ativos para as quais a data de aquisição ocorreu em ou após o início do primeiro período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2020. Estas alterações aplicam-se prospectivamente. Consequentemente as entidades não têm de avaliar as aquisições que tenham ocorrido antes dessa data. A adoção antecipada é permitida e tem de ser divulgada.

Esta alteração terá impacto igualmente em outras normas (por exemplo, quando a empresa-mãe perde o controlo da subsidiária e aplicou antecipadamente a alteração à IFRS 10 e IAS 28 que respeita à venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto).

DEFINIÇÃO DE MATERIALIDADE – ALTERAÇÕES À IAS 1 E À IAS 8

O objetivo desta alteração foi o de tornar consistente a definição de “material” entre todas as normas em vigor e clarificar alguns aspetos relacionados com a sua definição. A nova definição prevê que “uma informação é material se da sua omissão, de um erro ou a da sua ocultação se possa razoavelmente esperar que influencie as decisões que os utilizadores primários das demonstrações financeiras tomam com base nessas demonstrações financeiras, as quais fornecem informação financeira sobre uma determinada entidade que reporta”.

As alterações clarificam que a materialidade depende da natureza e magnitude da informação, ou de ambas. Uma entidade tem de avaliar se determinada informação, quer individualmente quer em combinações com outra informação, é material no contexto das demonstrações financeiras.

Ocultar informação

As alterações explicam que uma informação está ocultada se é comunicada de uma forma que tem os mesmos efeitos que teria se a mesma estivesse omissa ou contivesse erros. Informação material pode estar oculta, por exemplo, se a informação relativa a um item material, a uma transação material ou outro evento material está dispersa ao longo das demonstrações financeiras, ou se está divulgada usando uma linguagem que é vaga e pouco clara. Informação material pode também estar oculta se itens dissimilares, transações dissimilares ou eventos dissimilares são agregados inapropriadamente, ou inversamente, se itens similares estão desagregados.

Novo nível de materialidade (“threshold”)

As alterações substituem a referência ao nível de materialidade “puder influenciar”, o qual sugere que qualquer influência potencial dos utilizadores tem de ser considerada, por “razoavelmente se espera que influencie” contida na definição de materialidade. Na definição alterada, é assim clarificada que a avaliação da materialidade tem de ter em conta apenas a influência razoavelmente esperada nas decisões económicas dos utilizadores primários das demonstrações financeiras.

Utilizadores primários das demonstrações financeiras

A definição atual refere “utilizadores” mas não especifica as suas características, cuja interpretação pode implicar que a entidade tenha de ter em consideração todos os utilizadores possíveis das demonstrações financeiras quando toma a decisão sobre a

informação a divulgar. Consequentemente o IASB decidiu referir-se apenas aos utilizadores primários na nova definição para responder às preocupações de que o termo “utilizadores” possa ser interpretado de forma alargada.

Esta alteração é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020. Esta alteração tem de ser aplicada prospectivamente. A adoção antecipada é permitida e tem de ser divulgada.

IAS 19 ALTERAÇÕES AO PLANO, CORTES OU LIQUIDAÇÃO DO PLANO

Esta alteração vem esclarecer qual o tratamento contabilístico a seguir no caso de existir uma alteração ao plano, ou de haver um corte ou a liquidação do plano.

Determinar o custo dos serviços correntes e do interesse líquido

Quando se contabiliza um plano de benefícios definidos de acordo com a IAS 19, a norma requer que custo dos serviços correntes seja mensurado usando pressupostos atuariais determinados na data de início desse período de reporte. Da mesma forma, o interesse líquido é mensurado multiplicado o passivo (ativo) líquido do plano pela taxa de desconto, ambos determinados na data de início desse período de reporte.

Esta alteração vem esclarecer que quando ocorre uma alteração, um corte ou a liquidação do plano durante o período, é requerido:

- Que o custo dos serviços correntes para o período remanescente seja mensurado usando os pressupostos atuariais que tenham sido usados para remensurar o passivo (ativo) líquido do plano, o qual reflete os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após esse evento;
- O interesse líquido para o período remanescente após esse evento seja determinado usando:
 - O passivo (ativo) líquido do plano, o qual reflete os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após esse evento; e
 - A taxa de desconto usada para remensurar esse passivo (ativo) líquido do plano.

Efeito nos requisitos para determinar o limite máximo de reconhecimento do ativo

Uma alteração, um corte ou a liquidação do plano pode reduzir ou eliminar o excesso que exista no plano de benefícios definidos o que pode levar a uma alteração do limite máximo de reconhecimento do ativo.

Esta alteração vem clarificar que primeiro deve ser determinado qualquer custo de serviços passados, ou o ganho ou perda na liquidação, sem considerar o limite máximo para reconhecimento do ativo. Esse valor é reconhecido em resultados no período. Posteriormente deve ser determinado o efeito do limite máximo de reconhecimento do ativo após a alteração, o corte ou a liquidação do plano. Qualquer alteração nesse efeito, não considerando os valores incluídos no interesse líquido, é reconhecida em rendimento integral.

Esta clarificação poderá levar uma entidade a reconhecer custos de serviços passados, ou o ganho ou perda na liquidação, o que reduz o excesso que não tenha sido reconhecido no passado. Alterações no efeito do limite máximo ao reconhecimento do ativo não podem compensar esses valores.

Esta alteração é aplicável a alterações, o cortes ou a liquidações de planos que ocorram em ou após o início do primeiro período de reporte anual que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida a adoção antecipada, a qual deverá ser divulgada.

A ESTRUTURA CONCEPTUAL PARA O REPORTE FINANCEIRO

A estrutura conceptual estabelece um conjunto abrangente de conceitos para:

- O reporte financeiro;
- A definição de normas;
- O desenvolvimento de princípios contabilísticos consistentes; e
- Apoiar no entendimento e interpretação de normas.

A estrutura conceitual revista inclui:

- Alguns conceitos novos;
- Definições e critérios revistos para o reconhecimento de ativos e passivos;
- Clarificações sobre conceitos importantes.

Esta estrutura está organizada como segue:

- Capítulo 1 – O objetivo do reporte financeiro
- Capítulo 2 – Características qualitativas de uma informação financeira útil
- Capítulo 3 – Demonstrações financeiras e a entidade que reporta
- Capítulo 4 – Os elementos das demonstrações financeiras
- Capítulo 5 – Reconhecimento e desreconhecimento
- Capítulo 6 – Mensuração
- Capítulo 7 – Apresentação e divulgação
- Capítulo 8 – Conceitos de capital e de manutenção de capital.

A estrutura conceptual para o reporte financeiro revista não é uma norma e nenhum dos seus conceitos prevalece sobre os conceitos presentes em normas ou outros requisitos de alguma das normas. É aplicável às entidades que desenvolvam os seus princípios contabilísticos com base na estrutura conceptual para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2020.

IFRS 14 CONTAS DE DIFERIMENTO RELACIONADAS COM ATIVIDADES REGULADAS

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: **(i)** as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, **(ii)** as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e **(iii)** as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Águas do Tejo Atlântico exceto quanto ao IFRS 16 conforme acima divulgado.

2.2 CONVERSÃO CAMBIAL

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Tejo Atlântico estão mensuradas na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da Empresa e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

2.2.2 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira, situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com o IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas são assim registadas em resultados do exercício ou em "Outras reservas", consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional da AdTA de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

2.2.3 Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transações expressas em moeda diferente do euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Fonte: Banco de Portugal

País	Moeda	31.12.2018		31.12.2017	
		médio	final	médio	final
Franco Suiço	CHF	0,8703	0,8851	0,8550	0,8555
Coroa Norueguesa	NOK	0,1010	0,1005	0,1057	0,1015

2.3 ATIVIDADE REGULADA

2.3.1 Introdução

A Águas do Tejo Atlântico desenvolve a sua atividade num sector regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da ERSAR, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei 67/2013, de 28 de agosto). O principal efeito da regulação sobre a atividade da empresa está no escrutínio que a entidade reguladora faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores, bem como do respetivo orçamento anual. Com a alteração dos estatutos da ERSAR, operada pela Lei 10/2014, de 6 de março, as tarifas aplicadas aos serviços prestados aos utilizadores passaram a ser aprovadas pela entidade reguladora, tendo deixado de estar sujeitas a qualquer intervenção por parte do Concedente.

Ainda assim, o Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, que criou a Águas do Tejo Atlântico, estabeleceu os rendimentos tarifários a aplicar aos utilizadores no primeiro tarifário – período de convergência tarifária (2017 a 2026).

Por via do contrato de concessão, a entidade reguladora, passou ainda a deter o poder de aprovar o valor do desvio de recuperação de gastos que a AdTA pode registar nas suas contas anuais. Este facto confere à entidade reguladora o poder efetivo de determinar os gastos que podem ser recuperados por via tarifária.

As empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) estão ainda sujeitas à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e em matéria de qualidade da água para consumo humano, no âmbito dos poderes da ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano.

2.3.2 Enquadramento – atividade concessionada

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma a AdTA presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Deste modo a empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (proveito) dos serviços que presta de acordo com o disposto na IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. Se a empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A empresa deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas de acordo com o IFRS 15. Adicionalmente prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: **(a)** um ativo financeiro, ou **(b)** um ativo intangível. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a **(a)** um montante específico, ou **(b)** à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

Atividade	Prazo	Período	Remuneração acionista (taxa)	Incidência
Saneamento (concessão)	30 anos	2017-2036	OT 10 anos + 3%	Capital Social+ Res. Legal
			OT 10 anos	Remuneração em dívida

2.3.3 Classificação da infraestrutura

Atendendo à tipologia dos contratos de concessão da AdTA, nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), foi entendimento de que o modelo que se adequa à realidade da empresa é o do intangível. Deste modo, a AdTA como concessionária classifica as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e os rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em imobilizações em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetos ao imobilizado em curso (ativos intangíveis em curso) através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no imobilizado e amortizadas nos mesmos termos do restante imobilizado. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

2.3.4 Amortizações

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações nas empresas concessionárias de água e saneamento e parcerias são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeiro utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

Atividade	Prazo	Investimento total do contrato concessão	Taxa média de amortização
Saneamento	30 anos	1.103.332.000 Euros	3,31%

2.3.5 Acréscimos de gastos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão. No caso da AdTA, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de custos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente. Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.3.6 Desvio de recuperação de gastos

Consideram-se desvios de recuperação de gastos: **(i)** à diferença existente, à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas extintos, entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido; e **(ii)** à diferença verificada, anualmente, até ao termo do segundo período quinquenal da concessão entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha direito em resultado da aplicação das regras estipuladas na determinação das tarifas.

Os desvios de recuperação de gastos podem assumir natureza deficitária ou superavitária, nos termos definidos no contrato de concessão. O valor inicial do desvio de recuperação de gastos registado nas contas da Águas do Tejo Atlântico, resulta do valor registado na sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., da vertente de saneamento de águas residuais desenvolvida no sistema multimunicipal explorado pela extinta Águas do Oeste, S. A., correspondente à diferença entre os resultados líquidos, acrescido dos efeitos das reservas dos auditores às contas, e o valor a que esta sociedade teria tido contratualmente direito a título de remuneração do capital investido, desde a data da respetiva constituição e até 31 de dezembro de 2016, caso esta não tivesse sido extinta. A Águas do Tejo Atlântico regista ainda nas suas contas os desvios de recuperação de gastos que se verificarem anualmente até ao termo do segundo período quinquenal.

Os desvios de recuperação de gastos de natureza deficitária e de natureza superavitária existentes à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas agregados e os gerados na vigência da concessão até ao termo do segundo período quinquenal, capitalizados nos termos definidos no contrato de concessão, devem ser recuperados pela via tarifária ou refletidos nas tarifas, consoante o caso, até ao termo do quinto período quinquenal da concessão.

Assim, anualmente é efetuado o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – desvios tarifários – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida de balanço, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do desvio tarifário corresponde à correção (a crédito ou a débito) a fazer ao redito das atividades reguladas, para que os rendimentos destas sejam os necessários ao cumprimento do disposto contratualmente, relativamente à recuperação integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

2.3.7 Valor residual

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização aprovados ou impostos pelo Concedente, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão dar lugar a uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data. Os investimentos que se encontrem nessas condições são classificados como ativos financeiros não correntes (valor a receber, mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva). A Águas do Tejo Atlântico não apresenta a esta data investimentos com valor residual.

2.3.8 Rédito – serviços de construção

De acordo com a IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao Concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O rédito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

2.4 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se globalmente mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor de balanço. Os ativos fixos tangíveis da AdTA, encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os gastos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Equipamento administrativo	4 - 10

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela AdTA. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

2.4.1 Locação

As locações de ativos, relativamente aos quais sejam detidos substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem são classificadas como locações financeiras. Serão igualmente de classificar como locações financeiras, acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza, sendo a sua classificação feita em função da substância e não da forma do contrato. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação sendo a responsabilidade reconhecida, líquida de encargos financeiros, em outros passivos a longo prazo. Os ativos adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo, e o prazo do contrato de locação. Todas as outras locações serão classificadas como locações operacionais. Os pagamentos destas são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período de locação. À data de 31 de dezembro de 2018 a AdTA não detém contratos de locação financeira de ativos.

2.5 ATIVOS INTANGÍVEIS

2.5.1 Direitos de utilização de infraestruturas

Ver nota 2.3.3.

2.5.2 Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de *software*, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente pelo prazo de concessão.

2.6 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

2.6.1 Classificação de ativos financeiros

Os ativos financeiros da Águas do Tejo Atlântico são classificados nas categorias que abaixo se descrevem. A classificação depende do modelo de negócio de gestão do ativo financeiro e das características dos *cash-flows* contratuais inerentes ao ativo financeiro. O Conselho de Administração determina a classificação dos seus investimentos à data de aquisição e reavalia essa classificação numa base regular. O Grupo classifica os seus ativos financeiros nas categorias definidas no IFRS 9, sendo apenas aplicável à Águas do Tejo Atlântico a categoria “Custo amortizado”, com valor aproximado ao valor nominal.

“Custo amortizado”

Correspondem a ativos financeiros não derivados (empréstimos e contas a receber), com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações ativo. Estes ativos correspondem a duas naturezas: **(i)** ativos originados do decurso normal das atividades operacionais e outros serviços associados e sobre os quais não existe intenção de negociar; e **(ii)** investimentos efetuados nas empresas com concessões multimunicipais, que de acordo com as condições particulares dos contratos de concessão subjacentes, se qualificam como um empréstimo concedido remunerado a uma taxa contratada.

Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, para que reflitam o seu valor recuperável.

São registadas perdas por imparidade quando existam indicadores objetivos de que o Grupo AdP não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de

imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; incumprimento há mais de 6 meses; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.6.2 Classificação de passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IFRS 9 - Instrumentos financeiros prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias: (i) passivos financeiros ao custo amortizado; e (ii) passivos financeiros ao justo valor por via de resultados. O Grupo AdP apenas tem passivos financeiros ao custo amortizado e incluem Empréstimos obtidos, Fornecedores e outras contas a pagar.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos (bancários e obrigacionistas) são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecida em resultados durante o período de existência dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que o Grupo AdP liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor, e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

2.7 HIERARQUIA DO JUSTO VALOR

Os ativos e passivos financeiros da Águas do Tejo Atlântico são mensurados ao justo valor, são classificados de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor previstos na IFRS 13: **Nível 1**, justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência do balanço. Neste nível incluem-se essencialmente instrumentos de capital, dívida (por exemplo NYSE Euronext) e futuros cotados em mercados ativos; **Nível 2**, o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação. Os principais inputs dos modelos utilizados são observáveis no mercado. Neste nível incluem-se por exemplo os derivados *over-the-counter*; e **Nível 3**, o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

2.8 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela AdTA no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetivo, deduzidos de perdas por imparidade. Os saldos de clientes com os quais foram estabelecidos acordos de pagamentos são classificados como não correntes, quando esses acordos se estendem por mais de um exercício. O não cumprimento do acordo implica a reclassificação do saldo como dívida corrente, vencida.

2.9 INVENTÁRIOS

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

2.10 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até seis meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

2.11 IMPARIDADE

2.11.1 De ativos financeiros

A AdTA analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

2.11.2 De clientes, devedores e outros ativos financeiros

São registados ajustamentos para perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que a Águas do Tejo Atlântico não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: **(i)** análise de incumprimento; **(ii)** dificuldades financeiras do devedor; **(iii)** probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados. Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.11.3 De ativos não financeiros

Os ativos da AdTA são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado. Para o *goodwill* e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço, tendo em conta as premissas dos contratos de concessão, o valor recuperável corresponde ao valor de uso, e esta por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de concessão que são reenviados periodicamente para o regulador do sector. Sempre que, existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da AdTA. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

2.11.4 Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável dos valores a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor atual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como fator de desconto a taxa de juro efetiva implícita na operação original. Para os restantes ativos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

2.11.5 Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas

usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.12 CAPITAL

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

2.12.1 Reserva legal

Em conformidade com o Art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os Estatutos da AdTA, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital da sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

2.13 DIVIDENDOS A PAGAR

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

2.14 SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a Águas do Tejo Atlântico cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, podendo ser apresentados a deduzir aos gastos relacionados.

2.15 PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AdTA divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Ou seja, os ativos contingentes são divulgados quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros, e reconhecidos quando é virtualmente certo o seu recebimento. Nos casos em que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

2.16 FISCALIDADE

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada (em 2018 a taxa é de 25,71% incluindo as derramas), à data da demonstração da posição financeira e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

2.17 RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos. A AdTA, apenas reconhece o rédito que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo Concedente ou comissão de parceria e escrutinadas pelo regulador. O rédito é reconhecido como segue:

2.17.1 Prestação de serviços

Atividade regulada - Saneamento e parcerias

O rédito é reconhecido com base em (i) rendimentos tarifários; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados;

2.17.2 Rédito regulatório e relacionado com atividade concessionada

Ver notas 2.3.6. desvios de recuperação de gastos e 2.3.8 rédito dos serviços de construção

2.17.3 Juros

O rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro efetiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

Quando uma conta a receber é ajustada por imparidade, a AdTA reduz o seu valor contabilístico para o seu valor recuperável, no entanto os *cash-flows* futuros estimados continuam a ser descontados à taxa de juro efetiva inicial (antes da imparidade) e a regularização do desconto a ser considerado como um rendimento de juros.

2.18 GASTOS E PERDAS

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício), ou com base na aplicação taxa efetiva, sempre que aplicável e em situações materialmente relevantes.

2.19 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

2.20 TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

Nesta rubrica são reconhecidos os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao gasto, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente na demonstração da posição financeira sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável, razão pela qual esta rubrica não é apresentada na demonstração dos resultados.

3. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

3.1 FATORES DE RISCO

As atividades da Águas do Tejo Atlântico estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na *performance* financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

3.2 RISCO DE MERCADO

3.2.1 Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da AdTA advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo (não corrente) quer de curto prazo (corrente), quando aplicável. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AdTA ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AdTA ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está a remuneração acionista prevista no contrato de concessão, e conseqüentemente o desvio de recuperação de gastos. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da AdTA, que evidencia o facto de a AdTA apenas ter contratualizado neste momento financiamentos (BEI) à taxa fixa.

	31.12.2018	Taxa média +1%	Taxa média -1%
Juros suportados – taxa fixa	6 652 162	n.a.	n.a.
Juros suportados - taxa variável	-	-	-

3.2.2 Risco do preço da energia e combustíveis

Os gastos anuais da AdTA em energia e combustíveis, representam aproximadamente 32% do total de fornecimentos e serviços externos (8,3 milhões de euros para um total de 26,4 milhões de euros). A AdTA através da AdP Serviços (empresa de serviços partilhados do Grupo AdP) negocia e contratualiza centralmente a aquisição destes produtos para todo o Grupo.

3.3 RISCO DE LIQUIDEZ E DE CAPITAL

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AdTA pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis contratualizadas pelo Grupo AdP ("contratos grupados"). A AdTA através do Grupo efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdTA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	9 150 287	49 207 414	172 879 485
Fornecedores e outros passivos	12 796 517	-	-

O objetivo da AdTA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da AdTA, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados. A política da AdTA é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A., que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital. A esta data a AdTA não tem empréstimos contratualizados junto da AdP, SGPS.

	31.12.2018	31.12.2017
Empréstimos não correntes (nota 19)	222 086 899	231 140 397
Empréstimos correntes (nota 19)	9 150 287	8 149 110
Disponibilidades (nota 8 e 16)	(50 707 963)	(22 159 445)
Apoio de tesouraria à SGPS (nota 15)	(40 600 000)	(57 000 000)
Dívida líquida	139 929 223	160 130 063
Subsídios ao investimento e outros	134 947 970	139 510 691
Total do capital próprio	117 230 061	113 949 026
Capital	252 178 031	253 459 718
Dívida/total do capital	0,55	0,63

O modelo de financiamento da AdTA assenta fundamentalmente em duas grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com exclusiva incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

3.4 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a AdTA. A Empresa está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

3.4.1 Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes. Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - municípios). Apesar da situação económica e financeira particular do país nos últimos anos, com consequências diretas junto das autarquias locais, a Águas do Tejo Atlântico viu o seu montante de dívidas de clientes diminuir face ao ano anterior, respeitando os valores por liquidar mais antigos a situações pontuais de divergência entre as antigas empresas, que deram origem à AdTA, e os municípios. Situação que se espera resolvida em 2019 (ver nota 11). As perdas por imparidade para contas a receber são calculadas considerando: **i)** o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; **ii)** o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e **iii)** a condição financeira do cliente. O Grupo AdP tem vindo a alertar o Governo Central para a insustentabilidade da atual situação de mora junto de alguns municípios, no sentido de encontrar alternativas que permitam cobrar os valores em dívida. O Conselho de Administração da AdTA avalia permanentemente a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais, o acionamento do mecanismo associado ao privilégio creditório (o qual incide sobre as dívidas correntes), e o estabelecimento de acordos de pagamento, interposição de injunções/ações judiciais, medidas que não foram necessárias aplicar em 2018.

Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da AdTA continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade, para além das reconhecidas e em situações muito específicas. No final do exercício de 2018 a AdTA procedeu à anulação da totalidade da dívida vencida dos SMAS de Sintra em resultado da sentença de extinção de processos a decorrer em Tribunal Administrativo, em virtude de pedido conjunto de desistência dos mesmos de ambas as partes. A dívida anulada de €2,2 milhões de euros estava coberta por imparidade do mesmo valor, pelo que o efeito em resultados foi nulo.

A Tejo Atlântico firmou ainda em finais de 2018 acordo com os SMAS de Torres Vedras relativamente a correção de faturação se serviços de saneamento prestados pela ex-Águas do Oeste no período de 2011 a 2014, procedendo deste modo à anulação parcial da dívida vencida, no montante 1,3 milhões de euros, também dívida esta suportada por Imparidade do mesmo montante e cujo efeito em resultados foi nulo.

3.4.2 Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdTA a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2018, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

Ativos financeiros bancários	31.12.2018	31.12.2017
Depósitos à ordem	42 226 014	10 857 414
Depósitos a prazo	5 000	6 000
Investimentos Financeiros	8 447 407	11 288 623
	50 678 421	22 152 036

Rating	31.12.2018	31.12.2017
A2- (Moody's)	5 000	6 000
Ba1 (Moody's)	963 759	2 073 656
Baa2- (Moody's)	1 207 008	133 433
Baa3- (Moody's)	47 993 712	19 603 337
Caa2 (Moody's)	506 734	335 096
N/A	2 209	515
	50 678 421	22 152 036

Nota: Notação de *rating* obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2019.

3.5 RISCO DE EXPLORAÇÃO

3.5.1 Risco de catástrofe

A AdTA está exposta a riscos de catástrofes e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a Empresa têm contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

3.5.2 Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela Tejo Atlântico. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece que os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Águas do Tejo Atlântico são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

4.1 PROVISÕES

A Águas do Tejo Atlântico analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A AdTA é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências (nota 18).

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de efluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.2 ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação/amortização é essencial para determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão. No entanto, tratando-se maioritariamente de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil dos ativos está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (caudais e prazo da concessão). De salientar que as estimativas de caudais a tratar/abastecer estão sujeitas a revisões periódicas, com base em nova informação disponível, a qual está a ser analisada no âmbito do processo de reestruturação do setor.

Na determinação do investimento contratual a AdTA utiliza para efeitos de base de depreciações o valor dos investimentos contratuais previstos nos contratos de concessão e/ou EVEF's (Estudos de Viabilidade Económica e Financeira) submetidos

posteriormente ao Concedente, os quais poderão estar sujeitos a revisão e aprovação por parte do mesmo, com consequente impacto nas demonstrações financeiras da Águas do Tejo Atlântico.

4.3 IMPARIDADE DE CONTAS A RECEBER

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da AdTA, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à AdTA. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. No caso específico da AdTA os indicadores de imparidade alteram com os crescimentos da rede de infraestruturas assumidos, as alterações de tarifa expectáveis ou as atuais estratégias dos participantes no capital da AdTA, que conjuntamente com outros fatores poderão levar a alterações no padrão ou montante dos fluxos de caixa futuros. As perdas por imparidade das contas a receber são calculadas essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da Águas do Tejo Atlântico não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da Tejo Atlântico.

4.4 ESTIMATIVA DE IMPOSTOS E IMPOSTOS DIFERIDOS

A AdTA entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas. Tendo em conta o contexto atual e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte do Conselho de Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta: a data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e as estratégias de planeamento fiscal futuro. As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, no entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

4.5 DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS

O Desvio de Recuperação de Gastos ('DRG') é calculado nos termos dos DL 34/2017 de 24 de março e do contrato de concessão que estipula, para o período regulatório atual, que o DRG resulta da diferença verificada, anualmente, entre o resultado líquido da sociedade adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas necessárias que tem como critério a recuperação dos custos de exploração o investimento e uma remuneração dos capitais próprios e reservas legais corresponde à rentabilidade média diária das OT a 10 anos + 3% e da remuneração acionista em dívida à rentabilidade média diária das OT a 10 anos; não devendo incorporar as diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos admissíveis em cenário de eficiência produtiva, de acordo com critérios previamente definidos pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos ('ERSAR') ('Critérios de Eficiência Produtiva').

	31.12.2018	31.12.2017
Remuneração acionista	5 508 013	6 879 777
Remuneração acionista +1%	5 563 093	8 015 054
Remuneração acionista -1%	5 452 933	5 744 501

Nos termos do respetivo Contrato de Concessão, as concessionárias devem enviar à ERSAR, até 31 de janeiro do ano seguinte a que respeita, o cálculo do montante do DRG, para que no âmbito das suas competências aprove o respetivo valor até ao final de fevereiro. A estimativa do DRG é, em cada exercício, determinado com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessa estimativa do DRG. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das presentes demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA DO IFRS 9

5.1 CLASSIFICAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DE ACORDO COM O IFRS 9

	Empréstimos e receber contas a	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total de balanço a 31.12.2018
Ativos intangíveis	-	-	-	456 008 585	456 008 585
Ativos tangíveis	-	-	-	204 965	204 965
Investimentos financeiros	8 447 407	-	8 447 407	-	8 447 407
Impostos diferidos ativos	-	-	-	52 856 750	52 856 750
Desvio tarifário ativo	-	-	-	26 877 539	26 877 539
Inventários	-	-	-	410 608	410 608
Clientes	18 883 500	-	18 883 500	-	18 883 500
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	251 363	251 363
Estado e outros entes públicos	716 553	-	716 553	-	716 553
Outros ativos correntes	3 142 049	-	3 142 049	-	3 142 049
Apoio de tesouraria à AdP SGPS	40 600 000	-	40 600 000	-	40 600 000
Caixa e seus equivalentes	42 260 556	-	42 260 556	-	42 260 556
Total do ativo	114 050 065	-	114 050 065	536 609 812	650 659 877
Empréstimos não correntes	-	222 086 899	222 086 899	-	222 086 899
Fornecedores e outros passivos não correntes	-	-	-	-	-
Impostos diferidos passivos	-	-	-	24 606 287	24 606 287
Acréscimo de gastos de investimento contratual	-	-	-	125 248 320	125 248 320
Subsídios ao investimento	-	-	-	134 947 970	134 947 970
Empréstimos correntes	-	9 150 287	9 150 287	-	9 150 287
Fornecedores	-	6 920 227	6 920 227	-	6 920 227
Outros passivos correntes	-	5 876 290	5 876 290	-	-
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	1 073 327	1 073 327
Estado e outros entes públicos	-	-	-	3 520 208	3 520 208
Total do passivo	-	244 033 702	244 033 702	289 396 113	533 429 816

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

	31.12.2018	31.12.2017
Despesas de desenvolvimento	257 091	266 078
Propriedade industrial e outros direitos	26 318	27 248
Outros ativos intangíveis	2 966 146	3 070 930
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	440 916 622	455 083 197
Ativos em curso	11 842 409	5 506 927
	456 008 585	463 954 379

A Águas do Tejo Atlântico não reconhece ativos intangíveis gerados internamente.

6.1 MOVIMENTOS DO PERÍODO

Valor Bruto	31.12.2017	Aumentos	Abates	Transfer	31.12.2018
Despesas de desenvolvimento	2 295 923	-	-	-	2 295 923
Propriedade industrial e outros direitos	39 250	-	-	-	39 250
Outros ativos intangíveis	5 198 405	-	-	-	5 198 405
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	841 361 814	529 578	-	2 234 327	844 125 719
Ativos Intangíveis em Curso	5 506 927	8 609 298	-	(2 273 816)	11 842 409
	854 402 319	9 138 876	-	(39 489)	863 501 706

Amortizações acumuladas	31.12.2017	Aumentos	Abates	Transfer	31.12.2018
Despesas de desenvolvimento	(2 029 845)	(8 987)	-	-	(2 038 832)
Propriedade industrial e outros direitos	(12 003)	(930)	-	-	(12 932)
Outros ativos intangíveis	(2 127 475)	(104 784)	-	-	(2 232 259)
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	(386 278 617)	(15 531 744)	-	(1 398 736)	(403 209 097)
	(390 447 940)	(15 646 445)	-	(1 398 736)	(407 493 120)
Valor líquido	463 954 379	(6 507 568)	-	(1 438 225)	456 8 585

O valor apresentado na coluna transferências de 1 398 736 Euros, encontra-se explicado na nota 20.1.

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	31.12.2018	31.12.2017
Ativos fixos tangíveis	204 965	202 605
	204 965	202 605

7.1 MOVIMENTOS DO PERÍODO

Valor Bruto	31.12.2017	Aumentos	Abates	Transfer	31.12.2018
Ativos fixos tangíveis	210 314	30 636	-	39 489	280 440
	210 314	30 636	-	39 489	280 440

Amortizações acumuladas	31.12.2017	Aumentos	Abates	Transfer	31.12.2018
Ativos fixos tangíveis	(7 710)	(67 765)	-	-	(75 474)
	(7 710)	(67 765)	-	-	(75 474)
Valor líquido	202 605	(37 128)	-	39 489	204 965

8. EMPRÉSTIMOS A EMPRESAS DO GRUPO

	31.12.2018	31.12.2017
Outros fundos de investimento	8 445 198	11 288 108
Fundo de compensação do trabalho	2 209	515
	8 447 407	11 288 623

A 31 de dezembro de 2018 a AdTA tinha aplicado junto do IGCP (aplicações de médio e longo prazo – não corrente) o valor de 8.445.198 euros referentes aos fundos de reconstituição do capital social das ex-empresas, SANEST e Águas do Oeste (vertente saneamento). À data da constituição das empresas concessionárias multimunicipais, estas eram obrigadas, de acordo com os contratos de concessão, a efetuar um Fundo de Reconstituição de Capital numa instituição autorizada pelo Banco de Portugal, no montante correspondente à anuidade de amortização do capital, e que era gerido pela concessionária e a que esta teria direito no termo do contrato. O Decreto-Lei que constituiu a Águas do Tejo Atlântico, dispensou a constituição do Fundo de Reconstituição, podendo esta sociedade dispor destes montantes para a redução do endividamento.

9. IMPOSTOS DIFERIDOS

	Taxa	31.12.2017	Ajustamentos	Efeito taxa	Aumentos	Diminuições	31.12.2018
Investimento contratual		190 345 550	-	-	4 223 876	(2 288 404)	192 281 022
Diferença amortizações		13 441 403	-	-	-	(483 980)	12 957 422
Diferença subsídios		-	-	-	-	-	-
Provisões não aceites		356 597	-	-	-	-	356 597
Outros		-	-	-	-	-	-
Base		204 143 549	-	-	4 223 876	(2 772 385)	205 595 040
Imposto diferido ativo	26,72%/ 25,71%	54 547 156	-	(2 063 572)	1 085 923	(712 757)	52 856 750

	Taxa	31.12.2017	Ajustamentos	Efeito taxa	Aumentos	Diminuições	31.12.2018
Investimento contratual		67 487 867	-	-	-	(3 071 828)	64 416 039
Diferença amortizações		-	-	-	-	-	-
Diferença subsídios		4 416 632	-	-	-	-	4 416 632
Outros		-	-	-	-	-	-
Base		71 904 498	-	-	-	(3 071 828)	68 832 671
Imposto diferido passivo	26,72%/25,71%	19 212 882	-	(726 842)	-	(789 741)	17 696 299

	Taxa	31.12.2017	Ajustamentos	Efeito taxa	Aumentos	Diminuições	31.12.2018
Desvio de recuperação de gastos		40 975 913	-	-	-	(14 098 374)	26 877 539
Base		40 975 913	-	-	-	(14 098 374)	26 877 539
Imposto diferido passivo - DRG	26,72%/25,71%	10 948 764	-	(414 202)	-	(3 624 573)	6 909 989

	31.12.2017	efeito taxa	Adições	Diminuições	31.12.2018
Imposto diferido ativo					
IFRIC 12 - investimento futuro	187 522 820	- 4 223 876	(2 191 069)		189 555 627
IFRIC 12 - subsídio futuro	2 822 730	-	(97 336)		2 725 395
IFRIC 12 - amortiz contab vs fiscal	13 441 403	-	(483 980)		12 957 422
Provisões	356 597	-	-		356 597
	204 143 549	- 4 223 876	(2 772 385)		205 595 040
Taxa IRC	21,00%	21,00%	21,00%	21,00%	21,00%
Derrama municipal	1,50%	0,56%	0,56%	0,56%	0,56%
Derrama estadual	4,22%	4,15%	4,15%	4,15%	4,15%
	26,72%	25,71%	25,71%	25,71%	25,71%
Imposto diferido ativo	54 547 156	(2 063 572)	1 085 923	(712 757)	52 856 750

	31.12.2017	efeito taxa	Adições	Diminuições	31.12.2018
Imposto diferido passivo					
IFRIC 12 - investimento futuro	65 031 751	-	(2 242 474)		62 789 277
IFRIC 12 - subsídio futuro	2 456 115	-	(829 354)		1 626 762
IFRIC 12 - subsídio contab vs fiscal	4 416 632	-	-		4 416 632
Desvio tarifário	40 975 913	-	(14 098 374)		26 877 539
	112 880 412	-	(17 170 202)		95 710 210
Taxa IRC	21,00%	21,00%	21,00%	21,00%	21,00%
Derrama municipal	1,50%	0,56%	0,56%	0,56%	0,56%
Derrama estadual	4,22%	4,15%	4,15%	4,15%	4,15%
	26,72%	25,71%	25,71%	25,71%	25,71%
Imposto diferido passivo	30 161 646	(1 141 045)	-	(4 414 314)	24 606 287

	31.12.2018	31.12.2017
Efeito em resultados		
Efeito variação de taxa	(922 528)	380 169
Efeitos do período	4 787 480	2 772 487
Efeito em resultados (rendimento)	3 864 952	3 152 656

I0. DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS

	31.12.2018	31.12.2017
Ativo regulatório - desvio de recuperação de gastos (bruto)	26 877 539	40 975 913
	26 877 539	40 975 913
	31.12.2018	31.12.2017
Resultado Líquido (sem DRG)	15 567 612	8 948 611
Remuneração acionista	5 508 013	6 879 777
DRG - líquido	10 059 599	2 068 833
Ajustamento da taxa de imposto	414 202	(204 544)
	10 473 801	1 864 289
Imposto (taxa 25,71%/26,72%)	3 624 573	679 774
DRG - bruto	14 098 374	2 544 063

I I. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2018	31.12.2017
Cientes - não corrente		
Município de Nazaré	1 419 739	1 932 198
Total não corrente	1 419 739	1 932 198
Cientes – conta corrente		
S. M. Água Saneamento Sintra	883 153	3 028 156
Camara Municipal Rio Maior	68 934	124 990
Município Bombarral	35 973	99 679
SIMAS de Oeiras e Amadora	2 043 455	3 981 729
Município de Óbidos	87 402	378 180
SMAS Vila Franca de Xira	383 250	381 486
Município de Loures	713 989	590 894
SMAS de Torres Vedras	4 259 537	5 546 708
Município de Sobral de Monte Agraço	84 518	111 699
Município da Lourinhã	159 651	(121 665)
Município do Cadaval	36 889	36 849
Município da Nazaré	969 188	846 495
Município de Mafra	362 895	357 275
Município de Azambuja	83 836	83 836
S.M.C. Municipal de Alcobaça	229 707	112 451
S.M. das Caldas da Rainha	43 201	46 660
Águas da Azambuja, S.A.	(983 713)	(939 745)
Águas de Cascais, S.A.	1 220 244	1 167 680
Águas de Alenquer, S.A.	208 721	335 319
Município de Lisboa	2 763 873	5 212 789
Município de Arruda dos Vinhos	207 149	165 935
Município de Odivelas	424 897	422 809
S. M. da Nazaré	277 303	319 014
SMAS de Peniche	48 352	47 635
	14 612 402	22 336 856
Cientes municipais - total	16 032 141	24 269 055
Outros	74 044	65 301
Cientes Cobrança Duvidosa	18 154	47 917
Cobranças Temporárias - Clientes ex-AdO (a)	1 794 838	2 215 126
Saldos de natureza contrária - Passivos	989 849	1 074 989
Imparidade	(25 525)	(3 534 408)
Total corrente	17 463 761	22 205 781
Devedores p/ Acréscimos de rendimentos	-	-
Total corrente e não corrente	18 883 500	24 137 980

O valor classificado em Cobranças Temporárias (a) resulta de acordos de pagamento efetuados e geridos pela Águas de Lisboa e Vale do Tejo, e que por englobarem em simultâneo dívidas resultantes da prestação de serviços de abastecimento e saneamento permanecem sob gestão da Águas do Vale do Tejo (Águas de Alenquer, Município de Sobral de Monte Agraço e Águas de Azambuja).

Face ao ano anterior verifica-se uma diminuição do valor da dívida, essencialmente por diminuição do valor da dívida de Torres Vedras e de Sintra, assim como de recuperação de alguma dívida que estava em atraso.

Note-se que o Município da Nazaré liquidou em janeiro de 2019 a totalidade do valor em dívida (não corrente).

1.1.1 CLIENTES MUNICIPAIS POR DATA DE VENCIMENTO

Clientes municipais	vencido até n-2	vencido até n-1	vencido até n	total vencido	não vencido	total 2018
S. M. Água Saneamento Sintra	-	-	-	-	883 153	883 153
Camara Municipal Rio Maior	-	1 183	8 862	10 045	58 889	68 934
Município Bombarral	-	-	-	-	35 973	35 973
SIMAS de Oeiras e Amadora	-	-	-	-	2 043 455	2 043 455
Município de Óbidos	-	-	-	-	87 402	87 402
SMAS Vila Franca de Xira	-	-	-	-	383 250	383 250
Município de Loures	-	-	-	-	713 989	713 989
SMAS de Torres Vedras	-	1 913 591	1 860 538	3 774 130	485 407	4 259 537
Município de Sobral de Monte Agraço	-	-	50 541	50 541	33 976	84 518
Município da Lourinhã	-	-	-	-	159 651	159 651
Município do Cadaval	-	-	-	-	36 889	36 889
Município da Nazaré	-	-	-	-	2 388 927	2 388 927
Município de Mafra	-	-	-	-	362 895	362 895
Município de Azambuja	-	83 836	-	83 836	-	83 836
S.M.C. Municipal de Alcobaça	-	-	-	-	229 707	229 707
S.M. das Caldas da Rainha	-	-	-	-	43 201	43 201
Águas da Azambuja, S.A.	-	-	-	-	-983 713	-983 713
AdC - Águas de Cascais, S.A.	-	-	-	-	1 220 244	1 220 244
Águas de Alenquer, S.A.	-	-	-	-	208 721	208 721
Município de Lisboa	296 763	-	-	296 763	2 467 110	2 763 873
Município de Arruda dos Vinhos	-	-	123 963	123 963	83 187	207 149
Município de Odivelas	-	-	-	-	424 897	424 897
S. M. da Nazaré	-	-	166 432	166 432	110 871	277 303
SMAS de Peniche	-	-	-	-	48 352	48 352
	296 763	1 998 610	2 210 336	4 505 709	11 526 432	16 032 141

Dos valores vencidos destacam-se os respeitantes aos municípios Torres Vedras e Lisboa, que decorrem de situações de desacordo sobre os valores faturados pelas antigas ex-empresas. No caso de Lisboa o valor em dívida refere-se a juros de mora e o valor de Torres Vedras encontra-se em processo de injunção.

I 1.2 CLIENTES MUNICIPAIS POR NATUREZA DOS SALDOS

Clientes municipais	serviço	TRH	CTA	juros de mora	injunções	acordos	31.12.2018	31.12.2017
S. M. Água Saneamento Sintra	820 749	29 146	33 258	-	-	-	883 153	3 028 156
Camara Municipal Rio Maior	66 489	1 183	1 261	-	-	-	68 934	124 990
Município Bombarral	35 606	367	-	-	-	-	35 973	99 679
SIMAS de Oeiras e Amadora	1 920 048	56 276	67 131	-	-	-	2 043 455	3 981 729
Município de Óbidos	85 480	1 922	-	-	-	-	87 402	378 180
SMAS Vila Franca de Xira	362 052	8 855	12 344	-	-	-	383 250	381 486
Município de Loures	677 331	16 566	20 091	-	-	-	713 989	590 894
SMAS de Torres Vedras	2 332 663	88 627	-	-	1 838 248	-	4 259 537	5 546 708
Município de Sobral de Monte Agraço	82 958	1 560	-	-	-	-	84 518	111 699
Município da Lourinhã	154 593	5 057	-	-	-	-	159 651	-121 665
Município do Cadaval	35 932	957	-	-	-	-	36 889	36 849
Município da Nazaré	-3 235	-	-	51 323	-	2 340 838	2 388 927	2 778 694
Município de Mafra	341 419	8 350	13 125	-	-	-	362 895	357 275
Município de Azambuja	-	-	-	83 836	-	-	83 836	83 836
S.M.C. Municipal de Alcobaça	223 192	6 516	-	-	-	-	229 707	112 451
S.M. das Caldas da Rainha	40 961	2 240	-	-	-	-	43 201	46 660
Águas da Azambuja, S.A.	-986 557	2 844	-	-	-	-	-983 713	-939 745
AdC - Águas de Cascais, S.A.	1 125 295	40 396	54 552	-	-	-	1 220 244	1 167 680
Águas de Alenquer, S.A.	198 800	7 352	-	2 569	-	-	208 721	335 319
Município de Lisboa	2 337 114	57 161	72 835	296 763	-	-	2 763 873	5 212 789
Município de Arruda dos Vinhos	202 616	3 980	553	-	-	-	207 149	165 935
Município de Odivelas	401 985	9 832	13 080	-	-	-	424 897	422 809
S. M. da Nazaré	270 198	7 105	-	-	-	-	277 303	319 014
SMAS de Peniche	47 323	1 029	-	-	-	-	48 352	47 635
	10 773 011	357 322	288 231	434 491	1 838 248	2 340 838	16 032 141	24 269 055

Em termos de acordos de transacionais o único existente à data de 31 de dezembro era com ao Município da Nazaré, tendo entretanto sido totalmente liquidado no início de 2019.

I 1.3 PERDAS POR IMPARIDADE DE CLIENTES

	31.12.2018	31.12.2017
Saldo Inicial	(3 534 408)	(53 156)
Aumento (ver nota 31)	(4 670)	(3 143 411)
Reversões	-	6 024
Utilização	3 513 553	-
Reclassificação	-	(340 378)
Saldo final	(25 525)	(3 534 408)

A utilização da imparidade é explicada por um lado, pelo facto de no final do exercício de 2018 a Tejo Atlântico ter procedido à anulação da totalidade da dívida vencida dos SMAS de Sintra no montante de 2 185 656 euros, em resultado da sentença de extinção de processos a decorrer em Tribunal Administrativo, por pedido conjunto de desistência dos mesmos. E por outro, por ter sido assinado acordo com os SMAS de Torres Vedras relativamente a correção de faturação se serviços de saneamento prestados pela ex-Águas do Oeste no período de 2011 a 2014, procedendo deste modo à anulação parcial da dívida vencida, no montante 1 298 134 euros.

12. INVENTÁRIOS

	31.12.2018	31.12.2017
Matérias-primas e subsidiárias	410 608	516 327
	410 608	516 327

13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	31.12.2018	31.12.2017
IVA a receber	716 553	374 851
Outros	-	-
EOEP ativos	716 553	374 851
Retenções - IRS	125 462	114 037
Retenções - Segurança social	199 870	198 180
Retenções - Outros	1 891	2 130
Outras tributações - TRH	3 192 985	2 758 893
EOEP passivos	3 520 208	3 073 240
	(2 803 656)	(2 698 389)

14. OUTROS ATIVOS CORRENTES

	31.12.2018	31.12.2017
Conta corrente resultante da cisão	247 261	1 206 882
Adiantamentos a fornecedores	355 185	46 614
Outros devedores	676 031	304 075
Acréscimos de rendimentos	413 555	501 253
Gastos a reconhecer	1 450 019	1 068 416
	3 142 049	3 127 240

Nos gastos a reconhecer estão incluídos seguros (236 572 euros em 2018; 241.068 euros em 2017) e materiais de aplicação geral (1.059.423 euros em 2018; 598.876 euros em 2017).

14.1 CONTA CORRENTE RESULTANTE DA CISÃO

Do processo de cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo nas três novas empresas, resultou um saldo a receber das outras duas entidades (Águas do Vale do Tejo e SIMARSUL) à Águas do Tejo Atlântico que no final do exercício anterior era de 1 206 882 euros. No corrente ano tem vindo a ser regularizada.

15. APOIO DE TESOURARIA À AdP, SGPS, S.A.

Em 28 de Outubro de 2017, a Águas do Tejo Atlântico prestou à AdP SGPS um apoio de tesouraria, tendo sido assinado o contrato inicial com o limite de 30 milhões de euros, e aditado a 22 de dezembro de 2017 aumentando-se o limite do apoio para 60 milhões de euros, como vista a suprimir necessidades temporárias de tesouraria da AdP. Este apoio havia sido concedido com uma taxa de remuneração de 1%, pelo prazo de três meses, podendo ser renovável por períodos idênticos até três vezes, não podendo ultrapassar um ano.

A 5 de novembro de 2018, pelos mesmos motivos, foi assinado novo contrato de apoio de tesouraria pelo montante máximo de 90 milhões de euros, pelo prazo de 1 mês, renovável por iguais períodos, não podendo ultrapassar um ano, com uma remuneração à taxa de 0,7%.

À data de 31 de dezembro de 2018 o valor do apoio de tesouraria prestado era de 40,6 milhões de euros.

16. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2018	31.12.2017
Caixa	29 542	7 408
Depósitos à ordem	42 226 014	10 857 414
Depósitos a prazo	5 000	6 000
	42 260 556	10 870 822

17. CAPITAL PRÓPRIO

O capital no montante de 113 527 680 euros é constituído por 113 527 680 ações de 1,00 euro cada e encontra-se integralmente realizado.

17.1 ACIONISTAS

	%	Capital subscrito	Capital realizado	Capital subscrito	Capital realizado
	31.12.2018	31.12.2018	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2017
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	50,68%	57 538 912	57 538 912	57 538 912	57 538 912
Comunidade Intermunicipal do Oeste	0,00%	2 921	2 921	2 921	2 921
Alcobaça	0,79%	899 856	899 856	899 856	899 856
Alenquer	0,34%	384 003	384 003	384 003	384 003
Amadora	5,69%	6 458 431	6 458 431	6 458 431	6 458 431
Arruda dos Vinhos	0,05%	55 542	55 542	55 542	55 542
Azambuja	0,31%	346 735	346 735	346 735	346 735
Bombarral	0,10%	107 998	107 998	107 998	107 998
Cadaval	0,11%	123 253	123 253	123 253	123 253
Caldas da Rainha	0,54%	614 244	614 244	614 244	614 244
Lisboa	18,38%	20 866 618	20 866 618	16 929 620	16 929 620
Loures	7,30%	8 284 708	8 284 708	8 284 708	8 284 708
Lourinhã	0,27%	302 165	302 165	302 165	302 165
Nazaré	0,24%	273 724	273 724	273 724	273 724
Óbidos	0,12%	131 237	131 237	131 237	131 237
Odivelas	2,22%	2 521 433	2 521 433	2 521 433	2 521 433
Oeiras	3,47%	3 936 998	3 936 998	3 936 998	3 936 998
Peniche	0,34%	386 004	386 004	386 004	386 004
Rio Maior	0,16%	183 768	183 768	183 768	183 768
Sintra	3,47%	3 936 998	3 936 998	3 936 998	3 936 998
Sobral de Monte Agraço	0,05%	57 438	57 438	57 438	57 438
Torres Vedras	0,63%	711 623	711 623	711 623	711 623
Vila Franca de Xira	2,54%	2 881 638	2 881 638	2 881 638	2 881 638
Ações próprias da sociedade	2,22%	2 521 433	2 521 433	6 458 431	6 458 431
	100%	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680

A 25 de julho de 2018, o município de Lisboa comprou 3 936 998 Euros de ações próprias da sociedade, aumentando a sua participação no capital social da Tejo Atlântico em 3,47 pontos percentuais. A 14 de setembro de 2017 o Município de Cascais havia alienado a sua participação de 3,47% na Águas do Tejo Atlântico nos termos e ao abrigo do disposto no nº2 do artigo 28º do Decreto-Lei nº 34/2017, de 24 de março.

17.2 RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO

	31.12.2018	31.12.2017
Resultado líquido	5 508 013	6 879 777
Número médio de ações	113 527 680	113 527 680
Resultado por ação básico	0,05	0,06

	31.12.2018	31.12.2017
Resultado líquido	5 508 013	6 879 777
Número médio de ações (excluindo as ações próprias)	111 006 247	107 069 249
Resultado por ação diluído	0,05	0,06

18. PROVISÕES

	31.12.2018	31.12.2017
Provisões para processos judiciais	-	16 218
	-	16 218

18.1 MOVIMENTOS DO PERÍODO

	31.12.2017	Aumentos	Reversões	Reclassificação	31.12.2018
Provisões para processos judiciais	16 218	-	(16 218)	-	-
	16 218	-	(16 218)	-	-

No decorrer do exercício de 2018 a AdTA procedeu à reversão do valor total de provisões para processos judiciais.

19. EMPRÉSTIMOS

	31.12.2018	31.12.2017
Empréstimos bancários BEI	222 086 899	231 140 397
Não correntes	222 086 899	231 140 397
Empréstimos bancários BEI	9 150 287	8 149 110
Correntes	9 150 287	8 149 110
Total de empréstimos	231 237 185	239 289 507

Os contratos de financiamento celebrados com o Banco Europeu de Investimento e as empresas do Grupo AdP, para além das condicionantes habituais (falta de pagamento, cumprimento da lei geral e ambiental, *cross default*, *pari passu*, *negative pledge*, falsas declarações, falência, insolvência, liquidação, alterações materiais) inclui ainda as seguintes obrigações que garantem as atuais condições contratuais dos financiamentos:

- Alterações na estrutura acionista das empresas do Grupo AdP;
- Alterações decorrentes de cisão, fusão ou venda de empresas;
- Alterações no património das empresas;
- Alteração/ cessação da atividade das empresas;
- Alterações na estrutura acionista da AdP;

- Operações serem realizadas com aval/ garantia da AdP;
- Cumprimento de obrigações definidas nos Contratos de Concessão/Gestão;
- Alterações no volume de negócios das empresas.

Adicionalmente, e no âmbito dos referidos contratos de financiamento, a República Portuguesa constitui-se fiador do Grupo AdP face ao Banco Europeu de Investimento pela execução pontual e integral de todas as obrigações financeiras e pecuniárias.

19.1 EMPRÉSTIMOS POR MATURIDADE

	31.12.2018	31.12.2017
Até 1 ano	9 150 287	8 149 110
De 1 a 2 anos	10 117 197	9 150 287
De 2 a 3 anos	11 621 156	10 117 197
De 3 a 4 anos	12 978 343	11 621 156
De 4 a 5 anos	14 490 718	12 978 343
Superior a 5 anos	172 879 485	187 273 414
	231 237 185	239 289 507

19.2 EMPRÉSTIMOS POR TIPO DE TAXA E MATURIDADE

A Águas do Tejo Atlântico apenas tem empréstimos à taxa fixa.

Taxa de juro fixa	31.12.2018	31.12.2017
Até 1 anos	9 150 287	8 149 110
De 1 a 2 anos	10 117 197	9 150 287
De 2 a 3 anos	11 621 156	10 117 197
Superior a 3 anos	200 348 545	211 872 913
	231 237 185	239 289 507

19.3 JUSTO VALOR DOS FINANCIAMENTOS

	Valor contabilístico 31.12.2018	Valor contabilístico 31.12.2017	Justo valor 31.12.2018	Justo valor 31.12.2017
Empréstimos bancários BEI	222 086 899	231 140 397	191 117 299	194 691 167
Não correntes	222 086 899	231 140 397	191 117 299	194 691 167

20. ACRÉSCIMO DE GASTOS DE INVESTIMENTO CONTRATUAL

Conforme expresso na nota 2.3.5, a Águas do Tejo Atlântico, com base no disposto no contrato de concessão, bem como de acordo com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, reconhece a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às despesas contratuais em investimentos ainda não realizados ou em investimentos de expansão e modernização aprovados ou impostos pelo Concedente. Assim, os acréscimos de gastos do investimento contratual que se encontram a ser reconhecidos são os expressos no quadro seguinte:

	31.12.2018	31.12.2017
Acréscimos de custos de investimento contratual	125 248 320	122 423 180
	125 248 320	122 423 180

20.1 MOVIMENTOS DO PERÍODO

	31.12.2018	31.12.2017
Saldo inicial	122 423 180	120 943 523
Dotação do exercício (nota 30)	4 223 876	4 249 134
Transferência para direito de utilização de infraestruturas (nota 6)	(1 398 736)	(2 769 477)
Saldo final	125 248 320	122 423 180

Tendo por base as aquisições do exercício e a passagem de ativos intangíveis em curso para firme foi transferido o valor de 1 398 736 euros para amortizações acumuladas de direito de utilização de infraestruturas.

21. SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

21.1 MOVIMENTOS DO PERÍODO

	31.12.2017	Resultados	Aumentos	Regularizações	31.12.2018
Fundo de coesão	139 291 142	(4 752 807)	-	-	134 538 335
FEDER	23 289	(871)	-	-	22 419
POSEUR	-	(13 829)	401 045	-	387 216
Outros subsídios	196 260	-	-	(196 260)	-
	139 510 691	(4 767 507)	-	(196 260)	134 947 970

No que concerne aos subsídios é de referir a candidatura do POSEUR - Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos da obra de Remodelação da ETAR da Maceira, a participar em 85%. A regularização de outros subsídios respeita à reclassificação do subsídio do Fundo Ambiental para a aquisição de viaturas elétricas, para outros acréscimos e diferimentos.

22. FORNECEDORES (CORRENTES)

	31.12.2018	31.12.2017
Fornecedores de investimentos	2 278 900	962 040
Integração de infraestruturas municipais	841 021	616 859
<i>Município de Torres Vedras</i>	841 021	616 859
Fornecedores gerais	3 615 226	5 018 626
Fornecedores empresas do Grupo	185 080	439 362
Fornecedores faturas em receção e conferência	-	7 317
	6 920 227	7 044 204

23. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

	31.12.2018	31.12.2017
Acréscimos com férias e subsídio de férias	1 285 512	1 274 953
Outros acréscimos e diferimentos	1 054 113	2 480 172
Componente Tarifária Acrescida (CTA)	809 292	1 052 874
Cauções a fornecedores e outras	824 583	298 139
Outros credores	1 902 791	1 151 140
	5 876 290	6 257 277

Em outros acréscimos e diferimentos estão reconhecidas as especializações de juros BEI (532 853 euros em 2018; 551 479 euros em 2017), Eletricidade (709 666 euros em 2018; 702 554 euros em 2017), Trabalhos especializados (219 986 euros em 2018; 270 313 euros em 2017) e outros de menor valor. O valor da Componente Tarifária Acrescida corresponde ao valor cobrado aos clientes da Tejo Atlântico (ex-SIMTEJO e ex-SANEST), e que é entregue à Águas do Vale do Tejo trimestralmente, apenas na parte efetivamente recebida dos clientes, não constituído por isso um rendimento da Empresa. Da variação ocorrida na rubrica Cauções a fornecedores e outras, é de salientar a prestação de caução no valor 402 509 euros ao Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa no âmbito da Ação intentada pela Ambilogos – Equipamentos Industriais, Lda, (Proc. 700/12.2BELSB), tendo este valor sido reconhecido por contrapartida de investimento.

24. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO

24.4 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO A RECEBER

	31.12.2018	31.12.2017
Estimativa de imposto a receber	251 363	-
	251 363	-

O saldo corresponde ao valor a receber da Autoridade Tributária do IRC de 2017.

24.2 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO A PAGAR

	31.12.2018	31.12.2017
Estimativa de imposto a pagar	1 073 327	5 270 905
	1 073 327	5 270 905

O saldo corresponde ao valor da estimativa de IRC do período. Não existem dívidas em mora para com as entidades fiscais.

24.3 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO

	31.12.2018	31.12.2017
Imposto corrente	(5 911 903)	(5 270 905)
Imposto diferido	(173 823)	2 677 426
Imposto diferido sobre o DRG	4 038 776	475 230
Excesso/insuficiência de estimativa de impostos	269 102	-
	(1 777 849)	(2 118 249)

24.4 RECONCILIAÇÃO DA TAXA EFETIVA DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

		31.12.2018	31.12.2017
Resultados antes de impostos		7 285 862	8 998 027
Variações patrimoniais positivas		2 242 474	2 242 474
Variações patrimoniais negativas		(97 336)	(97 336)
Diferenças temporárias		13 538 279	8 396 862
Benefícios fiscais		(131 343)	-
Matéria coletável (Lucro tributável)		22 837 936	19 540 028
Taxa imposto normal	21,00% / 21,00%	4 795 967	4 103 406
Derrama municipal	0,56% / 1,50%	128 195	293 100
Derrama estadual	4,15% / 4,23%	953 464	827 001
	25,71% / 26,73%	5 877 626	5 223 508
Tributação autónoma		34 277	47 398
		5 911 903	5 270 905

		31.12.2018	31.12.2017
Resultados antes de impostos		7 285 862	8 998 027
Taxa imposto normal	21,00% / 21,00%	1 530 031	1 889 586
Derrama municipal	0,56% / 1,50%	40 801	134 970
Derrama estadual	4,15% / 4,23%	302 363	380 617
Imposto sobre o rendimento do exercício (taxa normal)	25,71% / 26,73%	1 873 195	2 405 173
Tributação autónoma		34 277	47 398
Diferenças temporárias		(129 623)	(334 321)
Imposto sobre o rendimento do exercício (taxa efetiva)	24,40% / 23,54%	1 777 849	2 118 249

25. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	31.12.2018	31.12.2017
Vendas	32 278	33 730
Prestações de Serviços	82 231 539	79 075 915
	82 263 817	79 109 645

25.1 VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR CLIENTE E NATUREZA

	31.12.2018	31.12.2017
Alcobaça	1 263 350	1 234 007
Amadora	5 915 334	5 876 203
Arruda dos Vinhos	458 677	449 066
Bombarral	403 087	393 725
Cadaval	406 777	397 329
Lisboa	26 419 067	26 345 445
Loures	7 656 647	7 635 310
Lourinhã	875 057	854 733
Nazaré	611 768	597 559
Óbidos	483 850	470 721
Odivelas	4 544 096	4 531 433
Oeiras	4 933 748	4 806 800
Peniche	535 732	523 289
Rio Maior	652 389	637 237
Sintra	9 271 695	8 981 259
Sobral de Monte Agraço	187 829	183 466
Torres Vedras	2 673 600	2 611 503
Vila Franca de Xira	4 092 684	4 081 278
Caldas da Rainha (transporte)	568 899	503 728
Total de vendas a partes relacionadas	71 954 285	71 114 093
Alenquer	1 199 635	1 171 772
Azambuja	530 050	515 118
Mafra	1 929 726	1 924 348
Cascais	6 355 876	6 150 429
Outros clientes não municipais	261 966	290 904
IKEA - Água residual tratada	32 278	33 730
Acerto de valores mínimos de anos anteriores	-	(2 090 748)
Total de vendas a outros clientes	10 309 532	7 995 552
	82 263 817	79 109 645

A faturação da Tejo Atlântico decorreu nos moldes previstos da cláusula 16ª do contrato de concessão, com base nos rendimentos tarifários previstos no seu Anexo III. De acordo com o disposto nos termos do nº 3 do artigo 11º do Decreto-Lei 34/2017, de 24 de março, e dos números 1 e 2 da cláusula 18ª do contrato de concessão a Empresa remeteu à ERSAR a proposta de atualização tarifária para 2018 a qual foi aprovada em 2 de outubro de 2017. A variação dos valores de faturação aos clientes municipais, na atividade de tratamento, resulta apenas da atualização dos rendimentos tarifários.

26. SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO – IFRIC 12

Tal como referido na nota 2.3.8 a Água do Tejo Atlântico não tem margem na construção uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói). Deste modo o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante, e correspondem ao investimento realizado no ano (ver nota 6).

	31.12.2018	31.12.2017
Serviços de Construção (IFRIC 12)	9 138 876	2 984 476
	9 138 876	2 984 476

27. CUSTO DAS VENDAS/VARIAÇÃO DE INVENTÁRIOS

	31.12.2018	31.12.2017
CMVMC - Matérias subsidiárias	2 822 534	2 392 088
	2 822 534	2 392 088

A variação apurada nesta rubrica, quando comparado o exercício de 2018 com o de 2017, não pode ignorar o facto de em 2017 terem sido imputados à Tejo Atlântico gastos sobre os quais a Empresa não participou na contratação dos preços. Os contratos de aquisição de reagentes são adquiridos ao abrigo de concursos públicos, com o critério de adjudicação do mais baixo preço, resultando a variação do desempenho normal da atividade da Empresa.

	31.12.2018	31.12.2017
Existências iniciais	516 327	0
Compras	2 716 816	2 908 414
CMVMC – Matérias subsidiárias	-2 822 534	-2 392 088
Existências finais	410 608	516 327

28. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	31.12.2018	31.12.2017
Assistência técnica	923 236	850 469
Análises/ Monitorização	220 809	295 014
Tratamento de resíduos	376 831	306 400
Tratamento de lamas	4 656 354	4 323 693
Fee's de gestão	1 233 957	1 186 645
Vigilância e segurança	301 148	303 376
Conservação e reparação	5 124 701	6 549 450
Ferramentas e utensílios	104 841	306 408
Rendas e alugueres	867 300	656 921
Eletricidade	8 412 991	8 088 082
Combustíveis	244 001	299 012
Fornecimento de água	627 397	707 051
Comunicação	263 430	231 051
Seguros	501 356	604 705
Limpeza, higiene e conforto	296 488	273 395
Jardinagem	238 911	190 741
Outros fornecimentos e serviços	1 237 959	1 272 626
	25 631 712	26 445 037
FSE's capitalizados	(58 536)	-
	25 573 175	26 445 037

Tendo presente todos os condicionalismos que a análise possa ter em virtude da imputação de gastos do 1º semestre de 2017 da Águas de Lisboa e Vale do Tejo à Tejo Atlântico, comparativamente com o ano anterior, os gastos com fornecimentos e serviços externos foram inferiores em 2018. Verificam-se alguns aumentos nomeadamente nas rubricas de Assistência Técnica, Tratamento de Lamas e Fee's de Gestão pelo normal desempenho da atividade da Empresa, assim como na Eletricidade, esta última também devido ao aumento dos preços do mercado.

Contudo, e como já referido, a expectativa da Administração, tendo sido essa a projeção no Orçamento de 2018, era de um valor de gastos superior em fornecimentos e serviços externos (aproximadamente 27,6 milhões de euros). Os constrangimentos de contratação nomeadamente, concursos públicos que ficam “desertos” face às contingências de preço a que as empresas do Setor Empresarial do Estado estão acometidas, levaram a que no exercício de 2018 a AdTA ficasse impossibilitada de desenvolver projetos que tinha planeado mas que, tendo a necessidade efetiva de os realizar terão tradução de gastos em exercícios futuros.

29. GASTOS COM PESSOAL

	31.12.2018	31.12.2017
Remunerações	8 299 072	8 270 914
Encargos sociais sobre remunerações	1 822 387	1 909 153
Encargos com pensões	-	985
Outros custos com pessoal	828 940	931 545
	10 950 399	11 112 597
Gastos com pessoal - capitalizados	(860 575)	-
	(860 575)	-
	10 089 825	11 112 597

No que concerne aos gastos com o pessoal é de salientar a implementação em 2018 do Acordo Coletivo de Trabalho, com introdução de melhorias remuneratórias a partir de julho, e capitalização de gastos com o Pessoal.

O montante de gastos com pessoal capitalizado corresponde aos gastos com as Direções diretamente afetas aos projetos de investimento – engenharia, gestão de ativos e manutenção na componente de construção civil.

29.1 NÚMERO DE COLABORADORES

Número médio de colaboradores durante o período	31.12.2018	31.12.2017
Órgãos sociais	6	7
Trabalhadores efetivos e outros	355	353
	361	360

Número de colaboradores a 31 de Dezembro	31.12.2018	31.12.2017
Órgãos sociais	6	7
Trabalhadores efetivos e outros	363	355
Trainees	-	3
	369	365

A Águas do Tejo Atlântico encerrou o ano com 363 colaboradores, tendo o número médio no final do exercício sido de 355. No decurso de 2018 foram admitidos 5 colaboradores ao abrigo do programa PREVPAP (Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários da Administração Pública). Para além da admissão dos 5 trabalhadores anteriormente referidos, entraram 12 trabalhadores e saíram 9 ao longo do ano aos quais acrescem os 3 *trainees*.

30. AMORTIZAÇÕES, DEPRECIações E REVERSões DO EXERCÍCIO

	31.12.2018	31.12.2017
Depreciação de ativos fixos tangíveis (nota 6)	67 765	7 710
Depreciação de outros ativos intangíveis (nota 7)	114 701	115 162
Depreciações de ativos intangíveis – DUI (nota 7)	15 531 744	15 585 269
Acréscimos de custos do investimento contratual (nota 20)	4 223 876	4 249 134
	19 938 085	19 957 275

31. PROVISões E REVERSões DO EXERCÍCIO

	31.12.2018	31.12.2017
Reversões de provisões para processos judiciais (rendimento)	(16 218)	-
	(16 218)	-

A Tejo Atlântico reverteu no exercício de 2018 a totalidade de provisões existentes relativamente a processos judiciais.

32. PERDAS POR IMPARIDADE E REVERSões DO EXERCÍCIO

	31.12.2018	31.12.2017
Perdas por imparidade de clientes	4 670	3 143 411
Perdas por imparidade de outros devedores	-	20 929
	4 670	3 164 341
Reversões de perdas por imparidade	-	(2 537)
	-	(2 537)
Total líquido	4 670	3 161 803

33. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

	31.12.2018	31.12.2017
Subsídios à Exploração	43 232	-
	43 232	-

Os subsídios à exploração resultam de candidaturas apresentadas alusivas a projetos de investigação e desenvolvimento, área que tem sido forte aposta da Tejo Atlântico.

34. OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

	31.12.2018	31.12.2017
Impostos e taxas	599 397	648 336
Dívidas Incobráveis	-	486
Donativos	6 000	7 500
Quotizações	16 209	4 463
Indeminizações	-	3 724
Outros gastos operacionais	47 379	107 677
	668 986	772 187

34.1 IMPOSTOS E TAXAS

	31.12.2018	31.12.2017
Taxas ERSAR	582 176	571 507
Imposto de selo	2 324	36 371
Contribuição Autárquica	-	11 852
Outros	14 897	28 606
	599 397	648 336

No que respeita à nota de impostos e taxas é de referir que os gastos incorridos decorrem da atividade normal da Empresa, e que a diminuição de gastos em imposto de selo decorre do facto de a Empresa não ter contratadas linhas de crédito junto da banca comercial, sendo o valor de 2017 resultante essencialmente da repartição efetuada dos gastos do 1º semestre, tal como já explicado no enquadramento para comparação das Demonstrações Financeiras.

35. OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

	31.12.2018	31.12.2017
Rendimentos suplementares	126 501	65 639
Ganhos em imobilizados	237 377	-
Outros rendimentos e ganhos operacionais	117 638	16 051
	481 516	81 690

A rubrica rendimentos suplementares inclui a venda de energia no montante de 80 265 euros (41 745 euros em 2017). Os ganhos em imobilizações dizem respeito a uma diferença positiva face ao valor que havia sido previsto despendido pela ex-Santest relativamente a acordos e intervenções por posse administrativa da obra em virtude de rescisão contratual com o consórcio a quem havia sido adjudicada a empreitada de beneficiação do tratamento de águas residuais do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril. Os outros rendimentos operacionais, referem-se na sua maioria à eliminação de valor provisionado em acréscimos de gastos, pela ex-SANEST, para pagamento de onerações e indemnizações. Dado o tempo decorrido e sob orientação técnica jurídica, foi aprovada pela comissão executiva da AdTA à anulação desse valor.

36. GASTOS FINANCEIROS

	31.12.2018	31.12.2017
Juros suportados	6 654 044	8 257 893
Comissões - garantias associadas aos financiamentos BEI; debitado pela AdP SGPS (nota 38)	1 523 994	1 470 958
Outros gastos financeiros	-	37 434
	8 178 038	9 766 285

À semelhança do ano anterior, os juros suportados decorrem do empréstimo BEI e as comissões do Grupo referem-se aos gastos necessários incorrer para a obtenção deste empréstimo, concretamente o diferimento de comissões de montagem e comissões de aval, conforme descrito na nota 19. A diminuição dos juros suportados está diretamente associada à diminuição da dívida e aos critérios de imputação de gastos do primeiro semestre de 2017 (ver nota 1.3).

37. RENDIMENTOS FINANCEIROS

	31.12.2018	31.12.2017
Juros obtidos - Inv. Financeiros	689 182	818 301
Juros obtidos - Empresas do Grupo	353 368	13 242
Juros de mora e de acordos de pagamento	44 709	347 361
Outros rendimentos financeiros	-	173
	1 087 259	1 179 077

Os juros obtidos em empresas do Grupo decorrem do apoio de tesouraria prestado à AdP-SGPS, tal como supra referido na nota 15. Os juros de mora e acordos de pagamentos respeitam aos juros do acordo transacional com o Município da Nazaré.

38. SALDOS E TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

2018	Empresa-mãe	Municípios	Outras empresas do grupo	Comissão executiva
Ativo				
Apoio de Tesouraria (nota 15)	40 600 000	-	-	-
Clientes	-	15 223 994	-	-
Outros saldos a receber	36 186	-	259 259	-
AdP Internacional	-	-	2 876	-
SIMARSUL	-	-	4 881	-
Águas do Vale do Tejo	-	-	247 261	-
EPAL	-	-	4 242	-
Passivo				
Municípios	-	-	-	-
Outros saldos a pagar	21 565	858 638	817 229	-
AdP - Serviços	-	-	3 687	-
AdP - Energias	-	-	43 878	-
SIMARSUL	-	-	23	-
Águas do Vale do Tejo	-	-	609 495	-
EPAL	-	-	160 146	-
Rendimentos				
Vendas e prestação de serviços a municípios (nota 25.1)	-	71 954 285	-	-
Outros rendimentos	-	-	25 658	-
SIMARSUL	-	-	18 582	-
EPAL	-	-	7 076	-
Rendimentos financeiros (nota 37)	353 368	44 709	-	-
AdP SGPS	353 368	-	-	-
Município da Nazaré	-	44 709	-	-
Gastos				
Gastos – Remunerações	-	-	-	229 282
Fees de gestão (nota 28)	1 233 957	-	-	-
Outros gastos	37 066	-	1 394 607	6 789
AdP Serviços	-	-	1 170 595	-
SIMARSUL	-	-	257	-
AdP Internacional	-	-	16 917	-
EPAL	-	-	206 837	-
Gastos financeiros (nota 36)	1 523 994	-	-	-

Dívidas de clientes (Municípios)

	31.12.2018
Serviços Municipalizados de Sintra	883 153
Município de Rio Maior	68 934
Município do Bombarral	35 973
Simas de Oeiras E Amadora	2 043 455
Município de Óbidos	87 402
SMAS Vila Franca De Xira	383 250
Município de Loures	713 989
SMAS de Torres Vedras	4 259 537
Município de Sobral de Monte Agraço	84 518
Município da Lourinhã	159 651
Município do Cadaval	36 889
Município da Nazaré	2 388 927
Município de Azambuja	83 836
Município de Alcobaça	229 707
S.M. das Caldas da Rainha	43 201
Município de Lisboa	2 763 873
Município de Arruda Dos Vinhos	207 149
Município de Odivelas	424 897
Serviços Municipalizados da Nazaré	277 303
SMAS de Peniche	48 352
	15 223 994

39. REMUNERAÇÃO ACIONISTA

No exercício de 2018 a Tejo Atlântico procedeu à distribuição dos dividendos, conforme aprovado na Assembleia-Geral que aprovou as contas e a aplicação de resultados de 2017.

Acionistas	Situação em 31 de dezembro de 2017	Dividendos do exercício de 2018	Distribuição Dividendos durante o Exercício de 2018	Situação em 31 de dezembro de 2018
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	3 312 515	2 652 030	(3 312 515)	2 652 030
Comunidade Intermunicipal do Oeste	168	135	(168)	135
Alcobaça	51 805	41 475	(51 805)	41 475
Alenquer	22 107	17 699	(22 107)	17 699
Amadora	371 812	297 676	(371 812)	297 676
Arruda dos Vinhos	3 198	2 560	(3 198)	2 560
Azambuja	19 962	15 981	(19 962)	15 981
Bombarral	6 217	4 978	(6 217)	4 978
Cadaval	7 096	5 681	(7 096)	5 681
Caldas da Rainha	35 362	28 311	(35 362)	28 311
Lisboa	974 638	961 765	(974 638)	961 765
Loures	476 951	381 851	(476 951)	381 851
Lourinhã	17 396	13 927	(17 396)	13 927
Nazaré	15 758	12 616	(15 758)	12 616
Óbidos	7 555	6 049	(7 555)	6 049
Odivelas	145 159	116 216	(145 159)	116 216
Oeiras	226 653	181 460	(226 653)	181 460
Peniche	22 222	17 791	(22 222)	17 791
Rio Maior	10 580	8 470	(10 580)	8 470
Sintra	226 653	181 460	(226 653)	181 460
Sobral de Monte Agraço	3 307	2 647	(3 307)	2 647
Torres Vedras	40 968	32 799	(40 968)	32 799
Vila Franca de Xira	165 896	132 818	(165 896)	132 818
Ações da própria empresa	371 812	116 216	-	488 027
Total	6 535 788	5 232 613	(6 163 977)	5 604 425

Os dividendos pagos aos acionistas com participação inferior a 5% do capital social são sujeitos a retenção na fonte de IRC de 21%. Deste modo o montante pago (líquido) foi de 5 769 844 Euros.

Ocorreu uma quebra acentuada na taxa das obrigações do tesouro (OT) a 10 anos, como se verifica no quadro seguinte:

Ano	Indexante	Prémio de Risco	Taxa Final
2017	3,06%	3,00%	6,06%
2018	1,84%	3,00%	4,84%

A remuneração acionista de 2018 por acionista é a seguinte:

Acionistas	Capital Social	2018
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	57 538 912	2 784 883
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2 921	141
Alcobaça	899 856	43 553
Alenquer	384 003	18 586
Amadora	6 458 431	312 588
Arruda dos Vinhos	55 542	2 688
Azambuja	346 735	16 782
Bombarral	107 998	5 227
Cadaval	123 253	5 965
Caldas da Rainha	614 244	29 729
Lisboa	20 866 618	902 923
Loures	8 284 708	400 980
Lourinhã	302 165	14 625
Nazaré	273 724	13 248
Óbidos	131 237	6 352
Odivelas	2 521 433	122 037
Oeiras	3 936 998	190 551
Peniche	386 004	18 683
Rio Maior	183 768	8 894
Sintra	3 936 998	190 551
Sobral de Monte Agraço	57 438	2 780
Torres Vedras	711 623	34 443
Vila Franca de Xira	2 881 638	139 471
Ações da própria empresa	2 521 433	229 059
Total	113 527 680	5 494 740
Reserva Legal		
	343 989	13 274
Remuneração acionista		5 508 013

40. PASSIVOS CONTINGENTES

40.1 PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

Proc. 1440/11.5BELSB

Ação intentada por Humberto Clarence de Vasconcelos Cruz, contra a Câmara Municipal de Lisboa, que deduziu incidente de intervenção acessória da (então) SIMTEJO, que por sua vez deduziu incidente de intervenção acessória da Seguradora AIG – Europe, no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa (Unidade Orgânica 2 - Proc. 1440/11.5BELSB), para pagamento de indemnização de 1 007 500 euros e juros de mora; Aguarda a realização de julgamento;

Proc. 700/12.2BELSB

Ação intentada pela Ambilogos – Equipamentos Industriais, Lda, no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, (Proc. 700/12.2BELSB), para pagamento de 402 509,60 euros, valor igualmente reclamado em sede de inquérito administrativo da empreitada; Concluída a fase de articulados;

Proc. 371/15.4BELSB

Ação intentada por Somague Engenharia, S.A., Evolution, Engenharia, S.A. e Somague-Edifer ACE, no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa (Unidade Orgânica 1 - Proc. 371/15.4BELSB), para pagamento € 665.679,21, com pedido reconvenional de 1 966 696,97 euros; Concluída a fase de articulados;

Proc. 862/13.ITBMMS

Reclamação de créditos no processo de insolvência de Asibel – Construções, S.A., no Tribunal de Alcobaça da Comarca de Leiria (Secção de Comércio – J2 – Proc. 862/13.ITBMMS), para pagamento € 89.873,62;

Proc. 1211/12.IBELRA

Ação intentada por Asibel – Construções, S.A., no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (Unidade Orgânica 1), para pagamento 1 838 439,20 euros e juros de mora; Em fase de prova pericial.

Processo 1073/13.IBELSB

Ação intentada por Carlos Neta no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra (Unidade Orgânica 3 – Processo 1073/13.IBELSB) para restituição de terreno e indemnização de 38 102,32 euros; Proferida sentença que absolveu a Águas do Tejo Atlântico. Em fase de recurso.

Processo 982/17.3BELRA

Ação intentada pela Euro Insurances Limited no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (Unidade Orgânica 1) contra a Câmara Municipal de Maior, que deduziu incidente de intervenção acessória da AdTA, que por sua vez deduziu incidente de intervenção acessória da Corretora MDS, para pagamento de 17 609,00 euros. Em fase de articulados.

Processo 12161/18.8T8LRS

Ação intentada por M. Santos Silva, Lda. no Tribunal Central Cível de Loures – Juiz 1, para pagamento de 92 607,61 euros e juros de mora, por alegados serviços prestados à Águas do Oeste e não pagos. A decorrer prazo para a apresentação da contestação da Águas do Tejo Atlântico.

Os processos acima elencados, por serem de desfecho incerto, afiguram-se como passivos contingentes, e não relevam para o reconhecimento de provisões.

41. COMPROMISSOS ASSUMIDOS E GARANTIAS PRESTADAS

41.1 CONTRATO DE CONCESSÃO

Os investimentos incluídos no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira perfazem cerca de 1,1 mil milhões de euros, dos quais cerca de 863 milhões de euros já se encontram realizados.

Investimento reversível	Eur
Investimento do contrato de concessão	1 103 332 840
Investimento total	1 103 332 840
Investimento já realizado (nota 6)	851 659 297
Investimento em curso (nota 6)	11 842 409
Investimento contratual (regulado) a realizar	239 831 135

41.2 GARANTIAS

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas demonstram-se como se segue:

Beneficiários		31.12.2018
Administração do Porto de Lisboa	Utilização de parcelas da APL	24 821
ARH do Tejo, IP	Utilização de recursos hídricos para descargas	150 000
EDP	Relações comerciais com a ERSE	3 959
Infraestruturas de Portugal	Boa execução de trabalhos	1 597 500
Tribunais	Diversos (expropriações, indemnizações, etc.)	4 479 614
		6 255 894

41. HONORÁRIOS DE AUDITORIA E DE REVISÃO LEGAL DE CONTAS

Os honorários de Auditoria e de Revisão Legal de contas da Águas do Tejo Atlântico à data de 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:

	R.O.C.	Auditoria	Outros Serviços	Total
Ernst & Young, SROC	21 834	-	-	21 834
	21 834	-	-	21 834

42. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade Águas do Tejo Atlântico, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Art.º 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91 de 17 de setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2018 correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

43. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

Em 31 de dezembro de 2018 não se encontram reconhecidas nem divulgadas quaisquer contingências ambientais, por ser convicção da Administração da Empresa que não existem, a esta data, contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa. A Administração confirma igualmente que não foram despendidos quaisquer montantes quer para prevenir, quer para reparar qualquer dano de carácter ambiental.

44. EVENTOS SUBSEQUENTES

Nos termos do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março e do Contrato de Concessão, a Comissão Executiva submeteu à ERSAR no dia 31 de janeiro, para aprovação, o valor do Desvio de Recuperação de Gastos inscrito nas presentes demonstrações financeiras. Foi recebido da Entidade Reguladora um relatório preliminar sobre a matéria, no qual apresenta uma correção de 119 285 euros, tendo a Águas do Tejo Atlântico exercido o respetivo contraditório em 15 de março de 2019. Até à data da aprovação das demonstrações financeiras ainda não foi tomada uma decisão definitiva sobre o valor do Desvio de Recuperação de Gastos.

No início de 2019 o Município da Nazaré procedeu à liquidação integral do montante em dívida do acordo transaccional no montante de 2.340.838 euros, e cujo prazo de vencimento só terminaria em abril de 2022.

No final do exercício a AdTA detém 2.521.433 ações próprias, correspondente a uma participação total no capital social de 2,22%. De acordo com as manifestações de interesse de alguns dos acionistas da Tejo Atlântico, com contratos-promessa já firmados, prevê-se a efetivação da venda de parte das ações aos municípios de Mafra e Amadora, bem como à AdP SGPS. É expectável que a venda destas ações se concretize em 2019 na sua totalidade, aguardando-se a necessária autorização dos Ministérios das Finanças e do Ambiente e Transporte e Energia. Face ao exposto não foi constituída qualquer reserva indisponível.

Para além do exposto, não existem eventos subsequentes que justifiquem alterações ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras, para além das que já estão divulgadas.

Lisboa, 18 de março de 2019

O Conselho de Administração

António Alberto Corte-Real Frazão
(Presidente)

Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira
(Vogal Executivo)

Hugo Filipe Xambre Bento Pereira
(Vogal Executivo)

Armando Jorge Paulino Domingos
(Vogal não Executivo)

José Manuel da Costa Baptista Alves
(Vogal não Executivo)

Nuno Rafael da Conceição Brôco
(Vogal não Executivo)

O Contabilista Certificado

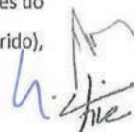
Maria Leonor de Oliveira Pinto

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2018
DA ÁGUAS DO TEJO E ATLÂNTICO, S.A.

RELATÓRIO

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da sociedade Águas do Tejo e Atlântico, S.A. (AdTA), apresentados pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2019, relativamente ao exercício de 2018.
2. O Conselho Fiscal acompanhou a gestão da AdTA e a evolução dos seus negócios. Efetuou reuniões, tendo contado com a presença da Comissão Executiva com os membros do Conselho de Administração, da Direção Administrativa e Financeira e do Revisor Oficial de Contas.
3. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções.
4. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, emitiram um Parecer sobre a segunda versão do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o ano de 2018, aprovado pelo Conselho de Administração em 2 de agosto de 2018, o qual à data deste parecer encontra-se aprovado pela Tutela.
5. No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal, deu cumprimento à alínea i) do nº1 do artigo 44º, do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, relativo à emissão dos Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental (RTEO), referente aos três primeiros trimestres de 2018, respetivamente, encontrando-se o Conselho Fiscal a aguardar pela aprovação do último trimestre de 2018 para emitir o respetivo parecer (tanto quanto sabemos será emitido em 4 de abril de 2019). Sobre os RTEO, obtivemos os pareceres do Revisor Oficial de Contas (com exceção do último trimestre, em face do acima referido), aos quais demos a devida importância na condução das nossas funções.



6. Em observância do artigo 420.º do Código das Sociedades, o Conselho Fiscal procedeu à verificação do cumprimento das *normas legais, estatutárias e disposições aplicáveis* ao setor empresarial do estado, designadamente quanto ao cumprimento das orientações legais vigentes em 2018, as quais se encontram convenientemente divulgadas no Relatório e Contas.
7. Em 4 de agosto de 2017 foram aprovados em Assembleia Geral os objetivos/indicadores de gestão, os quais vigoram para o triénio 2017/2019, e igualmente assinado um contrato de gestão entre cada um dos membros da administração da AdTA e a tutela. Os indicadores de avaliação envolvem informação financeira e não financeira, sendo que a análise do Conselho Fiscal incidiu, essencialmente, para a conformidade da informação de âmbito financeiro.

A análise destes indicadores é divulgada no Relatório de gestão e no Relatório de governo societário, sendo no que respeita aos objetivos fixados, estes foram superados, com algumas exceções, tendo em 2018, o grau de cumprimento dos objetivos ascendido a 2,5 (2017: 2,7). O valor final apurado de 2,5, foi ainda sujeito à análise pelo Departamento de Auditoria Interna e Controlo de Risco das Águas de Portugal. Da leitura das suas conclusões, excetuando algumas limitações derivadas da utilização da amostragem nos testes realizados, resulta que o valor apurado se encontra em conformidade com os requisitos definidos para a sua elaboração.

8. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, emitida em 28 de março de 2019 nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, sem reservas e sem ênfases, e obteve deste, as informações de que careceu para o exercício das tarefas de fiscalização.
9. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras (Demonstração da Posição Financeira, Demonstração do Rendimento Integral, Demonstração das Alterações no Capital Próprio, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas às Demonstrações Financeiras) e os restantes documentos de prestação de contas são adequados à compreensão da situação patrimonial da AdTA no fim do exercício de 2018, bem como da forma como se formaram os resultados e se desenrolou a atividade.

10. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços da AdTA.

PARECER

Tendo sempre em consideração o acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da AdTA aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas Individuais do Exercício de 2018.
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório.

Lisboa, 29 de março de 2019


Armando José de Sousa Resende
(Presidente)


Catarina Alexandra Carvalho Fins
(Vogal)


Carlos Manuel Antunes Bernardes
(Vogal)

Certificação Legal das Contas



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Águas do Tejo Atlântico, S.A. (a Entidade), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 650.659.877 euros e um total de capital próprio de 117.230.061 euros, incluindo um resultado líquido de 5.508.013 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Variações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Águas do Tejo Atlântico, S.A. em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Águas do Tejo Atlântico, S.A.
Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2018

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 28 de março de 2019

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766

